



INSTITUTO POLITÉCNICO de PORTALEGRE



**CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL
E SUA APLICAÇÃO AO ALTO ALENTEJO**

Dissertação do curso de Mestrado em Agricultura Sustentável

Ana Isabel Gerales de Carvalho Cardoso Picão de Abreu

Professor Doutor José Manuel Rato Nunes – Orientador Interno

Professor Doutor Ricardo Bruno Ferreira – Orientador Externo

Elvas

2014



INSTITUTO POLITÉCNICO de PORTALEGRE



**CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL
E SUA APLICAÇÃO AO ALTO ALENTEJO**

Dissertação do curso de Mestrado em Agricultura Sustentável

Ana Isabel Gerales de Carvalho Cardoso Picão de Abreu

Professor Doutor José Manuel Rato Nunes – Orientador Interno

Professor Doutor Ricardo Bruno Ferreira – Orientador Externo

Elvas

2014

Assinaturas dos membros do Juri:

Presidente do Juri

Orientador Interno

Orientador Externo

Arguente

Classificação Final: _____

Índice Geral

AGRADECIMENTOS	
RESUMO	1
ABSTRACT	2
I - INTRODUÇÃO E OBJETIVOS	3
II – CONCEITOS TEÓRICOS	4
<i>II.1 CONCEITO RURAL</i>	4
<i>II.2 DESENVOLVIMENTO RURAL</i>	7
<i>II.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</i>	11
III - A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	13
<i>III.1 O FINAL DA DÉCADA DE 80</i>	13
<i>III.2 A INICIATIVA COMUNITÁRIA LEADER</i>	18
<i>III.2.1 O nascimento na década de 90</i>	18
<i>III.2.2 O Relatório do Tribunal de Contas sobre a aplicação da abordagem LEADER (2010)</i>	24
<i>III.2.3 O Desenvolvimento Rural na PAC pós-2013</i>	26
<i>III.3 O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA RURAL EM PORTUGAL</i>	27
IV - ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO	34
<i>IV.1 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)</i>	35
<i>IV.1.1 A metodologia antes e depois de 2010</i>	35
<i>IV.1.2 Cálculo do IDH</i>	37
<i>IV.1.3 Valor do IDH para Portugal (2011)</i>	39
<i>IV.2 OUTROS ÍNDICES UTILIZADOS EM PORTUGAL COM BASE NO IDH</i>	39
<i>IV.2.1 Índice de Desenvolvimento Económico e Social (IDES-DPP)</i>	41
<i>IV.2.2 Índice de Desenvolvimento Social (IDS-DPP)</i>	41
V - ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO RURAL	42
<i>V.1 OS INDICADORES RURAIS DA OCDE</i>	42
<i>V.2 A LISTA DE INDICADORES RURAIS DA UNIÃO EUROPEIA</i>	45
<i>V.3 O BANCO MUNDIAL E O RURAL SCORE CARD</i>	51
<i>V.4 A PROPOSTA DAS NAÇÕES UNIDAS</i>	54
<i>V.5 A PROPOSTA DE ANGELA KAGEYAMA</i>	57
VI - CONSTRUÇÃO E CÁLCULO DE UM ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL. APLICAÇÃO AO NORTE ALENTEJO	61
<i>VI.1 PRESSUPOSTOS</i>	61
<i>VI.2 CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL</i>	65
<i>VI.2.1 Índice de População (IPOP)</i>	65
<i>VI.2.2 Índice de Bem-Estar Social (IBES)</i>	66
<i>VI.2.3 Índice de Desenvolvimento Económico (IDE)</i>	67
<i>VI.2.4 Índice de Meio Ambiente (IMA)</i>	68
<i>VI.3 APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL AO ALTO ALENTEJO</i>	72
<i>VI.3.1 Índice de População (IPOP)</i>	72
<i>VI.3.2. Índice de Bem-Estar Social (IBES)</i>	75
<i>VI.3.3 Índice de Desenvolvimento Económico (IDE)</i>	78

VI.3.4 Índice de Meio Ambiente (IMA).....	82
VI.3.5 Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)	85
VI.4 INTEPRETAÇÃO DOS VALORES OBTIDOS.....	87
VI.4.1 Análise por Quartis	88
VI.4.2 Análise comparativa de municípios.....	90
VI.4.3 Análise do contributo de cada componente ou sub-índice.....	93
VII - CONCLUSÕES.....	99
BIBLIOGRAFIA	102
ANEXO - CÁLCULOS BASE.....	106

Índice de Figuras

FIGURA 1 – ZONAS DA UE ELEGÍVEIS PARA OS FUNDOS ESTRUTURAIS 1989-1993	19
FIGURA 2 – ZONAS DA UE ELEGÍVEIS PARA OS FUNDOS ESTRUTURAIS 1994-1999.....	23
FIGURA 3 – MAPA DAS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PORTUGAL - INICIATIVA COMUNITÁRIA LEADER: LEADER I (1991-93); LEADER II (1994-99); LEADER+ (2001-06)	30
FIGURA 4 – GRÁFICO DISTRIBUIÇÃO DA DOTAÇÃO FINANCEIRA DO PRODER (2007-2013).....	32
FIGURA 5 – GRÁFICO VALORES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (IDR) DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE PORTALEGRE (ANO DE 2011)	86
FIGURA 6 – CONCELHOS DO DISTRITO DE PORTALEGRE	86
FIGURA 7 – GRÁFICO VALORES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (IDR) DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE PORTALEGRE, HIERARQUIZADOS (ANO DE 2011)	87
FIGURA 8 – GRÁFICO IDR E SEUS COMPONENTES (CONCELHOS DE CASTELO DE VIDE E DE ELVAS, ANO DE 2011)	91
FIGURA 9 – GRÁFICO IDR E SEUS COMPONENTES PARA CADA CONCELHO DO DISTRITO DE PORTALEGRE (ANO DE 2011) ..	94

Índice de Quadros

QUADRO 1 – TABELA PERCENTAGEM DE PAÍSES EM CADA GRUPO DE IDH (RDH ANO DE 2009)	37
QUADRO 2 – TABELA VALORES MÁXIMOS E MÍNIMOS PARA O CÁLCULO DO IDH (ANO DE 2011).....	37
QUADRO 3 – VALORES MÁXIMOS E MÍNIMOS PARA O CÁLCULO DO IDH EM PORTUGAL (ANO DE 2011).....	39
QUADRO 4 – INDICADORES RURAIS BÁSICOS DA OCDE DIVIDIDOS POR TEMAS	44
QUADRO 5 – INDICADORES DO PROJETO PAIS	46
QUADRO 6 – INDICADORES DO QCAA	48
QUADRO 7 – INDICADORES DO RURAL SCORE CARD	52
QUADRO 8 – INDICADORES COM BASE NAS COMPONENTES E NO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	55
QUADRO 9 – INDICADORES COM BASE NOS DIFERENTES TIPOS DE RECURSOS	56
QUADRO 10 – INDICADORES UTILIZADOS NO IDR DE KAGEYAMA	60
QUADRO 11 – TABELA DENSIDADE POPULACIONAL DAS FREGUESIAS DO DISTRITO DE PORTALEGRE (ANO DE 2011)	62
QUADRO 12 – QUADRO-RESUMO DOS INDICADORES BASE PARA O CÁLCULO DO IDR	70
QUADRO 13 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA RURAL (ANO DE 2011, PADRONIZADA)	72
QUADRO 14 – TABELA TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL (ANO DE 2011, PADRONIZADA)	73
QUADRO 15 – TABELA PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL EM 2011 QUE 2 ANOS ANTES VIVIA NUMA FREGUESIA DIFERENTE (PADRONIZADO)	73
QUADRO 16 – TABELA ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE POTENCIAL RURAL (ANO DE 2011, PADRONIZADO)	74
QUADRO 17 – TABELA INDICADOR DE POPULAÇÃO (IPOP) (ANO DE 2011)	74
QUADRO 18 – TABELA TAXA DE ALFABETISMO DA POPULAÇÃO RURAL (ANO DE 2011, PADRONIZADO)	75

QUADRO 19 – TABELA PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL 2011 QUE COMPLETOU, PELO MENOS, A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA (PADRONIZADO)	76
QUADRO 20 – TABELA NÚMERO DE MÉDICOS POR CADA 1.000 HABITANTES (ANO DE 2011, PADRONIZADO)	76
QUADRO 21 – TABELA PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES RURAIS DE RESIDÊNCIA HABITUAL COM ÁGUA CANALIZADA (ANO DE 2011, PADRONIZADO).....	77
QUADRO 22 – TABELA ÍNDICE DE BEM-ESTAR SOCIAL (IBES) (ANO DE 2011)	78
QUADRO 23 – TABELA PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR COM UMA ATIVIDADE REMUNERADA EXTERIOR À EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA (ANO DE 2009, PADRONIZADO)	79
QUADRO 24 – TABELA GANHO MÉDIO MENSAL (ANO DE 2011, PADRONIZADO)	79
QUADRO 25 – TABELA PODER DE COMPRA PER CAPITA (ANO DE 2011, PADRONIZADO)	80
QUADRO 26 – TABELA EMPREGO (ANO DE 2011, PADRONIZADO)	81
QUADRO 27 – TABELA ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (IDES) (ANO DE 2011)	81
QUADRO 28 – TABELA DESPESAS DOS MUNICÍPIOS EM AMBIENTE PER CAPITA (ANO DE 2011, PADRONIZADO)	82
QUADRO 29 – TABELA PROPORÇÃO DAS ÁGUAS RESIDUAIS TRATADAS (ANO DE 2009, PADRONIZADO)	83
QUADRO 30 – TABELA PROPORÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS SELETIVAMENTE (ANO DE 2011, PADRONIZADO)	83
QUADRO 31 – TABELA PROPORÇÃO DE SUPERFÍCIE EM REDE NATURA 2000 (ANO DE 2010, PADRONIZADO)	84
QUADRO 32 – TABELA ÍNDICE DE MEIO AMBIENTE (IMA) (ANO DE 2011)	84
QUADRO 33 – TABELA ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (IDR) DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE PORTALEGRE (ANO DE 2011)	85
QUADRO 34 – TABELA IDR DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE PORTALEGRE, POR QUARTIS (ANO DE 2011)	88
QUADRO 35 – TABELA POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE NOS CONCELHOS DO DISTRITO DE PORTALEGRE, AGREGADA EM QUARTIS (ANO DE 2011)	89
QUADRO 36 – TABELA POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE NO DISTRITO DE PORTALEGRE, SEGUNDO O VALOR DE IDR (ANO DE 2011)	89
QUADRO 37 – TABELA IDR DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE PORTALEGRE, HIERARQUIZADO (ANO DE 2011)	90
QUADRO 38 – TABELA IDR E SEUS COMPONENTES (CONCELHOS DE CASTELO DE VIDE E DE ELVAS, ANO DE 2011)	91
QUADRO 39 – TABELA IPOP (CONCELHOS DE CASTELO DE VIDE E DE ELVAS, ANO DE 2011)	92
QUADRO 40 – TABELA IBES (CONCELHOS DE CASTELO DE VIDE E DE ELVAS, ANO DE 2011)	92
QUADRO 41 – TABELA IDE (CONCELHOS DE CASTELO DE VIDE E DE ELVAS, ANO DE 2011).....	93
QUADRO 42 – TABELA IMA (CONCELHOS DE CASTELO DE VIDE E DE ELVAS, ANO DE 2011)	93
QUADRO 43 – TABELA CONCELHOS DO DISTRITO DE PORTALEGRE, HIERARQUIZADOS SEGUNDO O VALOR DE IDR (ANO DE 2011)	95
QUADRO 44 – TABELA HIERARQUIZAÇÃO DE VALORES DOS SUB-ÍNDICES DO IDR PARA OS CONCELHOS DO DISTRITO DE PORTALEGRE (ANO DE 2011)	95
QUADRO 45 – TABELA VALORES DO CONCELHO DE ELVAS E DA MÉDIA DO DISTRITO DE PORTALEGRE PARA CADA VARIÁVEL DO IDE (ANO DE 2011, VALORES ANTES DE PADRONIZAÇÃO)	96
QUADRO 46 – TABELA VALORES DO CONCELHO DE ELVAS E DA MÉDIA DO DISTRITO PARA CADA VARIÁVEL DO IMA (ANO DE 2011, VALORES ANTES DE PADRONIZAÇÃO)	97
QUADRO 47 – TABELA DESPESAS EM AMBIENTE DOS MUNICÍPIOS DO CONCELHO DE PORTALEGRE (ANO DE 2011)	97

AGRADECIMENTOS

Um profundo agradecimento aos meus professores e orientadores da dissertação do Mestrado, Professor Doutor Ricardo Bruno Ferreira e Professor Doutor José Manuel Rato Nunes pela motivação, apoio e paciência que sempre demonstraram.

Um agradecimento aos meus filhos Tiago, Rodrigo e Gonçalo e em especial ao meu marido, João, pelo tempo em família que este meu projeto lhes roubou. Quero acreditar que valeu a pena!

RESUMO

Se, desde o seu aparecimento na década de 40, o Produto Interno Bruto foi o indicador por excelência da medida da atividade económica de uma região ou país, no final do século XX começou a constatar-se a sua insuficiência como medida única do desenvolvimento. Este facto assumiu especial relevância nas zonas rurais, onde se verificam grandes assimetrias, dificultando assim ainda mais a avaliação do seu nível de desenvolvimento.

O presente trabalho teve como objetivo a construção de um Índice de Desenvolvimento Rural que fosse o mais abrangente possível, incluindo tanto aspetos de carácter económico como aspetos sociais ou ambientais mas tendo também em conta as aspirações das populações que vivem nas regiões em estudo. Seguindo uma metodologia semelhante à das Nações Unidas no Índice de Desenvolvimento Humano, este trabalho veio tornar pela primeira vez possível uma análise de quais os factores que mais contribuem (de forma positiva ou negativa) para o Desenvolvimento Rural de um determinado concelho.

A existência de um índice de Desenvolvimento Rural será fundamental para fazer uma avaliação do impacto das Políticas Públicas aplicadas numa determinada região ou, numa perspectiva *ex-ante*, identificar as áreas de intervenção política que tornarão mais eficiente a aplicação dos fundos públicos.

Constitui uma ferramenta até agora inexistente para os diferentes órgãos locais com capacidade decisora neste âmbito, e foi estudado, a título exemplificativo, o distrito de Portalegre a nível concelhio. Foi assim colmatada uma lacuna sentida por quem trabalha o desenvolvimento rural, onde se incluem os Grupos de Ação Local e outras Associações de Desenvolvimento Local, tendo sido obtidos resultados até agora desconhecidos por todos os atores locais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural; Abordagem LEADER; Índice; Grupo de Ação Local

ABSTRACT

Since its creation in the 40es of the 20th century, Gross Domestic Product was considered to be the only indicator for the evaluation of the economic activity in a region or country. However, by the end of the 20th century it started being seen as an insufficient mean, what was particularly relevant for rural areas, each with its own particularities, what makes the evaluation of its level of development even more difficult.

The objective of this work is to build a Rural Development Index as wide as possible, including both economic and social or environmental aspects, and taking also into consideration the wishes of the populations who live in the regions under study. Following a similar methodology to the one of the United Nations in the Human Development Index, this work as led for the first time to an analysis of the factors that mostly contribute (either in a positive or negative way) to the Rural Development of a certain county,

The existence of a Rural Development Index is fundamental to evaluate the impact of the Public Policies applied on a particular region or, in an ex-ante perspective, identify the areas of political intervention that will allow a more efficient use of public funds.

It is so far a non-existent tool for the different local authorities with decision-maker capacity in this field and it was applied, as an example, to the district of Portalegre, at a county level. A gap felt by those who deal with rural development, including the Local Action Groups and other local development associations, was thus solved and the results obtained were until now unknown by all local actors.

Keywords: Rural Development; LEADER Approach; Index; Local Action Group

I - INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Desde o final da década de 40 que o PIB (Produto Interno Bruto) tem sido o indicador mais utilizado na macroeconomia com o objetivo de medir a atividade económica de uma região ou país¹. No entanto, desde o final do século XX que se começou a sentir a necessidade de o complementar com outros indicadores para colmatar as suas insuficiências como medida de desenvolvimento.

Com o presente trabalho, pretende-se a construção de um Índice de Desenvolvimento Rural que seja o mais abrangente possível, incluindo tanto aspetos de carácter económico como aspetos sociais ou ambientais mas que tenha também em conta as aspirações das populações que vivem nas regiões em estudo. Pretendemos que seja um Índice especialmente direcionado para as zonas rurais, já que é nestas que se verificam as maiores assimetrias, dificultando por isso mesmo a avaliação do seu nível de desenvolvimento – o que é especialmente relevante numa União Europeia com mais de 91% do território ocupado por zonas rurais e onde vive mais de 56% da sua população.

A existência de um índice de Desenvolvimento Rural será fundamental para, por exemplo, se poder avaliar o impacto das Políticas Públicas aplicadas numa determinada região ou, numa perspectiva *ex-ante*, decidir quanto às zonas que necessitam ser apoiadas quando se pretende implementar uma dada Política com vista ao desenvolvimento de uma região.

¹ O PIB representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada área (região / país), durante determinado período.

II – CONCEITOS TEÓRICOS

II.1 CONCEITO *RURAL*

Se antigamente as zonas rurais tinham características que permitiam facilmente a sua individualização e definição como, por exemplo, uma atividade predominantemente agrícola, atualmente a sua estrutura económica e distribuição da população ativa por sectores não é já tão diferente da que se verifica nas zonas não rurais (apesar de o peso do setor agrícola continuar a ser evidentemente maior que nas cidades).

A economia rural é uma economia baseada em rendimentos mais diversificados e complementares, de nível familiar, levando a que as infraestruturas e equipamento existentes sejam ainda muito inferiores aos existentes nas cidades. Além disso, nas últimas décadas têm-se produzido profundas transformações nas zonas rurais, assistindo-se à passagem de uma economia agrária de subsistência para uma economia de serviços, com uma redução drástica dos ativos agrícolas que abandonam a sua terra de origem em busca de uma vida melhor nas zonas não rurais. A população, já de si mais envelhecida que a da cidade, sofreu uma forte regressão demográfica acentuando ainda mais o seu envelhecimento.

Com os sucessivos alargamentos da União Europeia, o desenvolvimento das zonas rurais e das zonas não rurais regista diferenças cada vez mais acentuadas, verificando-se que as regiões rurais tendem a acusar um atraso relativamente a zonas não rurais no que respeita a um certo número de indicadores socioeconómicos: o rendimento *per capita* é cerca de um terço inferior (15,6% contra 54,4%, dados de 2010), as taxas de atividade das mulheres são mais baixas, o sector dos serviços é menos desenvolvido (58,7% contra 78,9%, dados de 2010), os níveis de ensino superior são geralmente mais baixos e uma menor percentagem de lares dispõe de acesso à internet de banda larga (76% em comparação com 96%).²

²Rural Development in the EU – Statistical and Economic Information Report 2013. Todos os dados são relativos a uma UE com 27 países e ao ano de 2010 à excepção dos referentes à escolaridade de adultos e de acesso à internet, que são do ano de 2012.

Se tradicionalmente os espaços rural e urbano se situavam em extremos opostos, a própria evolução do conceito do que é *rural* levou a que hoje seja por vezes difícil delinear o contorno entre estas duas zonas: a modernização da agricultura, o facto de as populações rurais obterem rendimentos nas periferias das grandes cidades, algumas indústrias que se localizam em meio rural, as acessibilidades campo-cidade, tudo isto veio dificultar a separação entre os dois conceitos.

Comprovando isto mesmo, e entre os muito estudiosos deste fenómeno, Baptista (2001) afirma:

“O espaço é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos económicos”.

Assim, o património económico, ambiental, humano e histórico do espaço rural deverá ser interpretado não de uma forma estática mas de modo funcional e dinâmico, num reconhecimento de todas as funções que atualmente se atribuem ao espaço rural europeu (Márquez, 2002). De facto, e ao contrário do que a certa altura se vaticinou, o mundo rural não se extinguiu mas evoluiu, assumindo novos e múltiplos papéis:

- *Função económica*, uma vez que garante um sistema de produções agropecuárias que permitem satisfazer as necessidades alimentares da população, assegurando ao mesmo tempo um nível de rendimento adequado aos agricultores e às suas famílias;
- *Função ecológica*, já que o meio rural preserva as fontes naturais de vida, tais como o solo, a água e o ar, protege os espaços verdes, preserva a paisagem e conserva a biodiversidade e, em especial, a diversidade genética;
- *Função sociocultural*, que se traduz nas atividades associativas locais e no desenvolvimento das relações entre a população urbana e a população rural.

É aliás esta característica de multifuncionalidade da agricultura, atividade base da economia local de muitas zonas da União Europeia, que lhe confere um papel essencial no ordenamento do território e na preservação do património rural (edificado ou não) e a centra como ponto principal nas políticas de desenvolvimento rural.

Devemos, então, entender o rural e o urbano não como uma dicotomia mas apresentando-se em muitos espaços como um *continuum*, uma relação que aproxima e integra dois polos extremos.

Por exemplo, Terluin (2003) define “*região rural*” como:

“Unidade territorial com uma ou mais pequenas ou médias cidades circundadas por grandes áreas de espaço aberto, com uma economia regional compreendendo atividades agrícolas, industriais e de serviços e uma população com densidade relativamente baixa”.

Apesar de toda a diversidade de entendimentos quanto a este conceito, o consenso existe em alguns pontos, entendendo-se hoje que nem *rural* é sinónimo de agrícola, nem tudo o que é agrícola é necessariamente rural. Parece no entanto natural que, dadas as características da população das zonas rurais já referidas (mais envelhecida que a das cidades e apresentando uma forte regressão demográfica), seja adotada a variável população como um indicador útil para a separação entre *rural* e *urbano*, devendo no entanto combinar-se este indicador numa análise multivariável com a densidade demográfica, por exemplo.

Dentro desta linha de entendimento, e para uma classificação das *zonas rurais*, a OCDE adotou uma metodologia que classifica as NUTS III³ em:

- *Predominantemente Urbanas*, nas quais menos de 15% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior a 150 habitantes/km²;
- *Significativamente Rurais ou Intermédias*, nas quais entre 15 e 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior a 150 habitantes/km²;

³ NUTS: Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas.

- *Predominantemente Rurais*, em que mais de 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior a 150 habitantes/km².

No entanto, também esta definição não contempla as populações que vivem em zonas rurais mais densamente povoadas, como as chamadas *zonas periurbanas*, o que faz com que os Estados membros da União Europeia tentem encontrar uma definição que leve em conta uma certa diversificação de indicadores de natureza económica e social.

Em Portugal, foi feita a seguinte adaptação para a definição das zonas rurais do continente no Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (PRODER):

1 – As freguesias em NUTS III classificadas como *Predominantemente Urbanas* são consideradas Rurais desde que sejam desfavorecidas;

2 - As freguesias em NUTS III classificadas como *Significativamente Rurais* são consideradas Rurais desde que:

a) Sejam desfavorecidas, ou

b) Não sendo desfavorecidas, façam parte de concelhos em que pelo menos 10% de população ativa esteja na agricultura e silvicultura;

3 - As freguesias em NUTS III classificadas como *Predominantemente Rurais* são consideradas Rurais;

4 – Não são classificadas como Rurais as freguesias de qualquer uma das NUT III que integrem aglomerados populacionais com pelo menos 15 000 habitantes.

II.2 DESENVOLVIMENTO RURAL

Até ao início do século XX, a agricultura foi o principal e quase exclusivo meio de desenvolvimento da população rural pelo rendimento que retirava desta atividade. O mundo rural era olhado numa perspetiva puramente agrícola, produtivista, sem qualquer preocupação com questões sociais ou com o desenvolvimento de outros sectores de atividade nessas zonas. Isto mesmo

está implícito no Tratado de Roma⁴ que, ao estabelecer a existência de uma Política Agrícola Comum (PAC), não incluiu qualquer menção ao conceito de Desenvolvimento Rural.

Em 1962, a forte preocupação existente no que dizia respeito à segurança alimentar dos países constituintes da CEE levou a Comunidade a caminhar no sentido da criação de um Mercado Único para a agricultura com o objetivo de garantir, por um lado, alimentos a preços acessíveis para os seus consumidores e, por outro, rendimentos proporcionais ao trabalho dos agricultores. Mais tarde foram criadas as Organizações Comuns de Mercado (OCM) que regulavam o funcionamento dos principais produtos agrícolas do Mercado Comum (azeite, vinho, leite, carne e açúcar, entre outros).

Em 1968, a Comissão deu os primeiros passos no caminho da modernização da agricultura e abandono da exploração familiar clássica tradicionalmente baseada no sistema extensivo e com grande dependência da mão-de-obra. Foi adoptado aquele que ficou conhecido por Plano Mansholt: um plano de modernização para dez anos, visando o abandono da exploração familiar clássica e a adoção do modelo da grande unidade de exploração.

Se é certo que os instrumentos criados nos anos 60 se adaptavam perfeitamente aos objetivos que se pretendiam alcançar na altura (abastecimento alimentar e apoio ao rendimento dos agricultores), a adesão à CEE de países com características mais rurais que os países fundadores⁵ formou uma nova Europa a doze Estados membros com condições económicas e sociais muito diferentes.

No final da década de 80 já eram grandes as críticas à produção de excedentes agrícolas com um elevado custo, pois apesar de mais de 60% do orçamento europeu se destinar às ajudas agrícolas, as regiões agrícolas mantinham-se como as menos desenvolvidas da Europa económica e socialmente⁶. Registavam-se uma série de problemas como o aumento do

⁴ Tratado constitutivo da Comunidade Económica Europeia (CEE), assinado em 1957 pela República Federal da Alemanha, França, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.

⁵ A Grã-Bretanha aderiu em 1973, a Irlanda e Grécia em 1981, e Portugal e Espanha em 1986.

⁶ A PAC estava organizada em torno do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA).

desemprego rural, um maior isolamento pelo desaparecimento de determinados serviços, e ainda os causados ao ambiente.

Neste contexto começou a surgir o conceito de Desenvolvimento Rural, acompanhando a transformação do espaço rural pela diversificação das atividades de produção e colocando um fim à sua vocação puramente agrícola. Começaram, então, a surgir novas atividades geradoras de riqueza, tais como o turismo, a indústria, o artesanato ou a proteção do ambiente.

Em 1986, o Ato Único Europeu⁷ introduziu não só o mercado único mas também a coesão económica e social em todo o território europeu com o objetivo de diminuir a distância existente entre os níveis de desenvolvimento das zonas rurais e os das zonas urbanas. Os fundos atribuídos foram, no entanto, manifestamente insuficientes para alcançar este objetivo de coesão, com apenas 4% do total da PAC afetos ao Desenvolvimento Rural. A Política Agrícola Comum tinha de ser reestruturada pois, se era certo que a modernização da agricultura implicava a redução do emprego neste setor, também deveria ser dada uma hipótese à população para se manter no mesmo local, praticando uma atividade não agrícola; isto era ainda mais importante porque o desemprego urbano começava já a ser significativo mesmo sem uma migração do campo para as cidades. Assim, a função produtiva deixaria de ser “a” (única) função do espaço rural, passando a valorizar-se igualmente outras funções como a função paisagística, turística ou ecológica; o agricultor passaria a ser um “empresário rural”, diversificando as suas fontes de rendimento. Era reforçada a vertente de pluriatividade.

A reforma de 1999 da PAC, veio de forma definitiva reconhecer formalmente a multifuncionalidade das áreas rurais:

“Os dois pilares da reforma da PAC são a criação de uma agricultura competitiva, sustentável, orientada para a qualidade que respeite o ambiente e a elaboração de um novo quadro para o Desenvolvimento Rural. Juntos, estes pontos estabelecem o contexto para uma política rural europeia baseada em três princípios: não existe Desenvolvimento

⁷O Acto Único Europeu reviu os Tratados de Roma com o objetivo de relançar a integração europeia e concluir a realização do mercado interno.

Rural sem agricultura; não há agricultura nem agricultor sem outras atividades; e não existem outras atividades sem o desenvolvimento de vilas e cidades de pequeno e médio porte” (Kinsella, 2000).

Surge, então, nesta altura um novo paradigma, o do *Desenvolvimento Rural*, para o qual se procura um novo sector agrícola, com novos objetivos como, por exemplo, a produção de bens públicos (eg paisagem) ou a valorização de nichos de mercado como complemento da actividade económica principal.

Segundo Van der Ploeg. *al.*(2000), o processo de Desenvolvimento Rural é um processo com vários intervenientes e multifacetado, devendo considerar-se três níveis: a um nível global, a relação entre agricultura e sociedade; a um nível intermédio, olhando para a reformulação do sector agrícola dadas as sinergias existentes entre ecossistemas locais e regionais; e por último, tendo em conta as empresas familiares que devem enfrentar o desafio da pluriatividade.

Toda esta complexidade de relações entre instituições envolvidas no processo de Desenvolvimento Rural faz com que este não só dependa de múltiplos atores mas também implica a sua transformação num processo multifacetado com novas práticas tão diversas como a conservação da natureza, o agroturismo, a produção de especialidades regionais ou as vendas diretas.

Aliás, com a globalização da economia e valorizando-se cada vez mais a inovação tecnológica e a qualificação dos recursos humanos, o mercado de trabalho tem imperiosamente de se adaptar às novas e elevadas taxas de desemprego, sendo a criação de emprego um elemento chave para o Desenvolvimento Rural. As estratégias a delinear têm de ter em conta a diversidade das zonas rurais entre os vários países e no interior de cada país, estimulando-se o “estabelecimento de esquemas de atividade económica, de base territorial, descentralizados e com uma forte componente de decisão local, que mobilize a população na prossecução do seu bem-estar mediante a máxima utilização dos seus recursos próprios, humanos e materiais” (Etxezarreta, 1998).

Mais recentemente pode-se constatar a crescente importância atribuída pela União Europeia ao Desenvolvimento Rural, com algumas premissas partilhadas pelos Estados-Membros:

- A vida nas zonas rurais pode ser uma alternativa à vida nas cidades, desde que seja assegurada a mobilidade das pessoas, facilitadas as comunicações e promovido o emprego;
- O turismo rural é um fator de desenvolvimento local e nacional;
- As zonas rurais dispõem de muito espaço para a instalação de equipamentos, infraestruturas, e para a adaptação de novas ideias;
- Devem ser ponderados tipos de vida alternativos aos das cidades;
- As zonas rurais oferecem um conjunto de bens cada vez mais valorizados por todos, tais como um ambiente saudável, a proximidade com a natureza, os produtos alimentares de qualidade ou o património artístico, natural e cultural.

II.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 1996, a Declaração de Cork⁸ veio afirmar a necessidade de se integrarem na política rural europeia os conceitos de *Desenvolvimento Rural* e de *sustentabilidade*:

“Um Desenvolvimento Rural sustentável deve converter-se numa das prioridades da União Europeia e ser o princípio fundamental que presida qualquer tipo de política sobre o meio rural. O objetivo que se pretende atingir é a inversão da tendência de êxodo rural, combater a pobreza, fomentar o emprego e a igualdade de oportunidades, antecipar-se às crescentes exigências em matéria de qualidade, saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e atividades de tempos livres, assim como aumentar o bem-estar no espaço rural.

O requisito de preservação e melhoria da qualidade do ambiente rural deve integrar-se em todos os trabalhos de política comunitária relacionados com o Desenvolvimento Rural. A despesa pública, a

⁸ Conferência sobre o Desenvolvimento Rural (“A Europa Rural – Perspectivas de Futuro”) organizada em Cork no âmbito da presidência irlandesa da União Europeia (Novembro de 1996).

melhoria das infraestruturas e os bens de equipamento em matéria de educação, saúde e comunicações devem ter uma repartição mais justa entre o espaço rural e as zonas urbanas. Os fundos disponíveis devem utilizar-se numa maior proporção para fomentar o Desenvolvimento Rural e garantir a realização dos objetivos ambientais”.

Foi, então, enfatizada a importância do conceito de Desenvolvimento Sustentável que tinha surgido pela primeira vez em 1987 no documento *O Nosso Futuro Comum* ou *Relatório Brundtland*, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento⁹:

“Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas.”

⁹ Comissão criada pela Organização das Nações Unidas.

III - A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

III.1 O FINAL DA DÉCADA DE 80

O ano de 1988 constituiu um marco na discussão das políticas do Desenvolvimento Rural na União Europeia. Neste ano, a Comunicação da Comissão Europeia *O Futuro do Mundo Rural*¹⁰ reconhecia a necessidade de criação de uma verdadeira política europeia de desenvolvimento rural, traduzindo uma mudança clara nas políticas e programas com impacto direto ou indireto no futuro do mundo rural.

Com efeito, as zonas rurais apresentavam diversos e graves problemas que colocavam a sua sobrevivência em risco: o tecido económico estava cada vez mais débil principalmente devido à diminuição da atividade agrícola; o êxodo dos jovens provocava um forte desequilíbrio demográfico com o eminente perigo de despovoamento das zonas rurais e o envelhecimento das populações; verificava-se uma acentuada redução ou mesmo o desaparecimento de serviços imprescindíveis para uma qualidade de vida aceitável.

Por tudo isto, era vital a implementação de programas de desenvolvimento que fomentassem a criação de empregos alternativos e complementares nestas regiões, contribuindo para o objetivo comum do Desenvolvimento Rural. Entendeu-se então que na concepção destes programas deveriam participar não só as autoridades nacionais mas também as autoridades regionais e locais, para que melhor fossem identificados os problemas e implementadas soluções mais eficazes, numa verdadeira associação de esforços.

Neste processo, foram classificadas as zonas rurais em três tipologias diferentes consoante a sua problemática:

- *Regiões rurais submetidas à pressão da evolução moderna.* Localizavam-se principalmente nas zonas do Centro e Norte da Comunidade, em redor dos grandes aglomerados de população europeus. Pela sua localização, estas zonas enfrentavam problemas muito concretos relacionados com as

¹⁰COM(88) 501 final.

tensões na utilização do solo, pois tinham um elevado ritmo de construção que não era acompanhado por uma ponderação do ordenamento do território;

- *Regiões com “declive rural”*. Incluíam-se aqui as zonas em processo de abandono e cujos níveis de desenvolvimento se encontravam cada vez mais longe dos níveis das zonas urbanas, mantendo um elevado peso da agricultura;
- *Zonas especialmente marginalizadas* pela sua localização geográfica, tais como as zonas de montanha ou algumas ilhas. Nestas zonas, o despovoamento e o abandono eram ainda mais acentuados, o que limitava fortemente as suas possibilidades de desenvolvimento.

Neste documento, a Comissão Europeia recomendava a tomada de medidas específicas para cada uma das problemáticas identificadas, ainda que todas debaixo de uma metodologia comum. Entendia que todas as ações de desenvolvimento rural deveriam ser concebidas a partir das realidades locais e mediante ações estruturais de diversificação das atividades económicas no meio rural.

Também a reforma nesse mesmo ano dos Fundos Estruturais (FEOGA-Orientação¹¹, FSE¹² e FEDER¹³) veio introduzir importantes alterações que ajudaram à concretização destas disposições, já que introduziu um novo método de intervenção dos Fundos baseado na complementaridade, cooperação e simplificação de procedimentos¹⁴.

Cada Fundo tinha uma função específica:

- Ao FEDER, passou a competir o desenvolvimento de investimentos produtivos, a criação ou modernização de infraestruturas e o desenvolvimento do potencial endógeno de cada região;

¹¹ Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, dividido em duas secções, como o próprio nome indica: Orientação (destinada ao financiamento da componente estrutural da PAC – incentivos aos investimentos de modernização da agricultura) e Garantia (que suportava as despesas decorrentes do funcionamento da componente de preços e mercados).

¹² Fundo Social Europeu

¹³ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

¹⁴ Regulamento (CEE) nº 2052/88 do Conselho de 24 de junho de 1988.

- O FSE ocupou-se especificamente do apoio a ações de formação profissional e ajudas à contratação, lutando contra o desemprego de longa duração e pela inserção dos jovens na vida profissional;
- O FEOGA – Orientação ocupou-se do reforço e reorganização das estruturas agrícolas na perspetiva da PAC, do desenvolvimento de atividades alternativas para os agricultores, de assegurar aos agricultores um nível de vida adequado e ainda em contribuir para o desenvolvimento do tecido social das zonas rurais, a proteção do ambiente e a manutenção do espaço rural.

Com o entendimento que todas as políticas de ajudas deveriam seguir uma abordagem estratégica e uma finalidade comum de desenvolvimento integral das diversas regiões, foi criada uma política estrutural de Desenvolvimento Rural, congregando duas políticas paralelas: a Política Agrícola e Rural (proveniente do Tratado de Roma) e a Política Regional (criada na década de 70).

Quatro princípios diretores estiveram na base desta reforma:

- *Concentração do financiamento* em regiões específicas e em ações particulares, de modo a aumentar a eficácia dos fundos estruturais;
- *Parceria* entre os níveis local, regional e nacional, e a Comunidade na elaboração da programação e sua aplicação;
- *Adicionalidade* do financiamento, ou seja, uma participação financeira ao nível regional, nacional e comunitário;
- *Programação* de todas as medidas, baseada em planos detalhados elaborados pelos Estados-Membros ou pelas regiões e depois aprovados pela Comissão.

Seguindo o princípio da concentração, o espaço comunitário foi classificado em zonas diferentes consoante os objetivos traçados para cada uma. Evidentemente, diferentes objetivos implicavam diferentes instrumentos de intervenção, tanto ao nível das condições como das modalidades de financiamento.

Foram então definidos 5 objetivos prioritários:

- *Objetivo 1:* Promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das zonas menos desenvolvidas, ou seja, as zonas com um PIB por habitante inferior ou próximo de 75% da média comunitária. Fundos implicados: FEDER, FSE e FEOGA-Orientação;
- *Objetivo 2:* Reconverter as regiões, regiões transfronteiriças ou partes de regiões gravemente afetadas pelo declínio industrial. Fundos implicados: FEDER e FSE;
- *Objetivo 3:* Lutar contra o desemprego de longa duração. Um único Fundo Comunitário: FSE;
- *Objetivo 4:* Facilitar a inserção profissional dos jovens. Novamente o FSE como único Fundo;
- *Objetivo 5:* Na perspetiva da Política Agrícola Comum:
 - *Objetivo 5a* – Acelerar a adaptação das estruturas agrícolas. Fundo: FEOGA-Orientação.
 - *Objetivo 5b* – Promover o desenvolvimento das zonas rurais com um elevado peso do emprego agrícola no emprego total, baixo nível de rendimento agrícola e nível baixo de desenvolvimento socioeconómico avaliado com base no PIB por habitante. Todos os Fundos estavam disponíveis para este Objetivo (FEDER, FSE e FEOGA-Orientação)¹⁵.

Apesar desta reforma, a maior relevância conferida agora à problemática do futuro do mundo rural não foi, no entanto, acompanhada por igual importância no que respeita aos apoios financeiros implicados. Para além do pouco peso do orçamento dos fundos estruturais no total do orçamento da União Europeia, a secção Orientação do FEOGA (que financiava as medidas de Desenvolvimento Rural) nunca chegou a atingir um terço do orçamento total deste Fundo, ao contrário do que tinha sido estabelecido aquando a sua criação.

¹⁵Aparece pela primeira vez um objetivo territorial específico para o fomento do desenvolvimento das zonas rurais, apesar de apenas se referir a zonas rurais denominadas residuais (em 1989, as zonas Objetivo 5b representavam 17% da superfície da Comunidade Europeia e 5% da sua população).

Também o facto de estas medidas serem apoiadas em cofinanciamento com os Estados-Membros veio muitas vezes colocar um entrave à sua concretização, nomeadamente nos casos em que os Estados-Membros não dispunham de verbas para o financiamento da parcela nacional (de 25% nas regiões desfavorecidas e de 50% nas restantes regiões).

Em 1991, a Comissão Europeia estava seriamente preocupada com o futuro do mundo rural que assistia de forma quase impotente ao seu crescente despovoamento. O Desenvolvimento Rural surgia cada vez mais como um desafio importante que necessitava de experimentação e da procura de soluções inovadoras que viessem combater por dentro a desertificação das zonas rurais, criando condições para a sua revitalização endógena.

Neste contexto surge o documento de reflexão da Comissão Europeia *Evolução e Futuro da PAC*, que inclui verdadeiros princípios e objetivos de Desenvolvimento Rural: este documento realça a necessidade de preservação da face rural da Europa, implicando que fosse assegurada a continuidade de existência de um número significativo de agricultores; salienta o carácter multifuncional da agricultura, atribuindo a esta atividade um papel fundamental na proteção do ambiente e da paisagem rural; por fim, o documento reforça ainda a ideia de integração das diferentes políticas no mundo rural, afirmando que o Desenvolvimento Rural não depende exclusivamente do sector agrícola.

Na prática, isto traduziu-se em alguns incentivos para o encorajamento da agricultura extensiva e para que os agricultores pudessem abandonar a atividade agrícola optando por uma atividade mais diversificada. No entanto, alguns problemas de fundo subsistiram, principalmente ao nível do financiamento das medidas, o que retirou algum impacto relativamente ao inicialmente esperado: não só o peso no orçamento total não aumentou continuando a ser manifestamente insuficiente, como também continuava a ser necessário um cofinanciamento por vezes demasiado pesado para os Estados-Membros -para além do facto de estas medidas se enquadrarem muitas vezes em programas circunscritos a algumas regiões.

III.2 A INICIATIVA COMUNITÁRIA LEADER

III.2.1 O nascimento na década de 90

Em 1991, surge a Comunicação da Comissão aos Estados-Membros nº 91/C 73/14, de 19 de Março, onde foram definidas as diretrizes de ação para a Iniciativa Comunitária LEADER, uma metodologia que permitia “experimentar abordagens de Desenvolvimento Rural autóctones, locais e, com frequência, inovadoras. Uma abordagem que permite aos agentes e aos territórios rurais revalorizar o seu potencial próprio no contexto de uma política global de dinamização do Desenvolvimento Rural”¹⁶. Em suma, uma metodologia que permitia a manutenção das populações das zonas rurais, combatendo diretamente o êxodo a que se assistia massivamente por toda a Europa rural.

Esta nova forma de abordagem, que agora se tentava, tinha características muito particulares:

- De escala local ou sub-regional, ou seja, a aplicar a âmbitos geográficos relativamente reduzidos;
- Uma abordagem integrada e endógena, centrada na valorização de um conjunto de problemas que afetavam uma determinada zona, respeitando as suas particularidades;
- O valor demonstrativo dos projetos, de modo a que pudessem ser aplicáveis em outras zonas com características semelhantes;
- A participação da população local, tanto na elaboração de projetos como na posterior tomada de decisões.

Depois de uma prévia definição da estratégia global de desenvolvimento em cada uma das zonas, era definido um plano de atuação para serem fomentadas as iniciativas públicas e privadas dinamizadoras do desenvolvimento endógeno gerido pelas Associações de Desenvolvimento Local.

A primeira grande inovação no LEADER foi o próprio processo, colocando um ponto final na centralização que até então vigorava nas políticas nacionais. Conferia especial importância à heterogeneidade dos territórios (numa

¹⁶ LEADER é um acrónimo de Ligações Entre Ações para o Desenvolvimento da Economia Rural.

dimensão verdadeiramente territorial) e à participação da população local na gestão da Iniciativa - um processo de Desenvolvimento Rural integrado, endógeno, sustentável e participativo, capaz de corrigir os desequilíbrios territoriais existentes e dotar a população rural de uma maior qualidade de vida e bem-estar social de modo a permitir a sua estabilidade nos meios rurais. Os atores locais (constituídos em Associações de Desenvolvimento Local) passavam assim a ter um papel relevante na gestão local de fundos comunitários para a prossecução dos objectivos que eles próprios traçavam e enquadravam em Planos de Desenvolvimento Local (que eram depois aprovados por um organismo do Ministério da Agricultura, a entidade gestora).

Todas as zonas rurais da Europa que pertenciam à categoria de Objetivo 1 ou Objetivo 5b puderam optar pela Iniciativa LEADER I que foi financiada pelos três Fundos Estruturais: Feder, FSE e FEOGA-Orientação.

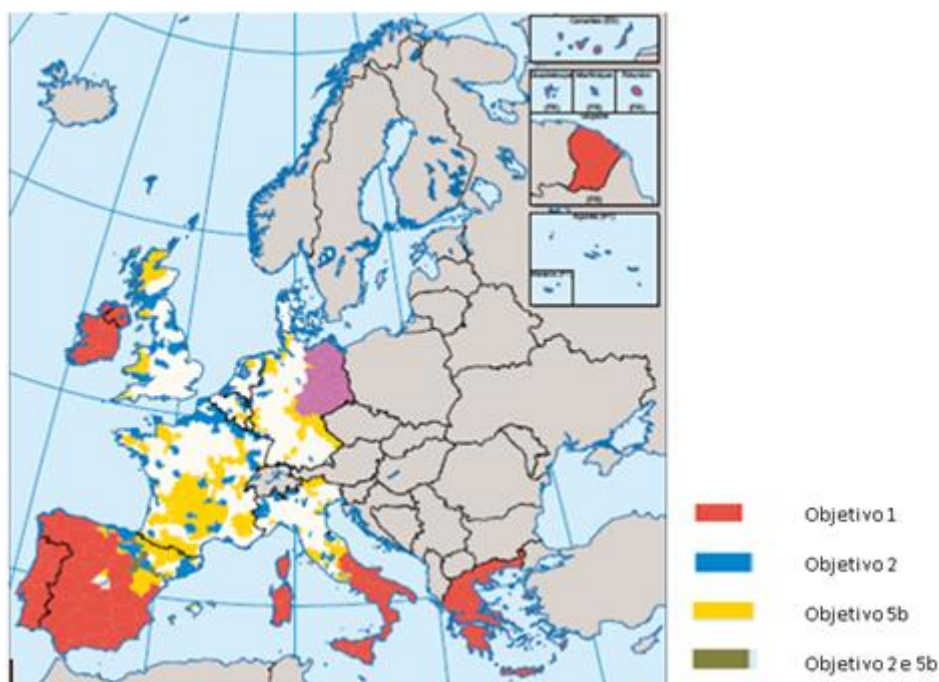


FIGURA 1 – Zonas da UE elegíveis para os Fundos Estruturais 1989-1993

FONTE: InfoRegio (2008)

No quadro comunitário seguinte, e para o período 1994-1999, foi delineada a Iniciativa Comunitária LEADER II que praticamente quintuplicou o número inicial de 217 territórios europeus. A comunicação aos Estados-Membros da Iniciativa Comunitária PIC LEADER II definiu como objetivos principais:

- Assegurar a continuidade do LEADER I no apoio às iniciativas locais de desenvolvimento local exemplares;
- Apoiar ações inovadoras, demonstrativas (mostrando como abordar e resolver situações e problemas) e transferíveis (permitindo a possibilidade de aplicar experiências em outros contextos e territórios de cada Estado membro e da Europa);
- Multiplicar intercâmbios de experiências e transferências de saber-fazer através de uma rede europeia de Desenvolvimento Rural;
- Apoiar projetos de cooperação transnacional provenientes dos atores locais das zonas rurais, traduzindo a sua solidariedade.

É a *Declaração de Cork* (referida no capítulo I) que em 1996 vem sintetizar os fundamentos de uma política rural integrada com base no modelo LEADER.

São definidos 10 princípios para uma abordagem integrada e multissetorial do Desenvolvimento Rural:

1. *A preferência rural* deve ser a prioridade da União Europeia;
2. *Abordagem integrada*: multidisciplinar em termos de conceito e multissetorial em termos de aplicação, com uma clara dimensão territorial;
3. *Diversificação* das atividades económica e social;
4. *Sustentabilidade*, preservando as opções das gerações futuras;
5. *Subsidiariedade*: uma metodologia tão descentralizada quanto possível, baseada na parceria e cooperação a todos os níveis através de uma abordagem *bottom-up*;
6. *Simplificação*;
7. *Programação*: procedimentos coerentes e transparentes, integrados num único programa de desenvolvimento rural;
8. *Financiamento*: incentivar a participação de recursos financeiros locais;
9. *Gestão*: reforço das capacidades locais e regionais;
10. *Avaliação e Investigação*.

Nesta Declaração também se defende o estabelecimento do Desenvolvimento Rural como “segundo pilar” da PAC, demonstrando a importância cada vez maior conferida ao Desenvolvimento Rural. O impacto da Conferência foi na

altura relativamente reduzido, quer pela ausência de envolvimento dos Ministros da Agricultura dos Estados-Membros como também por algum receio sentido por parte das associações de agricultores de que a Política Rural viesse a substituir a Política Agrícola.

Por estas razões, o Regulamento de Desenvolvimento Rural aprovado em 1999 inclui muito poucas recomendações da *Declaração de Cork*. Identifica 22 medidas, agrupadas em 9 capítulos:

1. Investimentos nas explorações agrícolas;
2. Instalação de jovens agricultores;
3. Formação profissional para agricultores e outras pessoas ocupadas em atividades agrícolas e silvícolas, e sua reconversão profissional;
4. Cessação antecipada da atividade (para os agricultores);
5. Apoios às zonas desfavorecidas com constrangimentos ambientais, através de indemnizações compensatórias;
6. Medidas Agroambientais;
7. Melhoria das condições de comercialização e transformação;
8. Medidas florestais;
9. Promoção da adaptação e desenvolvimento das zonas rurais.

Verifica-se, assim, que dos nove capítulos da Política de Desenvolvimento Rural, apenas os dois últimos dizem respeito a outra atividade que não a agricultura. Além disso, e contrariando a ideia do envolvimento da população local na procura de soluções para os problemas locais como fator de sucesso para a implementação de uma política de Desenvolvimento Rural, os habitantes do mundo rural continuaram a ser encarados apenas como candidatos a beneficiários de apoios e não como participantes na estratégia de desenvolvimento das suas regiões, continuando a não ser chamados a participar na elaboração dos planos de Desenvolvimento Rural de cada Estado-Membro.

Em 1997, a Comissão da União Europeia elaborou a *Agenda 2000, para uma União reforçada e alargada* no qual apresenta um ponto de situação das diferentes políticas da União, analisa diferentes questões relacionadas com os alargamentos futuros e propõe um novo quadro financeiro para o período 2000-2006, debruçando-se em particular sobre as políticas estruturais e a PAC. Neste documento, a Comissão vem reconhecer o papel do Desenvolvimento Rural como método para a revalorização dos espaços rurais europeus, dando relevo ao papel desempenhado pela Iniciativa Comunitária LEADER segundo as experiências LEADER I e LEADER II.

Com a Reforma dos Fundos Estruturais de 1999, são regulamentados os pressupostos destinados ao mundo rural até 2006, com três objetivos prioritários para os Fundos Estruturais, para o Banco Europeu de Investimento (BEI) e para outros instrumentos financeiros da União Europeia:

- *Regiões Objetivo 1:* Promover o desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas, abrangendo uma falta substancial de infraestruturas de base e tendo como finalidade o impulsionamento das atividades económicas. Estavam aqui incluídas cerca de 50 regiões que representavam 22% da população da União e para as quais foram reservados 70% dos Fundos.
- *Regiões Objetivo 2:* Apoiar a reconversão económica e social das zonas com diferenças estruturais. Nas regiões em conversão, o principal problema identificado foi o declínio das atividades económicas tradicionais, pelo que se considerou indispensável uma aposta no desenvolvimento de atividades alternativas. Cerca de 18% da população europeia vivia nestas zonas de crise, às quais foram atribuídos cerca de 11,5% do total dos Fundos.
- *Regiões Objetivo 3:* Apoiar a adaptação e modernização das políticas e sistemas de educação, formação e emprego de determinados sectores. Este Objetivo 3 serviu como ponto de referência para todas as medidas referentes a recursos humanos financiados pelos Fundos Estruturais: formações de base, formações contínuas, aprendizagem, ajudas ao emprego e a atividades profissionais não remuneradas, economia social, melhoria das estruturas de educação, criação de parcerias entre centros de formação e empresas, adaptabilidade dos trabalhadores e igualdade de

oportunidades. Os financiamentos do Objetivo 3 abrangeram toda a União à exceção das regiões Objetivo 1, nas quais as medidas para a formação e emprego eram parte dos programas de recuperação. Para este Objetivo foram atribuídos cerca de 12% dos Fundos.

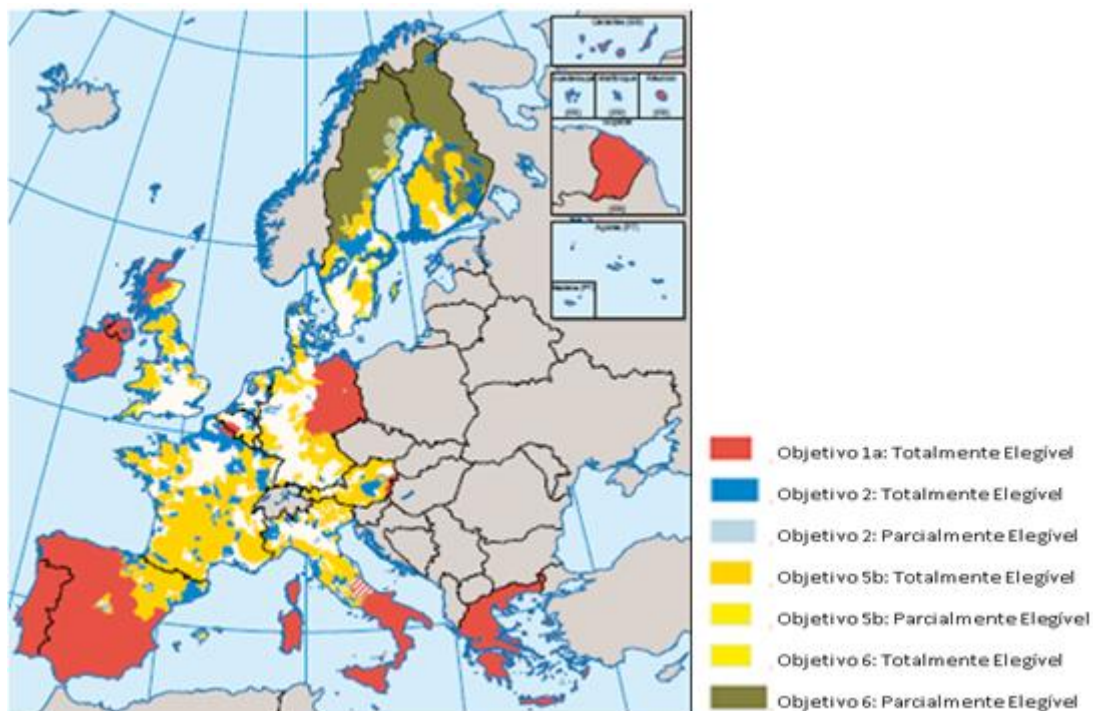


FIGURA 2 – Zonas da UE Elegíveis para os Fundos Estruturais 1994-1999

FONTE: InfoRegio (2008)

Apesar de a *Agenda 2000* ter definido as ajudas que as regiões Objetivo 1 receberiam no período 2000-2006 e o seu cofinanciamento pelos Fundos Estruturais e pelo Fundo de Coesão, a Iniciativa Comunitária incluída no III Quadro Comunitário de Apoio, o LEADER+¹⁷, veio a ser apenas financiada pelo FEOGA-Orientação.

As políticas comunitárias definidas para o período seguinte, de 2007 a 2013, já integraram a abordagem LEADER na política de desenvolvimento rural global da União Europeia, ou seja, incluíram-na nos Programas de Desenvolvimento Rural regionais e nacionais apoiados pela União Europeia em conjunto com outros eixos de Desenvolvimento Rural. Ao contrário do LEADER I, LEADER II e LEADER+ que funcionaram como Iniciativa Comunitária, em que os Estados-Membros e as regiões dispunham de programas LEADER autónomos, os eixos

¹⁷ Criada pela Comunicação da Comissão aos Estados membros nº 2000/C 139/05 de 14 de Abril de 2000.

LEADER passaram agora a ser financiados por dotações globais que cada Estado-Membro recebe da União Europeia no âmbito do novo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)¹⁸. No novo regulamento relativo ao apoio ao Desenvolvimento Rural para este período é estabelecida a obrigatoriedade de inclusão da metodologia LEADER como componente de cada Programa de Desenvolvimento Rural de modo a que sejam aplicadas estratégias locais ascendentes de desenvolvimento e com um financiamento mínimo comunitário de 5%.

No Regulamento (CE) nº 1698/2005 do Conselho, de 20 de Dezembro de 2005, relativo ao apoio ao Desenvolvimento Rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), é estabelecido que a abordagem LEADER deve incluir, no mínimo, os seguintes elementos:

- Estratégias locais de desenvolvimento por zona destinadas a territórios rurais sub-regionais bem identificados;
- Parcerias locais dos sectores público e privado, designados por GAL (Grupos de Ação Local);
- Abordagem ascendente em que os GAL têm poder de decisão no que diz respeito à elaboração e execução de estratégias locais de desenvolvimento;
- Concepção e execução multissetoriais da Estratégia, baseadas na interação entre agentes e projetos de diferentes sectores da economia local;
- Execução de abordagens inovadoras;
- Execução de projetos de cooperação;
- Ligação em rede de parcerias locais.

III.2.2 O Relatório do Tribunal de Contas sobre a aplicação da abordagem LEADER (2010)

Comparada com os métodos tradicionais de financiamento, a abordagem LEADER envolve custos e riscos mais elevados, entregando-se o controlo de orçamentos da União Europeia a uma multiplicidade de parcerias locais, os GAL. Em contrapartida, estima-se que o LEADER traga a mais-valia de uma

¹⁸Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural. Este novo instrumento de financiamento e de programação único foi introduzido na revisão intercalar da PAC de Junho de 2003 e de Abril de 2004, do que se salienta a importância agora atribuída ao Desenvolvimento Rural.

melhor identificação das necessidades e soluções locais, um maior envolvimento dos agentes locais e uma maior margem para a inovação.

Em 2010, o Tribunal de Contas Europeu divulgou um Relatório Especial ¹⁹no qual analisou exatamente se a abordagem LEADER (especificamente o LEADER+) tinha sido aplicada de forma a gerar valor acrescentado, minimizando simultaneamente os riscos para a boa gestão financeira da UE.

Entre as várias conclusões e recomendações, salientam-se três:

- Apesar de o LEADER pretender uma indicação ascendente (*bottom-up*) das soluções locais para os problemas locais, os Estados-Membros impuseram um conjunto de medidas decididas a nível nacional como a solução para os diferentes problemas do desenvolvimento de cada território para o período 2007-2013. Se desta forma foi facilitado o controlo do LEADER, também foram limitadas as possibilidades de aplicação de estratégias inovadoras locais e o potencial valor acrescentado que justificava a adoção desta abordagem.
- Alguns GAL não implementaram procedimentos eficazes para evitar conflitos de interesses, nomeadamente para garantir a abstenção da participação de membros dos órgãos dos GAL na discussão, avaliação ou decisão relativa a projetos nos quais tinham interesses pessoais, de afinidade política, profissionais ou económicos – podendo eventualmente ter conduzido a uma utilização ineficaz ou ineficiente do orçamento da União Europeia.
- Apesar de o orçamento da União Europeia ter contribuído com cerca de dois mil milhões de euros para o LEADER+ e programado mais de cinco mil milhões para o período 2007-2013, a Comissão não dispunha de um conjunto de indicadores que permitissem aferir da eficácia ou eficiência das despesas, qual o valor acrescentado obtido com a adoção da abordagem LEADER ou quais os custos reais da execução. Não pôde assim concluir-se que o valor acrescentado e a boa gestão financeira do programa LEADER constituíssem dados adquiridos.

¹⁹ Relatório Especial n° 5/2010.

Esta última conclusão é, aliás, atualmente um ponto de discussão muito presente na discussão do período de financiamento 2014-2020, com os GAL e as Autoridades de Gestão dos Estados-Membros preocupados em demonstrar exatamente a mais-valia gerada pela implementação deste tipo de abordagem nos territórios rurais – o que na maior parte dos casos não é tarefa fácil principalmente devido à falta de dados sobre as iniciativas comunitárias anteriores²⁰.

III.2.3 O Desenvolvimento Rural na PAC pós-2013

O Quadro Estratégico Comum (QEC)²¹ proposto para o período 2014-2020 estabelece disposições comuns para a execução dos fundos comunitários: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP) de modo a aumentar a coerência entre os instrumentos e a favorecer sinergias, conduzindo a uma maior eficácia e eficiência dos instrumentos estruturais.

Na proposta do novo Regulamento de Desenvolvimento Rural são definidos três objetivos para o período 2014-2020 – uma produção alimentar viável, a sustentabilidade e um desenvolvimento territorial equilibrado—depois traduzidos em seis prioridades da União Europeia:

1. Aumento da transferência de conhecimento e inovação na agricultura, floresta e zonas rurais;
2. Aumento da competitividade agrícola e viabilidade das explorações;
3. Promoção da organização de cadeias alimentares e gestão do risco que lhe está associado;
4. Ecossistemas dependentes da agricultura e floresta;

²⁰ Por exemplo, apenas em 2010 surgiu o documento “Capturing impact of LEADER and of measures to improve Quality of Life in rural areas” que vem cumprir com as recomendações do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação aprovado pelos Estados-Membros para o período 2007-2013.

²¹ Regulamento (UE) n.º 1303/2013.

5. Eficiência dos recursos naturais;
6. Inclusão social, redução da pobreza e desenvolvimento económico nas zonas rurais.

No entanto, se por um lado os objetivos do Desenvolvimento Rural se encontram bem definidos, já as prioridades são vagas, deixando espaço para que venham a ser apoiados com fundos do Desenvolvimento Rural projectos que nada têm a ver com os objetivos²².

O Desenvolvimento Rural pode constituir um meio eficaz de resposta à crise: por um lado, as explorações familiares, de reduzida dimensão e com pouca dependência de financiamento bancário voltam a ser uma opção. Também a atual falta de emprego nas zonas urbanas faz com que se comece a sentir uma ligeira inversão do sentido do fluxo migratório dos campos para as cidades, trazendo de volta população que deita mão a novas atividades (agrícolas ou não). Também a agricultura multifuncional vem contribuir para a viabilidade económica das explorações agrícolas, assegurando algum nível de emprego nas zonas rurais. A atividade agrícola produz agora externalidades positivas na medida em que auxilia outros setores e favorece o desenvolvimento da região onde é exercida. Idealmente, os dois pilares da PAC, Agricultura e Desenvolvimento Rural, deveriam caminhar para um maior equilíbrio em termos de dotação orçamental.

III.3 O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA RURAL EM PORTUGAL

A nível europeu, as políticas rurais têm merecido diferentes níveis de atenção em diferentes Estados-Membros: se, por exemplo, em França, Holanda e Suécia é uma preocupação que vem da década de 70, em Espanha, Irlanda ou Portugal foi o programa LEADER que desempenhou o papel de motor.

No nosso país, esta iniciativa veio impulsionar as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) que tinham surgido entre 1989 e 1990, dotando-as de meios para conceber e implementar um Plano de Ação Local. Dado o reduzido número de ADL existentes na altura, teve lugar uma ampla campanha de divulgação por parte do Ministério da Agricultura (a entidade gestora do

²²Por exemplo, a segunda prioridade não define que tipo de agricultura contribui para os objetivos do Desenvolvimento Rural, permitindo que se interprete como prioridade o aumento da competitividade de *todos* os tipos de agricultura.

programa global) para a dinamização do processo de constituição de Associações, com vários tipos de génese mas envolvendo sempre a constituição de parcerias entre diferentes agentes como as autarquias, associações profissionais ou recreativas e outros agentes de desenvolvimento. As novas Associações de Desenvolvimento Local juntaram-se então às já existentes para se candidatarem ao programa LEADER I, num processo dinamizado pelo Ministério da Agricultura²³.

Foram aprovadas 20 Zonas de Intervenção em várias áreas rurais do país e constituídos outros tantos Grupos de Ação Local (GAL) que, com a aprovação dos seus Planos de Ação Local pela Comissão Europeia, deram início à implementação de uma metodologia totalmente inovadora na abordagem das questões do Desenvolvimento Rural.

No II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999), Portugal manteve a mesma estratégia, com um *Eixo 4 -Fortalecer a Base Económica Regional* que integrava o Programa Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR), de âmbito nacional e gestão descentralizada, e através do qual se pretendia corrigir as assimetrias regionais. A abordagem LEADER foi incluída nas políticas destinadas ao Desenvolvimento Rural em Portugal.

O número de GAL aumentou de 20 para 48, abrangendo 86% das áreas rurais do país. No entanto, de facto a implementação terreno só teve início no final de 1997, o que fez com que fosse posta em causa a credibilidade do Programa dada a inicial disparidade de mais de 3 anos entre a programação e o início da execução no terreno.

No que respeita ao Desenvolvimento Rural, o III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) estabeleceu:

- O programa AGRO (Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural) com uma dotação orçamental de 1 956 milhões de euros²⁴;

²³ O organismo intermédio foi o Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural da Direcção Geral do Planeamento e Administração (DGPA) do Ministério da Agricultura.

²⁴ www.qca.pt

- A medida AGRIS (medida da Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais), com uma Despesa Pública total de 937 milhões de euros²⁵;
- O Plano de Desenvolvimento Rural – RURIS, com uma dotação de 1 372 milhões de euros²⁶.

O AGRO teve como principal objetivo a promoção da ligação entre a agricultura e o desenvolvimento sustentável das zonas rurais. A sua atenção focou-se no entanto nas actividades agroflorestais, preterindo todas as restantes atividades desenvolvidas em meio rural.

Relativamente à medida AGRIS, as suas acções complementavam as medidas do Programa AGRO, visando uma melhor abordagem e integração a nível regional das políticas Agrícola e de Desenvolvimento Rural. Apesar de também aqui as acções relativas à agricultura e silvicultura serem em maior número, esta foi a medida que mais se destinou a outros sectores de atividade que não o agrícola. Incluía as acções *Diversificação da Pequena Agricultura e Valorização do Ambiente e do Património Rural*.

Por último, o RURIS integrava quatro intervenções: reforma antecipada, indemnizações compensatórias, medidas agroambientais e florestação de terras agrícolas. Apesar do seu nome de *Plano de Desenvolvimento Rural*, teve como principais beneficiários os agricultores ou associações de agricultores, produtores florestais e criadores de gado.

Neste III Quadro Comunitário de Apoio, o LEADER+ em Portugal alargou o seu âmbito para além das zonas rurais mais desfavorecidas e em declínio, passando a abranger todo o território nacional, incluindo as regiões autónomas, e excluindo apenas os núcleos urbanos com mais de 150.000 habitantes. Os territórios objeto de intervenção no âmbito dos Planos de Desenvolvimento Local ocuparam cerca de 87,5% da superfície do território nacional e abrangeram cerca de 32,9% da população nacional. As áreas desfavorecidas incluídas nas zonas de intervenção dos agora 52 Grupos de Ação Local representavam mais de 98% da área total desfavorecida.

²⁵ Medeiros, E. e Moreno, L.

²⁶ Estudo de Avaliação Final (ex-post) do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental: RURIS.

Na figura abaixo podemos observar a evolução do número de territórios de intervenção LEADER no nosso país entre 1991 e 2006.

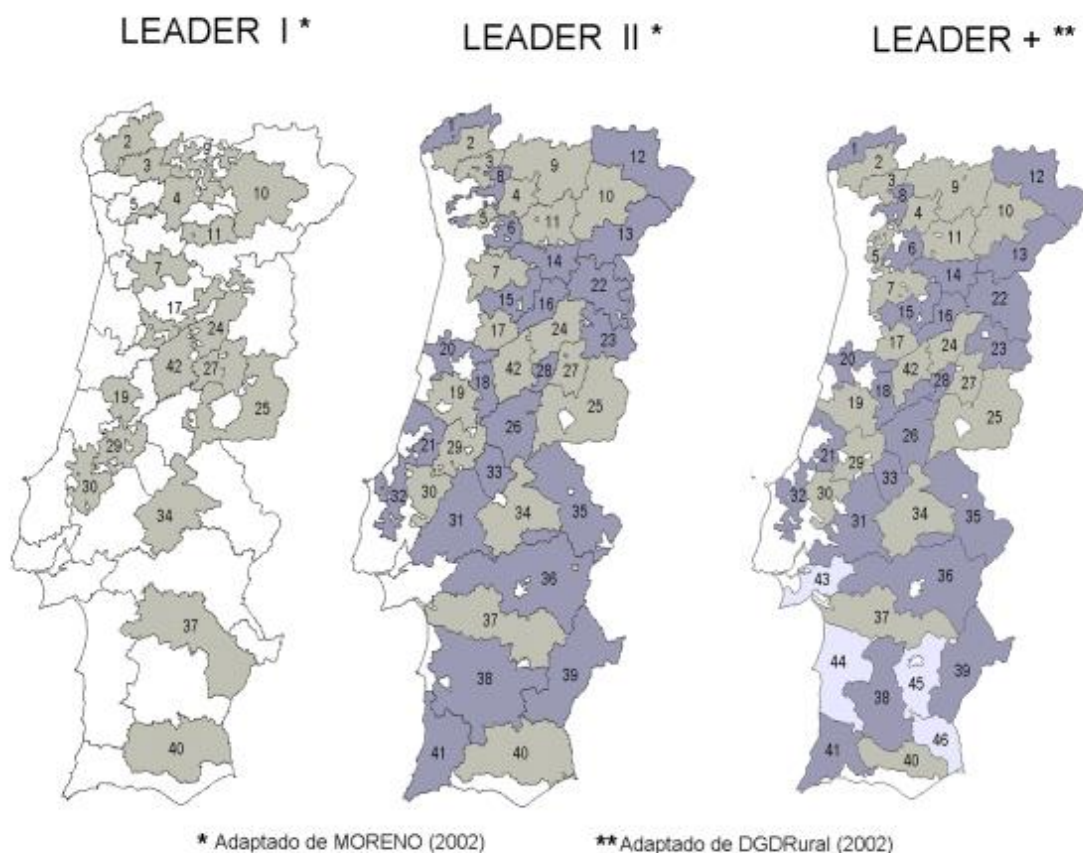


FIGURA 3 – Mapa das Associações de Desenvolvimento Local em Portugal - Iniciativa Comunitária LEADER: LEADER I (1991-93); LEADER II (1994-99); LEADER+ (2001-06)

FONTE: MORENO (2007)

Para o período 2007-2013, foi aprovado pela Comissão Europeia o PRODER²⁷, um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao Desenvolvimento Rural do Continente cofinanciado pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – tendo como objetivos:

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

A estes objetivos estratégicos acresceram ainda objetivos de carácter transversal, como o reforço da coesão territorial e social e a promoção da

²⁷Decisão C(2007)6159, em 4 de dezembro

eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão setorial e territorial.

As ações do PRODER foram agrupadas em quatro Subprogramas:

- Subprograma 1. *Promoção da Competitividade*;
- Subprograma 2. *Gestão Sustentável do Espaço Rural*;
- Subprograma 3. *Dinamização das Zonas Rurais*;
- Subprograma 4. *Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências*.

A abordagem LEADER foi enquadrada no Subprograma 3 (SP3), através das ações promovidas no âmbito das Estratégias de Desenvolvimento Local (ELD) e de agentes organizados especificamente para esse efeito. Este processo teve no entanto atrasos significativos, pelo que apenas no início de 2008 começou o processo de reconhecimento dos Grupos de Ação Local e a aprovação das ELD. Cada concorrente teve de propor uma estratégia que se adequasse às necessidades do território de intervenção definido, e só em Janeiro de 2010 (já a meio do período 2007-2013) foram finalmente reconhecidos todos os 47 GAL que abrangem atualmente todo o território rural continental.

Num total de 4 282 milhões de euros do PRODER total, foi alocada ao Subprograma 3 (SP3) a verba de 471 milhões de euros a distribuir por seis Medidas, das quais apenas a medida *Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais*, com uma Despesa Pública de 33,3 milhões de euros, não tem intervenção dos Grupos de Ação Local.

Os GAL gerem assim 11% do total do PRODER:

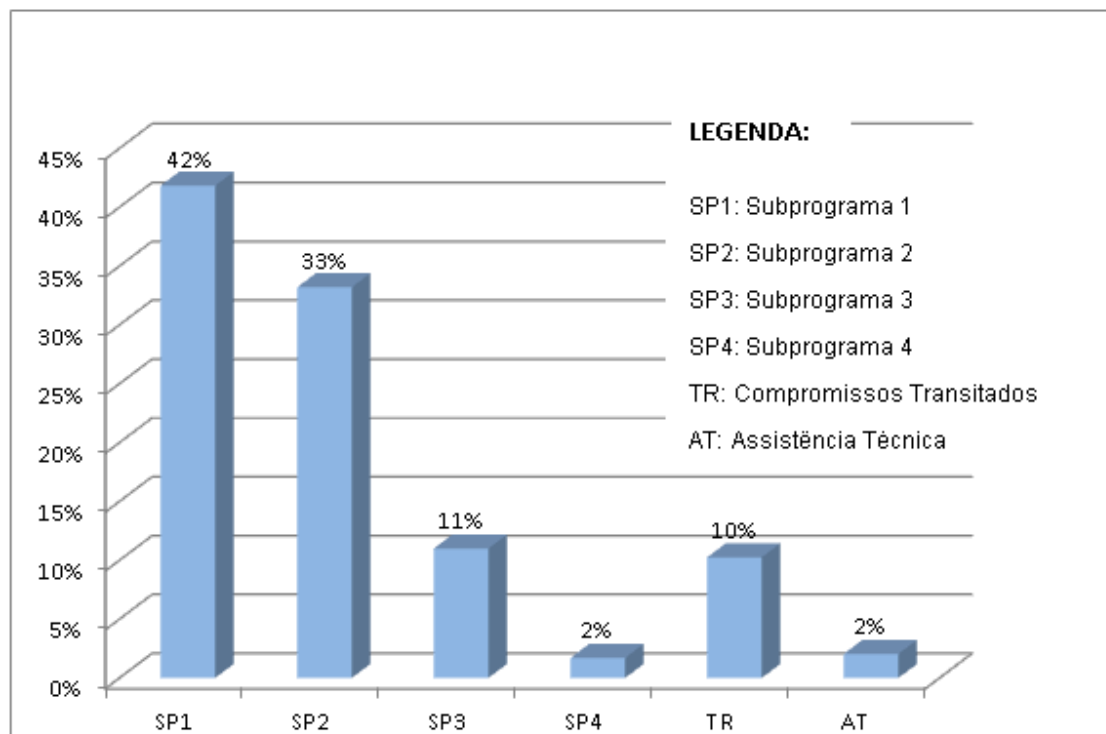


FIGURA 4 – Gráfico Distribuição da Dotação Financeira do PRODER (2007-2013)

Com o atraso no arranque da execução do Subprograma onde foi situada a abordagem LEADER, a taxa de execução deste eixo no final de 2012 (a três anos do término do quadro comunitário²⁸) era de apenas 38% contra 60% de taxa de execução de todo o Programa. No entanto, a taxa de compromisso médio na mesma data era de 76%, deixando antever a franca possibilidade de cumprimento de 100% deste Subprograma até ao final do quadro comunitário. No final de 2013, a abordagem LEADER registava uma taxa de execução de 58% em comparação com os 72% da média do Programa (ainda assim, representando um aumento de 20% no SP3 enquanto que o aumento da taxa de execução do PRODER se ficou pelos 12%²⁹). À data de julho de 2014, a taxa de compromisso do Subprograma 3 é de 103%, restando agora saber se os meses que restam até ao final do quadro comunitário serão suficientes para o cumprimento da totalidade do Subprograma.

²⁸ Os projetos apoiados têm no máximo 24 meses para terminar a sua execução. 31 de dezembro de 2014 é a data final para conclusão dos últimos projetos aprovados no âmbito do presente quadro comunitário.

²⁹ Com o aumento de 60% para 72%.

Se por um lado os GAL viram uma boa notícia na autorização dada pela Autoridade de Gestão para a contratação de Pedidos de Apoio em *overbooking* (ou seja, de todos os Pedidos de Apoio que tiveram parecer favorável no último Aviso), este facto veio aumentar o perigo de se ficar aquém dos 100% de execução do SP3, já que o denominador que lhe serve de base aumentou consideravelmente³⁰.

Também o espaço de tempo que estes Pedidos de Apoio têm disponível para a sua execução foi consideravelmente reduzido dos iniciais 24 meses para um término obrigatório até 31 de dezembro de 2014 (data estipulada para a conclusão das operações no âmbito do PRODER).

Podemos afirmar que estão reunidas as condições para a grande “prova dos nove” à capacidade de mobilização das populações por parte dos GAL, nomeadamente no incentivo aos seus promotores em termos de execução das operações aprovadas no âmbito do SP3.

³⁰ Nesta data, estavam assumidos compromissos que representavam 490,6 milhões de euros, cerca de 20 milhões de euros a mais do que o inicialmente programado de 471 milhões de euros. (*in* www.proder.pt)

IV - ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO

Durante décadas, os indicadores utilizados para avaliar o desenvolvimento de uma região ou país eram indicadores exclusivamente económicos, pelo que o Produto Interno Bruto (PIB) rapidamente se afirmou como o indicador por excelência da performance económica dos países.

No entanto, o facto de um país ou região registar um certo crescimento não significa necessariamente que se tenha desenvolvido. Num extremo, o mero crescimento económico pode levar ao esgotamento dos recursos do território, levando à não sustentabilidade do mesmo. Ora a análise da evolução do PIB limita-se à verificação do crescimento económico, o que o torna num excelente indicador macro mas pouco nos permite concluir sobre o desenvolvimento económico de um território. Assim, o reconhecimento da sua insuficiência para sintetizar o quadro global da sociedade levou a que fossem sucessivamente introduzidos alguns indicadores sociais bem como foram desenvolvidos indicadores ambientais como resultado das tomadas de consciência da pressão que as atividades humanas exercem sobre o sistema ambiental.

Surgiu, por exemplo, o indicador da Felicidade Interna Bruta³¹ que pretende medir o nível de satisfação das pessoas relativamente a questões como a educação, a saúde e a proteção ambiental, entre outras. Também na mesma linha se levantou a voz do economista paquistanês MahbubulHaq que demonstrou que as elevadas taxas de crescimento do PIB que se verificavam no seu país na década de 60 do século XX não tinham correspondência nas condições de vida da população que registava demasiadas assimetrias. Mahbub foi mais tarde um dos impulsionadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), provavelmente o indicador mais utilizado a nível internacional para a avaliação do nível de desenvolvimento dos países.

Procurando-se através do presente trabalho chegar à construção de um índice que nos permita avaliar o desenvolvimento rural de um território, torna-se necessária uma análise sobre os índices de desenvolvimento mais utilizados.

³¹ Apresentado por JigmeSingyaWangchuck, Butão, na década de 70 do século passado.

IV.1 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

Em 1990 e com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi lançado o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)³² por uma equipa liderada por MahbubulHaq e do economista indiano Amartya Sen³³. Definindo o *Desenvolvimento Humano* como um “processo de ampliação das escolhas das pessoas para que tenham capacidade e oportunidade de ser o que desejem ser”, reposicionaram o crescimento económico como constituindo um meio, mas não o único, para se atingir o verdadeiro desenvolvimento humano.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) veio assim ponderar outras dimensões para além da riqueza dos países, nomeadamente a saúde (através da esperança de vida) e a educação. Em 2010, vinte anos após o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, foram introduzidas alterações pelo PNUD na fórmula de cálculo do IDH de forma a permitir o seu ajustamento à inclusão das questões do rendimento e das desigualdades de género, originando o aparecimento de três novos índices: Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD) e Índice de Desigualdade de Género (IDG)³⁴.

IV.1.1 A metodologia antes e depois de 2010

Até à edição de 2010 do RDH, o IDH era calculado como uma média simples de três índices:

- Índice de Esperança de Vida;
- Índice de Educação;
- Índice de Rendimento.

O progresso registado na área da saúde era medido pela esperança média de vida à nascença. O Índice de Educação era composto por duas variáveis: a taxa de alfabetização de adultos (que, com um peso de $\frac{2}{3}$ era utilizada para

³² www.pnud.org.br

³³ Prémio Nobel da Economia de 1998.

³⁴ Não serão aqui desenvolvidos estes índices por se afastarem, pela sua estrutura, do objeto de estudo do presente trabalho.

medir o nível de conhecimentos) e a taxa bruta de escolarização (com um peso de $\frac{1}{3}$) ao nível do ensino primário, secundário e superior. Por último, o PIB *per capita* em termos de paridade de poder de compra em USD servia como eixo de referência relativamente ao nível de poder económico da população.

Também até este ano a classificação dos países era feita segundo quatro grupos definidos em intervalos de valores fixos de IDH:

- IDH baixo - de 0 a 0,499;
- IDH médio - de 0,500 a 0,799;
- IDH elevado - de 0,800 a 0,899;
- IDH muito elevado - de 0,900 a 1.

Em 2010, foram introduzidas importantes alterações:

O Produto Interno Bruto foi substituído pelo Rendimento Nacional Bruto de modo a considerar o saldo das remessas externas. Na educação, a média de anos de escolaridade da população adulta substituiu as taxas de alfabetização de adultos e os anos de escolaridade esperados para as crianças em idade escolar substituíram as matrículas brutas.

A utilização da média aritmética foi substituída pela média geométrica dos três sub-índices – com a penalização dos valores extremos, a diferença de valores entre as 3 dimensões já não é atenuada como acontecia com a média aritmética.

Também a lista dos países, e para além de reduzida em 14 países que não tinham os dados internacionalmente compilados e verificados, passou a ser dividida em quatro partes semelhantes (quartis): os 25% com maior IDH são os de *desenvolvimento humano muito alto*, o quartil seguinte representa os de *alto desenvolvimento*, o terceiro grupo é o de *desenvolvimento médio* e os 25% piores, os de *baixo desenvolvimento humano*.

Por exemplo, o RDH 2009 apresentava 24 países com IDH baixo, 75 países com IDH médio, 45 países com IDH elevado e 38 países com IDH muito elevado, o que se traduzia nas seguintes percentagens para um total de 182

países (em vez da distribuição de 25% do total de países por cada grupo de IDH):

QUADRO 1 – Tabela Percentagem de países em cada grupo de IDH (RDH ano de 2009)

Grupo de IDH	(%)
Baixo	13
Médio	41
Elevado	25
Muito elevado	21

(O relatório de 2010 veio ainda incluir três novos índices: o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade (IDH-D), o Índice de Desigualdade e Género (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).)

IV.1.2 Cálculo do IDH

Primeiro são criados os índices de dimensão, ou seja, são definidos os valores mínimos e máximos (limites) que vão transformar os indicadores em índices entre 0 e 1³⁵. Enquanto os máximos são os valores mais altos observados desde 1980, os valores mínimos podem ser entendidos como valores de subsistência, tendo sido fixados:

- 20 anos, para a esperança de vida;
- 0 (zero) anos, para ambas as variáveis da educação;
- USD 100, para o rendimento nacional bruto (RNB) per capita.

Por exemplo, no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011, foram considerados os seguintes limites para o IDH:

QUADRO 2 – Valores máximos e mínimos para o cálculo do IDH (ano de 2011)

Indicadores	Máximo Observado	Mínimo
Esperança de vida à nascença (1)	83,4 (Japão, 2011)	20,0
Média de anos de escolaridade (2)	13,1 (República Checa, 2005)	0
Anos de escolaridade esperados (3)	18,0 (limitados a)	0
Índice de educação combinado (4)	0,978 (Nova Zelândia, 2010)	0
Rendimento nacional bruto per capita (PPC) (5)	107.721 (Qatar, 2011)	100

FONTE: Relatório de Desenvolvimento Humano (2011)

³⁵ Quanto mais próximo do valor um, melhor será a qualidade de vida da população e quanto mais próximo de zero, piores serão as condições de vida.

Sendo:

- (1) Número de anos que uma criança recém-nascida poderia esperar viver se os padrões prevalentes das taxas de mortalidade por idades à data do nascimento permanecessem iguais ao longo da sua vida.
- (2) Número médio de anos de escolaridade recebida por pessoas a partir dos 25 anos, convertido a partir dos níveis de realização educativa usando as durações oficiais de cada nível.
- (3) Número de anos de escolaridade que uma criança em idade de entrada na escola pode esperar receber, se os padrões prevalentes das taxas de matrícula por idades prevalecerem ao longo da sua vida.
- (4) Valor máximo a considerar na padronização desta variável
- (5) Rendimento agregado de uma economia gerado pela sua produção e posse dos fatores de produção, deduzido dos rendimentos pagos pela utilização de fatores de produção pertencentes ao resto do mundo, convertido para dólares internacionais utilizando as taxas de paridade de poder de compra (PPC) e dividido pela população a meio do ano.

Após definidos os valores mínimos e máximos, são padronizados e calculados os sub-índices:

$$\text{Indicador de dimensão} = \frac{\text{Valor efetivo} - \text{Valor mínimo}}{\text{Valor máximo} - \text{Valor mínimo}} \quad (\text{Fórmula IV.1})$$

Será de notar que, como o sub-índice Educação tem duas componentes (média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados), a fórmula deve ser aplicada à média geométrica dos dois componentes.

O IDH é então encontrado pelo cálculo da média geométrica dos três índices de dimensão:

$$\text{IDH} = \sqrt[3]{I\text{Vida}} \cdot \sqrt[3]{I\text{Educação}} \cdot \sqrt[3]{I\text{Rendimento}} \quad (\text{Fórmula IV.2})$$

IV.1.3 Valor do IDH para Portugal (2011)

Para o ano de 2011, apresenta-se o seguinte valor de IDH em Portugal:

QUADRO 3 – Valores máximos e mínimos para o cálculo do IDH em Portugal (ano de 2011)

	Valor máximo	Valor mínimo	Portugal
Esperança de vida à nascença	83,4	20	79,5
Média de anos de escolaridade	13,1	0	7,7
Anos de escolaridade esperados	18	0	15,9
Rendimento Nacional Bruto per capita (PPC USD)	107.721	100	20.573

FONTE: Relatório de Desenvolvimento Humano (2011)

- Índice Esperança de Vida = $IEV = \frac{79,5-20}{83,4-20} = 0,938$
- Índice Educação = IE:
 - Índice Média de anos de escolaridade = $\frac{7,7-0}{13,1-0} = 0,588$
 - Índice Anos de escolaridade esperados = $\frac{15,9-0}{18-0} = 0,883$
$$IE = \frac{\sqrt{0,588} \cdot \sqrt{0,883}-0}{0,978-0} = 0,737$$
- Índice Rendimento = $IR = \frac{\ln 20573 - \ln 100}{\ln 107721 - \ln 100} = 0,763$

Pelo que, aplicando a definição do IDH dada pela fórmula iv.2, teremos:

$$IDH = \sqrt[3]{IEV} \cdot \sqrt[3]{IE} \cdot \sqrt[3]{IR} = 0,808$$

O valor de 0,808 coloca Portugal na 41ª posição no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011 (num total de 169) e entre os países de desenvolvimento humano muito elevado (num total de 47 países com esta classificação).

IV.2 OUTROS ÍNDICES UTILIZADOS EM PORTUGAL COM BASE NO IDH

Baseando-se na metodologia proposta pelo PNUD, Custódio Cónim apresenta a partir do final da década de 90 vários trabalhos onde desenvolve alguns índices sintéticos caracterizadores do território não só a nível de NUTS II e III

mas também ao nível do município³⁶. No início deste século, introduz um índice relativo ao conforto com os indicadores: população com eletricidade, população com água canalizada e população com instalações sanitárias.

Temos então quatro índices parcelares relativos às seguintes vertentes:

- *Educação* (IEDU) - Representa a relação existente entre a população com 15 e mais anos de idade que sabe ler e escrever e a população total do mesmo grupo etário. É uma componente que se encontra fortemente correlacionada com outros indicadores, especialmente ao nível de acesso a melhores e mais bem remunerados postos de trabalho ou a uma maior esperança de vida;
- *Longevidade* (IEV) - A variável esperança de vida à nascença, em ambos os sexos, reflete a longevidade da população, sendo calculada a partir das taxas de mortalidade infantil;
- *Conforto* (IC) - traduz a média aritmética das percentagens da população que possui água canalizada, energia elétrica e instalações sanitárias nas suas residências;
- *Rendimento Ajustado* (IRA), em paridade de poder de compra.

Da conjugação destes quatro indicadores resultou então a construção de três índices básicos:

1. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizando a metodologia das Nações Unidas;
2. Índice de Desenvolvimento Económico e Social (IDES), que adapta a metodologia das Nações Unidas a uma realidade nacional relativamente homogénea, sem diferenciação de moedas e uma evolução dos preços semelhante;
3. Índice de Desenvolvimento Social (IDS), que considera apenas as componentes relacionadas com as condições de habitação, com a esperança de vida e o nível de escolarização.

³⁶ “Desenvolvimento Humano. Uma Perspetiva de Sistematização. Aspetos metodológicos” (1997-1998) e “População e Desenvolvimento Humano. Uma Perspetiva de Quantificação” (2002).

IV.2.1 Índice de Desenvolvimento Económico e Social (IDES-DPP)

O Índice de Desenvolvimento Económico e Social (IDES) resulta das quatro componentes básicas do IDH utilizado em Portugal, modificando-se apenas o modo de cálculo do Índice associado ao rendimento: o PIB *per capita* é calculado a preços constantes e em moeda nacional, tomando-se como referência o concelho com o PIB *per capita* mais elevado.

IV.2.2 Índice de Desenvolvimento Social (IDS-DPP)

O Índice de Desenvolvimento Social é representado através da média aritmética dos índices da esperança de vida média, do índice global de conforto e do índice de educação. Na prática, traduz as condições básicas de desenvolvimento das populações, não entrando em consideração com o nível de rendimento.

V - ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO RURAL

O facto de o mundo rural ser composto por um vasto conjunto de pequenas especificidades territoriais impossibilita a aplicação de indicadores relativos ao seu desenvolvimento sem ter em conta as particularidades de um país ou da região em estudo. É por este facto que, apesar de haver consenso quanto à importância de um Índice de Desenvolvimento Rural, também o há quanto à dificuldade da sua implementação.

Nos últimos anos, organizações como a OCDE ou o Eurostat, entre outras, têm-se debruçado sobre a problemática do Desenvolvimento Rural e das estatísticas a utilizar no que a esta área diz respeito, reunindo conjuntos de indicadores que melhor possam mensurar a evolução do estado do Desenvolvimento Rural.

No entanto, verificamos que actualmente a alocação de recursos às zonas rurais através das políticas públicas não é feita com base em nenhum Índice pensado especificamente para estas zonas. Existem, sim, algumas propostas consideradas mais relevantes pela autora de entre o universo de indicadores rurais.

V.1 OS INDICADORES RURAIS DA OCDE

Na década de 90, a OCDE enfrentou o desafio de elaborar uma abordagem que permitisse fazer a comparação entre os territórios rurais dos seus países-membros. Para isso, estabeleceu 3 dimensões de orientação: o território/região, o desenvolvimento rural (entendido como um conceito plurissetorial) e a dimensão temporal. Partindo destas referências, o sistema territorial passa a ser entendido não numa mera base física e geográfica mas tendo em conta as suas funções e potencialidades.

A metodologia de abordagem territorial distinguiu dois níveis hierárquicos subnacionais: o nível local e o nível regional.

Para o nível local, uma comunidade foi classificada como rural ou urbana com base no critério da *densidade demográfica*, ou seja, as zonas com densidade inferior a 150 habitantes/km² são classificadas como zonas locais rurais³⁷.

No que diz respeito ao nível territorial regional, foram identificados 3 tipos diferentes de regiões ou territórios:

- Essencialmente Rurais, ou seja, em que mais de 50% da população regional habita em zonas locais rurais;
- Relativamente Rurais, ou seja, em que entre 15% e 50% da população regional habita em zonas locais rurais;
- Essencialmente Urbanas, ou seja, em que menos de 15% da população regional habita em zonas locais rurais.

Do cruzamento destes dois critérios de classificação resultou a classificação utilizada pela OCDE na classificação das NUTS III³⁸ em:

- *Predominantemente Urbanas*, nas quais menos de 15% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior a 150 habitantes/km²;
- *Significativamente Rurais ou Intermédias*, nas quais entre 15 e 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior a 150 habitantes/km²;
- *Predominantemente Rurais*, em que mais de 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior a 150 habitantes/km².

Relativamente à questão do desenvolvimento rural, a OCDE identificou como questões-chave para o desenvolvimento rural as seguintes:

- População e migração;
- Estrutura e performance económica;
- Bem-estar social e equidade;
- Meio ambiente e sustentabilidade.

Selecionou depois um conjunto de indicadores base que cobrem estas

³⁷ Limite aplicados a todos os países membros da OCDE excepto para o Japão, onde foi estipulado o valor de 500 habitantes/km².

³⁸ Já referida no capítulo I.

temáticas da forma mais equilibrada possível, com as devidas adaptações consoante a análise em causa, e que servirá para medir as condições e tendências implicadas no desenvolvimento rural:

QUADRO 4 – Indicadores rurais básicos da OCDE, divididos por temas

Categoria	Tema	Indicador	Unidade
POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO	Densidade	Habitantes/km ²	Valor absoluto % rural
	Evolução	Variação total Saldo natural Saldo migratório	Valor absoluto % por ano % <i>Per capita</i>
	Estrutura Demográfica Família	Índices demográficos Classes de tamanho Famílias monoparentais	% de população
	Comunidades	Classes de tamanho	% Pop. classe
ESTRUTURA E PERFORMANCE ECONÓMICA	Mão-de-obra	Taxa de atividade	% Pop. (15-64 anos) % Mulheres
	Emprego	Crescimento total Desemprego	Valor absoluto % de desempregados
	Setores	Ocupação Valor acrescentado	% Primário % Secundário % Terciário
	Produtividade	Valor acrescentado	Total (valor monetário) Crescimento/trabalhador
	Investimento	Formação de capital	Total %PIB
BEM ESTAR SOCIAL E EQUIDADE	Rendimento	PIB <i>per capita</i> Rendimento particulares	Total (valor monetário)
	Habitação	Ocupação Equipamentos	% famílias com água canalizada, por exemplo
	Educação	Ensino superior	Valor absoluto % Pop. (> 25 anos)
	Saúde	Mortalidade infantil	Taxa mortalidade infantil
	Segurança	Taxa de criminalidade	<i>Per capita</i>
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Topografia e clima	Zonas montanhosas Período de vegetação	Km ² altitude sup. a 600m Dias/ano
	Uso do solo	Agric. terras aráveis Florestas	Hectare/superfície total Evolução anual
	Habitantes e espécies	Zonas protegidas Espécies ameaçadas	% km ² na sup. total % espécies conhecidas
	Solos e água	Riscos de erosão Balanço dos elementos	Classe de risco N, P, K – kg/ha
	Qualidade do ar	Balanço Emissão Receção	% <i>per capita</i> % por km ²

FONTE: OCDE (1996)

V.2 A LISTA DE INDICADORES RURAIS DA UNIÃO EUROPEIA

Na década seguinte, foi introduzido o Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA³⁹) de modo a melhorar a avaliação da eficácia dos investimentos na área do desenvolvimento rural para o período 2007-2013. Os indicadores de referência foram divididos em duas categorias: indicadores de referência relacionados com os objectivos mais gerais do programa e indicadores de referência relacionados com o contexto.

Nesse quadro comunitário (terminado em 31 de dezembro de 2013), o regulamento relativo ao desenvolvimento rural⁴⁰ definia 3 objectivos fundamentais:

- Aumento da competitividade da agricultura e da silvicultura através do apoio à reestruturação, ao desenvolvimento e à inovação;
- Melhoria do ambiente e da paisagem rural através do apoio à gestão do espaço rural;
- Promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação das actividades económicas.

A cada objectivo correspondia um eixo temático, existindo um quarto eixo horizontal e metodológico, a abordagem LEADER que tinha a obrigatoriedade de ser integrada na programação geral.

O Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação estabeleceu 5 tipos de indicadores:

- *Indicadores de investimento* - recursos orçamentais ou de outro tipo atribuídos a cada nível da intervenção;
- *Indicadores de realizações* - medem as actividades diretamente realizadas no âmbito dos programas (medidas em unidades físicas ou monetárias como, por exemplo: número de sessões de formação organizadas, número de explorações agrícolas que recebem apoio a investimentos, volume total do investimento);
- *Indicadores de resultados* - medem os efeitos diretos e imediatos da intervenção. Fornecem informações sobre as alterações no comportamento,

³⁹ Manual sobre o Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação – Documento de Orientação, da Direcção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Setembro de 2006)

⁴⁰Regulamento (CE) nº 1698/2005 de 20 de Setembro de 2005.

na capacidade ou no desempenho dos beneficiários diretos, e são medidos em termos físicos ou monetários. Por exemplo, o número de agricultores que participaram com êxito em cursos de formação;

- *Indicadores de impacto* - referem-se aos benefícios do programa tanto a nível da intervenção como, de um modo mais geral, na zona do programa. Estão ligados aos objectivos mais gerais do programa, sendo definidos 7 indicadores comuns: crescimento, emprego, produtividade, biodiversidade, zonas com elevado valor natural, água e alterações climáticas. Por exemplo, aumento do emprego nas zonas rurais, aumento da produtividade no sector agrícola, maior produção de energias renováveis;
- *Indicadores de referência* - são utilizados na análise SWOT e na definição da estratégia do programa. A descrição da situação deve focar o contexto socioeconómico geral da zona geográfica, o desempenho dos sectores agrícola, florestal e alimentar, o ambiente e gestão do espaço rural, a economia rural e qualidade de vida, e a abordagem LEADER.

Estabeleceu ainda que podiam ser definidos indicadores adicionais nos casos em que os indicadores comuns não consigam captar todos os efeitos da atividade dos programas.

Neste contexto, e tentando contribuir para o mesmo fim, surgiu o projeto PAIS (Proposal on Agri-Environmental Indicators) ⁴¹ que pretendeu estudar um conjunto de indicadores que fornecesse ao Eurostat a base para a negociação com os Estados Membros relativamente aos indicadores a aplicar.

De um conjunto de mais de 500 indicadores, o projeto selecionou 57 indicadores considerados como “boas práticas” no suporte aos decisores das políticas de Desenvolvimento Rural, agrupando-os em 3 categorias:

QUADRO 5 – Indicadores do Projeto PAIS

Categoria	Tema	Indicador
POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO	Estrutura demográfica	Densidade populacional % população com idade igual ou inferior a 16 anos % população com idade igual ou superior a 65 anos Taxa de mortalidade infantil
	Evolução da população	Variação média anual da população Balanço da migração regional

⁴¹ Proposta de Indicadores Agro Ambientais. Proposals on Agri-Environmental Indicators (PAIS, 2000 – 2004, Eiden et al. 2001, 2004)

Categoria	Tema	Indicador
BEM ESTAR SOCIAL	Serviços existentes	Acessibilidade a serviços públicos
	Emprego	% população que trabalha fora da área de residência Taxa de emprego rural % trabalhos com qualificação mais baixa e mais alta
	Qualidade do emprego	% trabalhadores a meio tempo % trabalhadores com contratos a curto prazo e sem termo % trabalhadores por conta própria % famílias que recebem apoios sociais
	Rendimento	Rendimento médio per capita Rendimento familiar disponível Número de segundas habitações Desvio médio preço da habitação (relação à média nacional)
	Habitação	População sem acesso a habitação Taxa de transações (venda de habitações) % volume de negócios do sector de casa alugadas
ESTRUTURA ECONÓMICA E DESEMPENHO	Competitividade – Empresas	Número médio de patentes Número de aplicações das patentes Gastos de Investigação & Desenvolvimento Taxa de formação de novos negócios VAB per capita no sector fabril % VAB dos sectores de alta tecnologia
	Competitividade - Capital humano	Nº estudantes ensino superior Proporção de mão-de-obra altamente qualificada
	Competitividade – Infraest. empresas	Fornecimento de serviços de banda larga
	Diversificação da economia rural – Peso de cada setor de atividade	Peso de cada sector : fábricas de baixa/ elevada tecnologia Peso de cada sector: análise de mudanças entre sectores % empresas de propriedade estrangeira % emprego em empresas estrangeiras, por sector (fábricas e serviços transaccionáveis) Receita líquida por sector de atividade
	Diversificação da economia rural – Agricultura familiar	% explorações agr. familiares com mais de uma actividade % rendimento das actividades não agrícolas % rendimento de actividades extra exploração agrícola
	Diversificação da economia rural – Turismo & Lazer	Nº camas por 1.000 habitantes Nº trabalhadores nos turismos em espaço rural (TER) Taxa de ocupação % empresas TER na quota total das empresas de turismo
	Setor primário - Agricultura	Distribuição área exp. agrícolas (área/rendimento gerado) Receitas geradas VAB VAL agrícola por exploração, hectare e SAU Emprego na exploração agrícola
	Setor primário – Florestas	Emprego (permanente/temporário) % área florestada (dentro e fora de exploração agrícola) Receitas geradas VAB Valor total anual dos abates de árvores
	Setor primário – Pesca, aquacultura e processamento de pescado	Receitas geradas VAB (% do PIB) Emprego por porto de pesca Indicador de dependência da Política Comum das Pescas

FONTE: Projeto PAIS

Apesar de desde o início do projeto não ser expectável que existissem dados para todas as variáveis a um nível igual ou inferior de NUT III, o relatório final do projeto veio alertar para o facto de existirem sérios problemas na disponibilidade de dados⁴² para além da falta de harmonização entre os vários Estados Membros - por exemplo, existem dados para os anos de 1994 e 1996 em alguns Estados Membros e para os anos de 1995 e 1997 em outros, o que impossibilita a comparação entre países para um mesmo ano.

O projeto PAIS veio, assim, alertar para uma série de questões que se tentou ultrapassar da melhor forma possível e actualmente cada Estado Membro emite um relatório anual com os indicadores relativos às áreas rurais definidos no Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA):

QUADRO 6 – Indicadores do QCAA

Tema	Indicador	Medida
IMPORTÂNCIA DAS ZONAS RURAIS	Designação das áreas rurais	Segundo a metodologia OCDE
	Importância das áreas rurais	% território nas áreas rurais % população nas áreas rurais % VAB nas áreas rurais % emprego nas áreas rurais
SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DAS ÁREAS RURAIS	Densidade populacional	Densidade populacional
	Estrutura etária	% população (0-14 anos) / (15-64 anos) / ≥ 65 anos, na população total
	Desenvolvimento económico	PIB per capita
	Estrutura da economia	% VAB por sector de atividade
	Estrutura do emprego	% emprego por sector de atividade
	Taxa de emprego	% pessoas empregadas na população total da mesma classe etária
	Desemprego	Taxa desemprego (% população ativa)
Desemprego de longa duração	% na população ativa)	

⁴² Verificou-se que muitos dados não estavam disponíveis para além da NUT II.

Tema	Indicador	Medida
INDICADORES ECONÓMICOS SETORIAIS	Evolução emprego no sector primário	Emprego no sector primário
	Evolução economia sector primário	VAB do sector primário
	Utilização da superfície agrícola	% área cultivável / prado permanente / culturas permanentes
	Estrutura da superfície agrícola	Número de explorações agrícolas Dimensão média explorações agrícolas
	Importância da agricultura de subsistência nos novos Estados Membros	Número de explorações agrícolas de dimensão < 1 SEU (European Size Unit = 1,5 hectares)
	Formação e educação na agricultura	% trabalhadores agrícolas c/ escolaridade básica e c/ esc. completa
	Produtividade do trabalho na agricultura	VAB / UHT (Unidade Homem-Trabalho) – total e por sector
	Form. bruta capital fixo na agricultura	FBCF na agricultura
	Produtividade trabalho agroindústria	VAB / N° trabalhadores na agroindústria
	Form. bruta capital fixo agroindústria	FBCF na agroindústria
	Evolução emprego ind. agro-alimentar	Emprego na indústria agroalimentar
	Evolução econ. ind. agroalimentar	VAB da indústria agro-alimentar
	Estrutura florestal	Área de floresta disponível para fornecimento de madeira % área florestal propriedade particular
	Produtividade da silvicultura	Variação média anual líquida do volume
	Produtiv. do trabalho na silvicultura	VAB/N° trabalhadores sector silvicultura
Formação bruta de capital fixo da silvicultura	FBCF da silvicultura	

Tema	Indicador	Medida
AMBIENTE	Superfície coberta	% área agrícola /floresta / natural/ classes artificiais
	Áreas desfavorecidas	% na área total
	Áreas de agricultura extensiva	% na área total
	Área em Rede Natura 2000	% território em Rede Natura 2000
	Biodiversidade: nº aves, áreas de elevado valor natural, composição das espécies arbóreas e floresta protegida	Nº aves Área de Elevado Valor Natural Distribuição das espécies (% coníferas / % árvores folhosas)
	Desenvolvimento das áreas florestais	Variação média anual sup. c/ floresta
	Saúde dos ecossistemas florestais	% árvores/ coníferas / folhosas
	Qualidade da água: nutrientes e poluição por nitratos e pesticidas	% território em Zona Vulnerável a Nitratos
	Utilização da água	% superfície irrigada
	Florestas de protecção (solo e água)	% na superfície total
DIVERSIFICAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA NAS ÁREAS RURAIS	Solo: áreas com risco de erosão e agricultura biológica	Áreas com risco de erosão do solo (toneladas/ha/ano) Área sob agricultura biológica
	Alterações climáticas: produção de energias renováveis a partir da agricultura e da floresta, Superfície Agrícola Utilizável dedicada à produção de energias renováveis Emissões pela agricultura de gases com efeito de estufa	SAU destinada à produção de energias renováveis Emissões pela agricultura de gases com efeito de estufa
ABORDAGEM LEADER	Agricultores com outros rendimentos	% agricultores com outros rendimentos
	Evol. emprego setor não agrícola	Emprego setor secundário e terciário
	Evol.económica setor não agrícola	VAB setor secundário e terciário
	Evolução do próprio emprego	Nº trabalhadores por conta própria
	Infraestruturas turismo áreas rurais	Número de camas
	Infraestruturas de internet	Cobertura de banda larga
	Adesão à internet nas áreas rurais	% pop. subscreveu internet banda larga
	Evolução do sector de serviços	% VAB serviços
	Migração líquida	Taxa de migração líquida
	Grau de escolaridade	% adultos (25-64 anos) com escolaridade ao nível médio/superior
Aprendizagem ao longo da vida nas áreas rurais	% população adulta que participa em formação e educação	
ABORDAGEM LEADER	Desenvolvimento de Grupos de Ação Local	% pop. em áreas cobertas por GAL

FONTE: QCAA

Apesar de se ter registado uma notável evolução na escolha e aplicação dos indicadores, esta abordagem ao desenvolvimento rural ainda não tem em linha de conta alguns aspetos importantes que deveriam ser considerados, como a habitação ou a saúde da população rural.

V.3 O BANCO MUNDIAL E O *RURAL SCORE CARD*

Em 1997, o Banco Mundial publicou o documento *Rural Development: From Vision to Action* no qual reconhecia que o combate à pobreza passa inevitavelmente pelo desenvolvimento rural e, em particular, por uma economia agrícola próspera.

Prevendo a duplicação da procura de alimentos nos 30 anos seguintes, o documento defendia que o aumento da oferta deveria ser feito pelo incremento da produção biológica dos alimentos em detrimento da utilização intensiva dos recursos escassos como a água ou a terra, defendendo o desenvolvimento de sistemas altamente produtivos mas ambientalmente sustentáveis. Deveria ser assegurado um amplo processo de desenvolvimento rural apoiado na agricultura mas não limitado ao desenvolvimento desta atividade, já que um setor agrícola forte estimula a economia de setores não agrícolas, levando à criação de postos de trabalho e conseqüentemente à redução da pobreza.

Em 2000, uma equipa do Departamento de Desenvolvimento Rural liderada pelo economista Nwanze Okidegbe publicou o documento *Monitoring Rural Well-being: a Rural Score Card*⁴³, uma proposta para a monitorização sistemática do desenvolvimento rural cuja importância tinha sido reconhecida em 1997.

Com a consciência das dificuldades em conseguir uma abordagem comum para a monitorização e avaliação dos progressos dentro de um país e entre vários países, esta equipa desenvolveu uma série de indicadores base para a construção de um *template* (modelo) rural para a avaliação do percurso de um país no que diz respeito ao bem-estar social: o *Rural Score Card*.

Primeiro, foram identificadas três categorias principais que incluem todos os fatores que contribuem para o bem-estar rural:

- *Melhoria da economia rural* – uma economia de crescimento sustentável e eficiente, para o que são necessários o aumento da produtividade agrícola, a promoção de atividades não agrícolas e do sector privado, e o desenvolvimento de infraestruturas rurais;

⁴³NwanzeOkidegbe. *Monitoring Rural Well-being: a Rural Score Card*. The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank (July 2000, USA).

- *Sustentabilidade dos recursos naturais* – o crescimento da economia rural deve implicar uma gestão preocupada não só com a produção mas também com a qualidade do ambiente;
- *Políticas, descentralização e governança* – deve ser dada voz ativa às populações rurais nas decisões públicas que as irão influenciar.

Depois, foram identificados em cada categoria os indicadores directamente relacionados com os objetivos que se pretendiam atingir e que se apresentam no quadro seguinte:

QUADRO 7 – Indicadores do Rural Score Card

Categoria	Objetivo	Indicadores	
		Descrição	Observações
MELHORIA DA ECONOMIA RURAL	Aumentar a produtividade da agricultura	Taxa de crescimento do VAB agrícola por trabalhador rural PIB agrícola/Nº Trabalhadores Agrícolas	Indicadores de Performance das Atividades Agrícolas e Não Agrícolas
	Aumentar o peso das atividades não agrícolas na economia rural	Emprego rural fora das explorações agrícolas e PIB não agrícola/Mão-de-obra não agrícola	
	Fomentar a abertura da economia rural	Exportações agrícolas/VAB ⁴⁴ agrícola Porcentagem da produção agrícola comercializada no mercado doméstico	Indicadores de Desenvolvimento dos Mercados
	Facilitar o acesso aos mercados financeiro e de capitais	Porcentagem da população rural com acesso ao sistema financeiro, através quer de depósitos quer de empréstimos Porcentagem de empréstimos relativamente às poupanças	
	Melhor as condições do mercado de trabalho	Remuneração agrícola anual e mão-de-obra rural	
	Aumentar a quantidade e qualidade das infraestruturas	Número de estradas e percentagem de estradas pavimentadas	Indicadores de Melhoria das Acessibilidades
	Aumentar a acessibilidade da informação/conhecimento	Número de linhas telefónicas/1 000 pessoas Número de rádios/1 000 pessoas	

⁴⁴ Valor Acrescentado Bruto

Categoria	Objetivo	Indicadores	
		Descrição	Observações
SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS	Aumentar a eficiência na utilização dos recursos naturais	VAB agrícola por volume de água utilizado na agricultura VAB agrícola por hectare de SAU ⁴⁵ Evolução das culturas (trigo, milho, arroz)	Indicadores de Gestão dos Recursos Naturais
	Garantir a sustentabilidade dos recursos naturais	Utilização de água na agricultura relativamente a todos os recursos utilizados Desflorestação anual (variação percentual) SAU/Superfície potencialmente cultivável Porcentagem dos habitats protegidos	
POLÍTICAS, DESCENTRALIZAÇÃO E GOVERNANÇA	Introduzir políticas não discriminatórias nas áreas rurais	Gastos das autarquias/Gastos do governo central Receitas de impostos municipais/Gastos das autarquias	Indicadores de Política, Descentralização e Governança
	Promover a autonomia local e a tomada de decisão	Descentralização fiscal Número de associações de agricultores/Número de associações	
	Fortalecer as molduras social e legal	Responsabilidade democrática Tradição do direito e da ordem	

FONTE: Nwanze Okidegbe (2000)

Todos os indicadores, dentro de cada objectivo, estão listados por ordem de importância. Sempre que possível, o primeiro indicador é utilizado para medir um dado resultado do Score Card; se o indicador não estiver disponível, é utilizado o próximo indicador da lista e nos casos em que não existem dados disponíveis, omite-se o indicador desse resultado (fazendo com que todos os indicadores tenham o mesmo peso).

Escolhendo o ano de 1990 como ano de referência, o valor de cada indicador para cada ano é normalizado relativamente ao ano-base, ou seja, cada indicador é traduzido na sua taxa de variação relativamente aos valores registados para o ano de 1990. De seguida, são marcados todos os valores, verificando-se qual a tendência registada e estimando qual será a evolução do indicador. Por último, é calculada a média aritmética dos valores normalizados dos cinco resultados positivos⁴⁶.

O *Rural Score Card* permite então variadas análises: em primeiro lugar, a avaliação do progresso de um dado país no que diz respeito ao bem-estar

⁴⁵ Superfície Agrícola Utilizada

⁴⁶ NOTA: Os indicadores cuja diminuição de valor reflecte um sinal de melhoria – como, por exemplo, a taxa de mortalidade – têm o seu valor invertido para que reflectam uma tendência positiva.

rural, e à direção que o mesmo está a tomar relativamente às mudanças que deveriam ocorrer. Para além da avaliação do aumento/deterioração do bem-estar da população rural de um dado país, permite fazer uma comparação entre países ou ainda fornecer dados de apoio à decisão de aplicação de políticas públicas, especialmente nos países de pior performance⁴⁷.

A grande questão a resolver para a fiabilidade dos resultados obtidos é a variabilidade dos dados estatísticos entre os vários países, muitos dos quais não fazendo a distinção entre dados demográficos urbanos ou rurais, ou sendo insuficiente ou inexistente a informação relativamente ao ambiente, por exemplo.

Os indicadores do rural Score Card não permitem uma análise ao nível micro, nomeadamente ao nível da freguesia, como o que se pretende construir através do presente trabalho. É no entanto uma ferramenta importante na temática, pelo que não poderia deixar de ser referido.

V.4 A PROPOSTA DAS NAÇÕES UNIDAS

Em 2009, O Conselho Social e Económico das Nações Unidas apresentou o documento *Indicatorson Rural Development and Agricultural Household Income*⁴⁸. Uma vez que a agricultura é a atividade de ocupação não só da maior parte da terra nas zonas rurais como de grande parte dos seus habitantes, constitui uma importante fonte de rendimento familiar⁴⁹. Assim, a posição do documento é a de que a política de desenvolvimento rural deve ser tida em conta no desenvolvimento das políticas agrícolas, de modo a permitir que as áreas rurais:

- Sejam capazes de, pelo menos, manter as suas populações;
- Diversifiquem as bases da sua economia para além do sector primário de modo a manter, pelo menos, o nível de emprego (para que seja absorvida a

⁴⁷ Na comparação entre países, deve ter-se especial atenção à grande variação na qualidade dos dados disponíveis.

⁴⁸ Hosn & Hammoud (2009). *Indicators on Rural Development and Agricultural Household Income*

⁴⁹ Muitos países têm mais de 50% da sua população localizada em territórios rurais, e a agricultura como setor da economia empregador de cerca de 30% do total dos ativos (contribuindo com 20 a 30% do PIB nacional). Em Portugal, as zonas rurais do Continente abrangem 85,7% do território e 45,1% da população (in "Plano Estratégico Nacional – Desenvolvimento Rural 2007-2013").

diminuição dos postos de trabalho no sector agrícola);

- Mantenham as taxas de pobreza e de desemprego num nível não inferior ao verificado nas áreas urbanas;
- Sejam acessíveis, dispondo de um conjunto mínimo de serviços.

Sendo o Desenvolvimento Rural um conceito dinâmico, serão necessários ajustamentos e adaptações a médio e longo prazo, implicando a sua revisão/monitorização periódica, para o que contribuirá a aplicação de um Índice de Desenvolvimento Rural.

Para a seleção de indicadores do Desenvolvimento Rural, o documento apresenta duas alternativas de análise:

- *Hipótese 1* - A seleção de indicadores é feita com base nas componentes do Desenvolvimento Rural (meio ambiente, bem-estar social e condições de bem-estar económico) e no potencial de Desenvolvimento Rural (analisando o território relativamente à população, à estrutura económica e às comunicações):

QUADRO 8 – Indicadores com base nas componentes e no potencial de Desenvolvimento Rural

Áreas-base		Indicadores
COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO RURAL	Meio Ambiente	Água potável <i>per capita</i> (m ³) Emissões de CO ₂ <i>per capita</i> (ton) Consumo de energia <i>per capita</i> (kWh) Índice biodivers. = nº animais / superfície(km ²) Índice paisagístico = superfície ex-agrícola ou florestal / superfície total
	Bem-estar social	Taxa de alfabetismo: % população entre os 15-24 anos que completou um certo grau académico Taxa de mortalidade infantil: nº mortos (com idade inferior a 1 ano) por 1.000 nados-vivos Jornais <i>per capita</i> : nº jornais vendidos / população total Direitos políticos: percentagem de votantes nas últimas eleições Taxa de áreas verdes
	Condições de bem-estar económico	Rendimento <i>per capita</i> (deve ser analisada a sua concentração/dispersão)

Áreas-base		Indicadores
POTENCIAL DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	Território	Território <i>per capita</i> SAU ⁵⁰ <i>per capita</i> - número de unidades territoriais dentro da cada classe de SAU Juventude rural (com menos de 14 anos) / população total rural
	Estrutura Económica	Taxa de emprego (e respetiva tx crescimento) Taxa de endividamento dos municípios: Dívida do município / Pop.munic. (e respetiva tx redução) Taxa de emigração
	Comunicações	Nº estações <i>per capita</i> (comboios, portos, etc.) e respetiva taxa de crescimento Nº telefones <i>per capita</i> e respetiva taxa de crescimento

FONTE: Conselho Económico e Social das Nações Unidas (2004)

- *Hipótese 2* - A base é um conjunto de cinco tipos de recursos para os quais se seleccionam os indicadores:

QUADRO 9 – Indicadores com base nos diferentes tipos de recursos

Tipos de recursos	Indicadores
Recursos naturais	Água potável <i>per capita</i> : quanto tempo por dia leva uma família média a ter acesso e a transportar água potável SAU <i>per capita</i> Hectares de floresta <i>per capita</i>
Recursos financeiros	% população com poupanças acima de um determinado nível (por exemplo, acima de metade do seu rendimento anual) Número de instituições financeiras numa região. A instituição reinveste parte dos seus ativos na comunidade local?
Recursos físicos	% população que vive em casas com electricidade. Da população sem electricidade no lar, que parte não tem acesso a serviços com electricidade? Número de pessoas por habitação % população que vive a mais de 1 hora de um aeroporto internacional
Recursos humanos	Taxa de mortalidade infantil: destas mortes, que percentagem se deve a falta de acesso a cuidados maternos? Dentro de uma determinada faixa etária, que parte da população tem um determinado nível de escolaridade % população que vive a mais de meia hora de acesso a um hospital
Recursos sociais	Número de jornais vendidos <i>per capita</i> num dado período de tempo. Que parte das notícias é local, nacional e internacional? % eleitores que votaram nas últimas eleições % população que vive em lares com linha telefónica % população que participa em ações de voluntariado ou em associações locais

FONTE: Conselho Económico e Social das Nações Unidas (2004)

Para além de constatar a problemática da falta de harmonização dos dados estatísticos que impede a comparação entre vários países (principalmente em países fora da União Europeia), o documento levanta a questão de, pelo menos nos países mais industrializados, as estatísticas não terem sido concebidas tendo particularmente em vista as áreas rurais. É assim bastante

⁵⁰ SAU = Superfície Agrícola Utilizada.

dificultada a sua aplicabilidade quando o objecto de estudo não é de âmbito nacional ou uma área urbana.

V.5 A PROPOSTA DE ANGELA KAGEYAMA

Partindo dos pressupostos da OCDE para a definição de zonas rurais e respetivos indicadores básicos, Kageyama⁵¹ (2004) propõe um Índice de Desenvolvimento Rural procurando reunir alguns aspectos populacionais, económicos, sociais e ambientais que permitam classificar as unidades territoriais segundo o seu Desenvolvimento Rural e que aplica depois ao Estado de São Paulo (Brasil).

Seleciona uma série de indicadores representativos das quatro áreas identificadas pela OCDE, calculando o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) através de uma média aritmética simples de quatro índices: Índice de População (IPOP), Índice de Bem-Estar Social (IBES), Índice de Desenvolvimento Económico (IECO) e Índice de Meio Ambiente (IMA):

$$\text{IDR}_{\text{Kageyama}} = \frac{\text{IPOP} + \text{IBES} + \text{IECO} + \text{IMA}}{4} \quad (\text{IV.1})$$

Os valores do IDR variam num intervalo entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 1 for o seu valor, mais elevado será o nível de Desenvolvimento Rural do território em análise. Sempre que necessário, as variáveis são padronizadas, ou seja, é aplicada a fórmula

$$\text{Variável padronizada} = \frac{\text{Valor registado} - \text{Valor mínimo}}{\text{Valor máximo} - \text{Valor mínimo}} \quad (\text{IV.2})$$

Analisemos então cada um dos índices em separado:

- Índice de População (IPOP):

O índice de População (IPOP) visa medir o dinamismo populacional do território em causa, partindo do princípio de que quanto mais alto for o nível de Desenvolvimento Rural maior será a tendência para o dinamismo da

⁵¹KAGEYAMA(2004). *Desenvolvimento Rural: conceito e um exemplo de medida.*

população: as zonas mais desenvolvidas tenderão a atrair mais população bem como a elevar a sua taxa natural de crescimento.

O IPOP é composto por quatro variáveis:

- Densidade demográfica no ano t ;
 - Variação percentual da população no período em estudo;
 - Proporção da população rural do município no ano t ;
 - Proporção da população rural que não morou sempre no município no ano t ⁵².
- Índice de Bem-Estar Social (IBES):
O IBES é composto por dois indicadores que incidem sobre a educação (taxa de alfabetização e média de anos de estudo) e dois indicadores relativos às infraestruturas existentes nos lares:
 - N^o médio de anos de estudo (quociente dos anos de estudos da população de 15 anos ou mais pelo total da população de idade igual ou superior a 15);
 - Proporção de crianças de 7 a 14 anos nos domicílios rurais que frequentam a escola;
 - Proporção de domicílios rurais com instalação sanitária;
 - Proporção de domicílios rurais com telefone (fixo ou móvel).
 - Índice de Desenvolvimento Económico (IECO):
Neste índice são tidos em conta dois indicadores tradicionalmente utilizados no conceito de desenvolvimento económico: a produtividade e o rendimento:
 - Proporção de activos em actividades não agrícolas (no total dos activos rurais);
 - Rendimento médio rural *per capita* nos domicílios rurais;
 - Produtividade do trabalho na agricultura.

⁵²Esta última variável vem incluir peso ao poder de atração dos municípios.

- Índice de Meio Ambiente (IMA):

Este indicador pretende destacar variáveis relevantes para o Desenvolvimento Rural no sentido da preservação do ambiente, introduzindo aqui a noção de desenvolvimento sustentável.

Apesar de normalmente ser difícil obter informação relativamente à qualidade do meio ambiente para todos os territórios em estudo, Kageyama considerou preferível a introdução de informação relativamente incompleta, a deixar de fora o aspeto ambiental (até porque o aumento do nível de rendimento e de produtividade e a naturalmente consequente modernização da atividade agrícola podem levar a uma degradação ambiental).

Dada a ausência de informação adequada ao estudo, recorreu a um indicador indireto, a (menor) presença dos efeitos nocivos do modelo de modernização agrícola, combinando-o com os efeitos compensadores das práticas de conservação de solo nos estabelecimentos agropecuários.

Partiu da ideia apresentada por Olivette *et al.* (2003) que conclui que as regiões mais produtivas têm tendência para a especialização em uma ou poucas culturas com grandes consumos de produtos agrotóxicos e/ou poluidoras do ar e/ou empobrecedoras do solo. Inversamente, e salvaguardadas as devidas limitações que possam daqui advir, pode entender-se que os desequilíbrios ambientais tenderão a ser menores nas regiões em que a produção seja mais diversificada.

Assim, Kageyama identificou as principais “monoculturas” da região em estudo (soja, cana, laranja e pastagens) e incluiu na categoria de “monocultor” os municípios em que mais de 40% da área total dos estabelecimentos agropecuários estava ocupada com soja/cana/laranja ou com mais de 50% ocupada por pastagens; estes municípios receberam o valor 0 (zero). Nos casos em que estas condições não se verificavam, considerou que o município não é monocultor (com menor impacto ambiental), pelo que recebeu o valor 1 (um).

O indicador de ausência de monocultura foi ainda combinado com o indicador de conservação do solo (através de uma média aritmética), gerando o índice de meio ambiente (IMA) para cada município.

Em suma, podemos resumir os indicadores utilizados no Índice de Desenvolvimento Rural proposto por Kageyama no quadro abaixo:

QUADRO 10 - Indicadores utilizados no IDR de Kageyama

POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO	BEM ESTAR SOCIAL
Densidade demográfica Variação da população rural entre 1991 e 2000 % população rural em 2000 % população que não morou sempre no município (migrantes)	Domicílios com instalação sanitária Domicílios com telefone Nº médio de anos de estudo Proporção de pessoas com 7 anos e mais que frequentam a escola
ECONOMIA	AMBIENTE
Rendimento per capita Pluriactividade Produtividade do trabalho na agricultura	Ausência de monoculturas Conservação do solo

FONTE: Kageyama (2004)

Com esta metodologia, o Índice de desenvolvimento Rural procura abranger a maioria das características definidoras do desenvolvimento de cada região: características populacionais, de bem-estar social, desenvolvimento económico e meio ambiente.

VI - CONSTRUÇÃO E CÁLCULO DE UM ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL. APLICAÇÃO AO NORTE ALENTEJO

VI.1 PRESSUPOSTOS

A metodologia seguida na construção de um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para os concelhos do distrito de Portalegre⁵³ baseou-se na proposta de Kageyama (2004).

A escolha do território deve-se ao facto de incluir o Território de Intervenção da ADER-AL, Associação para o Desenvolvimento do Espaço Rural no Norte Alentejo, o Grupo de Ação Local onde a autora tem desenvolvido a sua atividade profissional nos últimos anos.⁵⁴ Tomou-se o concelho como unidade de análise, pois se considera ser a menor unidade em que faz sentido estudar o impacto da aplicação de políticas públicas diferentes, mas o Índice pode ser aplicado a outras unidades territoriais.

Todos os valores das variáveis que permitiram a construção do IDR foram retiradas das bases de dados do Instituto Nacional de Estatística⁵⁵ e a definição das zonas rurais seguiu a metodologia utilizada no Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 que adaptou o conceito da OCDE à realidade portuguesa:

- As freguesias em NUTS III classificadas *Predominantemente Urbanas* são consideradas Rurais desde que sejam *Zonas Desfavorecidas*⁵⁶;
- As freguesias em NUTS III classificadas *Significativamente Rurais* são consideradas Rurais desde que sejam *Zonas Desfavorecidas* ou, em

⁵³ Este território coincide ainda com a Unidade Territorial Estatística de Nível III (NUT III) do Alto Alentejo com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2009, de 3 de Abril, ou seja, posicionando o concelho de Mora na NUT Alentejo Central e o concelho de Sousel na NUT Alto Alentejo. Em todo o estudo é sempre incluído o concelho de Sousel (e excluído o de Mora), independentemente do ano em causa.

⁵⁴ A ADER-AL tem sido desde 1996 entidade gestora dos fundos comunitários para o desenvolvimento rural ao abrigo da abordagem Leader. No Quadro Comunitário agora terminado (2007-2013), o seu território de intervenção abrange as freguesias rurais de 10 concelhos do distrito de Portalegre: Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Marvão, Monforte, Nisa, Portalegre e Sousel.

⁵⁵ Sempre que disponíveis, dos Censos 2011.

⁵⁶ Segundo a Portaria nº 377/88, de 11 de junho.

alternativa, façam parte de concelhos em que pelo menos 10% da população ativa se dedique à agricultura ou silvicultura;

- As freguesias em NUTS III classificadas *Predominantemente Rurais* são consideradas Rurais;
- Não são classificadas como *Rurais* as freguesias de qualquer uma das NUTS III que integrem aglomerados populacionais com pelo menos 15 000 habitantes.

As freguesias consideradas no presente trabalho não têm em consideração a reorganização administrativa do território das freguesias legislado em 2013⁵⁷.

Em anexo são apresentados de forma mais detalhada todos os cálculos que serviram de base às tabelas constantes do presente capítulo.

Com a aplicação desta metodologia, é obtida a seguinte distribuição de freguesias rurais e não rurais no distrito de Portalegre⁵⁸:

QUADRO 11 – Tabela Densidade populacional das freguesias do distrito de Portalegre (ano de 2011)

Freguesias	Superfície		População 2011	Dens. Pop. (Hab./Km ²)
	Ha	Km ²		
Alter do Chão				
Alter do Chão	14 085,15	140,85	2 373	16,85
Chancelaria	7 170,07	71,70	448	6,25
Seda	11 243,45	112,43	352	3,13
Cunheira	3 707,95	37,08	389	10,49
Arronches				
Assunção	20 450,87	204,51	1 970	9,63
Esperança	5 714,79	57,15	739	12,93
Mosteiros	5 299,06	52,99	456	8,61
Avis				
Alcôrrego	5 785,40	57,85	401	6,93
Aldeia Velha	12 610,94	126,11	280	2,22
Avis	9 208,86	92,09	1 840	19,98
Benavila	6 650,75	66,51	861	12,95
Ervedal	3 807,48	38,07	560	14,71
Figueira e Barros	7 026,45	70,26	309	4,40
Maranhão	7 089,98	70,90	63	0,89
Valongo	8 416,64	84,17	257	3,05

⁵⁷ Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro.

⁵⁸ Foi efetuado o mesmo estudo relativamente à População Residente em 2001 para aferir da existência de alterações nas freguesias consideradas rurais ao abrigo destes critérios. As conclusões obtidas foram as mesmas que segundo os dados de 2011, ou seja, não se registaram mudanças nas tipologias das freguesias.

Freguesias	Superfície		População 2011	Dens. Pop. (Hab./Km ²)
	Ha	Km ²		
Campo Maior				
Nossa Senhora da Expectação	10 506,47	105,06	3 974	37,82
Degolados	3 575,11	35,75	587	16,42
São João Batista	10 638,58	106,39	3 895	36,61
Castelo de Vide				
Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas	7 354,57	73,55	606	8,24
Santa Maria da Devesa	5 633,40	56,33	1 578	28,01
Santiago Maior	5 883,38	58,83	358	6,08
São João Batista	7 619,89	76,20	865	11,35
Crato				
Aldeia da Mata	3 728,41	37,28	374	10,03
Crato e Mártires	17 899,66	179,00	1 674	9,35
Flor da Rosa	991,33	9,91	263	26,53
Gáfete	4 614,77	46,15	856	18,55
Monte da Pedra	6 007,57	60,08	280	4,66
Vale do Peso	6 565,15	65,65	261	3,98
Elvas				
Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso	9 063,63	90,64	986	10,88
Alcáçova	987,57	9,88	2 147	217,40
Assunção	802,59	8,03	8 702	1 084,24
Barbacena	3 110,59	31,11	663	21,31
Caia e São Pedro	9 416,72	94,17	4 106	43,60
Santa Eulália	9 851,79	98,52	1 198	12,16
São Brás e São Lourenço	4 763,42	47,63	1 684	35,35
São Vicente e Ventosa	10 167,83	101,68	801	7,88
Terrugem	7 272,57	72,73	1 251	17,20
Vila Boim	2 549,65	25,50	1 224	48,01
Vila Fernando	5 142,50	51,43	316	6,14
Fronteira				
Cabeço de Vide	6 580,81	65,81	1 063	16,15
Fronteira	14 139,33	141,39	2 069	14,63
São Saturnino	4 139,45	41,39	278	6,72
Gavião				
Atalaia	1 943,49	19,43	138	7,10
Belver	6 983,89	69,84	684	9,79
Comenda	9 002,16	90,02	890	9,89
Gavião	5 844,62	58,45	1 609	27,53
Margem	5 685,29	56,85	811	14,26
Marvão				
Beirã	4 475,98	44,76	498	11,13
Santa Maria de Marvão	2 335,23	23,35	486	20,81
Santo António das Areias	3 599,13	35,99	1 102	30,62
São Salvador da Aramenha	5 079,56	50,80	1 426	28,07
Monforte				
Assumar	6 383,22	63,83	651	10,20
Monforte	21 473,66	214,74	1 384	6,45
Santo Aleixo	5 850,59	58,51	638	10,90
Vaiamonte	8 317,35	83,17	656	7,89

Freguesias	Superfície		População 2011	Dens. Pop. (Hab./Km ²)
	Ha	Km ²		
Nisa				
Alpalhão	3 423,38	34,23	1 238	36,16
Amieira do Tejo	10 248,14	102,48	241	2,35
Arez	5 574,55	55,75	256	4,59
Espírito Santo	8 807,37	88,07	1 861	21,13
Montalvão	12 416,90	124,17	442	3,56
Nossa Senhora da Graça	3 761,80	37,62	1 590	42,27
Santana	2 719,37	27,19	404	14,86
São Matias	5 466,33	54,66	289	5,29
São Simão	2 797,18	27,97	118	4,22
Tolosa	2 352,81	23,53	1 011	42,97
Ponte de Sor				
Galveias	7 982,93	79,83	1 061	13,29
Montargil	29 694,44	296,94	2 316	7,80
Ponte de Sor	17 355,07	173,55	8 958	51,62
Foros de Arrão	8 425,60	84,26	919	10,91
Longomel	4 697,08	46,97	1 228	26,14
Vale de Açor	6 589,35	65,89	698	10,59
Tramaga	9 226,69	92,27	1 542	16,71
Portalegre				
Alagoa	1 815,63	18,16	669	36,85
Alegrete	8 692,38	86,92	1 746	20,09
Carreiras	3 336,02	33,36	583	17,48
Fortios	6 585,37	65,85	2 018	30,64
Reguengo	2 874,04	28,74	630	21,92
Ribeira de Nisa	1 706,51	17,07	1 366	80,05
São Julião	4 344,62	43,45	342	7,87
São Lourenço	1 236,97	12,37	4 987	403,16
Sé	1 123,84	11,24	10 655	948,09
Urra	12 998,28	129,98	1 934	14,88
Sousel				
Cano	4 942,54	49,43	1 266	25,61
Casa Branca	10 100,40	101,00	1 232	12,20
Santo Amaro	3 961,01	39,61	644	16,26
Sousel	8 928,24	89,28	1 932	21,64

LEGENDA:  Freguesia não rural

Concluimos, então, que as freguesias de Assunção e de Alcáçovas no concelho de Elvas e as freguesias de São Lourenço e da Sé em Portalegre, são consideradas freguesias não rurais segundo esta classificação por terem uma densidade demográfica superior a 150 habitantes/km². Serão excluídas da análise a efetuar.

VI.2 CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Seguindo a metodologia de Kageyama, o Índice de Desenvolvimento Rural será obtido a partir da média aritmética simples de quatro outros indicadores: o Índice de População (IPOP), o Índice de Bem-Estar Social (IBES), o Índice de Desenvolvimento Económico (IDE) e o Índice de Meio Ambiente (IMA). Por sua vez, cada um destes Índices é composto por um mesmo número de variáveis de modo a que cada uma venha a ter o mesmo peso no resultado final.

A proposta aqui apresentada substitui, no entanto, as médias aritméticas utilizadas no método de Kageyama por médias geométricas na junção dos 4 sub-índices, evitando o efeito de substituição entre eles: qualquer município que apresente valores significativamente mais baixos num dado sub-índice, terá um valor final de IDR francamente penalizado. Este facto é particularmente importante pois se considera que as quatro dimensões (População, Bem-Estar Social, Desenvolvimento Económico e Meio Ambiente) devem ter igual importância na avaliação do Desenvolvimento Rural.

Aplicar-se-à deste modo a fórmula

$$IDR\ Abreu = \sqrt[4]{IPOP} \times \sqrt[4]{IBES} \times \sqrt[4]{IDE} \times \sqrt[4]{IMA} \quad (v.1)$$

Para minimizar o efeito que as diferentes escalas de medição dos dados teriam no Índice, são padronizadas todas as variáveis, pela aplicação da equação IV.2:

$$Variável\ padronizada = \frac{Valor\ da\ variável - Valor\ mínimo}{Valor\ Máximo - Valor\ mínimo}$$

Uma vez que as variáveis são padronizadas, não teria sentido a aplicação de uma média geométrica para o cálculo dos sub-índices: o valor mais baixo da variável padronizada corresponderá sempre ao valor zero, o que levaria a que o valor do sub-índice também fosse zero.

VI.2.1 Índice de População (IPOP)

Com este índice, pretende-se medir o dinamismo populacional, uma influência positiva no desenvolvimento rural.

Inclui quatro variáveis, cada uma baseada numa premissa que a justifica:

- *Densidade demográfica rural* – é calculada apenas para as freguesias rurais. Quanto maior for este valor, menor será o isolamento destes territórios;
- *Taxa de crescimento natural da população* - sendo a diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade de cada município, avalia a evolução da população excluindo o efeito das migrações;
- *População rural que 2 anos antes vivia noutra freguesia* – traduz a capacidade de atratividade de cada território;
- *Índice de Sustentabilidade Potencial Rural* - relaciona o número de ativos (pessoas entre os 15 e os 64 anos) por cada pessoa idosa (com 65 ou mais anos) que reside no local. A sustentabilidade potencial do território será tanto maior quanto mais elevado for o valor deste índice, significando que mais pessoas ativas existem para contrabalançar o número de idosos.

Foram efectuadas algumas alterações relativamente à proposta de Kageyama. A variável *Densidade demográfica rural* compila duas variáveis do Índice de Kageyama – *Densidade demográfica* e *Proporção da população rural do município* – permitindo a introdução da variável *Índice de Sustentabilidade Potencial Rural* e a ponderação do futuro no cálculo do IDR.

VI.2.2 Índice de Bem-Estar Social (IBES)

Das inúmeras variáveis que poderiam ter sido escolhidas para compor este índice, a opção foi por dois indicadores do foro educativo, um indicador da área da saúde e um quarto indicador relativo à existência de condições sanitárias dos domicílios consideradas mínimas.

A escolha de um maior peso da área da educação (duas variáveis) relativamente às restantes componentes deste índice justifica-se pelo facto de o território onde se pretende aplicar o IDR ser um país europeu. Parte-se assim do princípio que o bem-estar social será diferenciado mais por esta vertente do que propriamente por condições básicas de saúde ou sanitárias. Este é aliás também o entendimento do Índice de Desenvolvimento Humano da ONU que apresenta igualmente duas variáveis relativas à Educação.

Temos assim como componentes deste índice:

- *Taxa de alfabetismo* – apesar de em pleno século XXI, as taxas de analfabetismo ainda serem significativas no nosso país, com especial incidência no meio rural;
- *Proporção da População Rural com pelo menos a escolaridade obrigatória* – em 2009, Portugal aumentou a escolaridade obrigatória de 9 para 12 anos ou quando o aluno complete 18 anos⁵⁹. É importante a inclusão desta variável no cálculo do IBES já que o abandono escolar é uma realidade dramática com bastante expressão em todo o país;
- *Número de Médicos por 1000 habitantes* – este indicador introduz a vertente das condições básicas de saúde existentes no território em estudo;
- *Proporção de alojamentos familiares⁶⁰ com água canalizada* – para inclusão de uma análise das condições habitacionais dos domicílios em espaço rural.

VI.2.3 Índice de Desenvolvimento Económico (IDE)

Este será o sub-índice que mais se aproxima dos indicadores de desenvolvimento a que estamos habituados.

Foram escolhidas as seguintes variáveis para o representar:

- *Proporção da população agrícola familiar que tem uma atividade remunerada exterior à exploração agrícola* – esta variável introduz o conceito de diversificação das atividades dos agregados familiares no meio agrícola;
- *Ganho médio mensal⁶¹* – avalia as disparidades existentes entre a remuneração do fator trabalho nos diversos municípios do território em estudo;
- *Poder de compra per capita* – este indicador introduz outras formas de rendimento das famílias para além das remunerações. É apresentado em substituição da variável *Produtividade do trabalho na agricultura* incluída no

⁵⁹Lei nº 85/2009 de 27 de agosto.

⁶⁰Alojamento que normalmente se destinam a alojar apenas uma família e não são totalmente utilizados para outros fins.

⁶¹Montante médio líquido em dinheiro e/ou géneros pagos aos trabalhadores, com carácter regular, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Índice de Kageyama (valor da produção agropecuária do município/ número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agro-pecuários);

- *Emprego*⁶² – uma das variáveis mais significativas para a sustentabilidade económica dos municípios. Esta variável é duplamente inovadora relativamente ao Índice de Kageyama, já que se trata da quarta variável dentro do sub-índice (ao contrário da proposta-base que apenas considerava 3 variáveis no IDE).

VI.2.4 Índice de Meio Ambiente (IMA)

Este sub-índice introduz variáveis tradicionalmente não consideradas nas análises de desenvolvimento regional. No entanto, um Índice de Desenvolvimento Rural não poderia deixar de ponderar a crescente importância do ambiente na multifuncionalidade da agricultura.

Se é certo que ao longo de milhares de anos a evolução das técnicas e práticas agrícolas permitiu a obtenção de cada vez maiores quantidades de produção de alimentos, também é verdade que muitas vezes o foi à custa da degradação do ambiente – por exemplo, pela utilização intensiva de fertilizantes tóxicos, pela conquista de novos terrenos agrícolas por via da desflorestação, etc. Com a consciência deste facto, as questões ambientais têm vindo a conquistar lugar no discurso sobre o futuro da agricultura, que se pretende que seja cada vez mais “limpa”. Surgem novas tomadas de consciência das externalidades geradas por esta atividade com a preocupação de não só atenuar o efeito das externalidades negativas, mas ainda chamar a atenção para aspectos positivos decorrentes de uma prática agrícola sustentável (por exemplo, com o sequestro de carbono ou através de agricultura biológica).

Incluíram-se então neste sub-índice:

- *Despesas dos municípios em ambiente* – gastos de cada município em áreas como a gestão de resíduos, a proteção da biodiversidade e paisagem, e a investigação e desenvolvimento, por habitante;

⁶² Emprego = 1 – Taxa de Desemprego

- *Proporção de águas residuais tratadas* – quanto maior o volume de águas residuais tratadas (em ETAR e nas fossas sépticas municipais), menor a contaminação dos recursos naturais e maior a qualidade do ambiente;
- *Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente* – por recolha seletiva entende-se a recolha especial de resíduos que são objeto de deposição separada por parte do detentor, com a finalidade de serem reciclados, como os vidrões e os “ecopontos”, por exemplo. A recolha seletiva deste tipo de resíduos contribui de forma positiva para a preservação dos recursos naturais, muitos deles escassos, e daí a sua inclusão no IMA;
- *Proporção de superfície em Rede Natura 2000* – a Rede Natura 2000 é a rede ecológica europeia de zonas especiais de preservação que tem por objetivo assegurar a biodiversidade através da conservação e do restabelecimento dos habitats naturais e da flora. Impondo restrições de ordem vária nos territórios abrangidos (das práticas agrícolas ao setor dos transportes e comunicações, por exemplo) pode também proporcionar benefícios sociais e económicos significativos para além dos evidentes benefícios ambientais.

Reside aqui a maior alteração relativamente às variáveis consideradas no Índice de Kageyama, não só em termos de número de variáveis (quatro variáveis em vez de duas) que são introduzidas em total substituição das variáveis *Ausência de monoculturas* e *Conservação do solo*, mas também pela junção dos quatro subíndices através de uma média geométrica (em vez de média aritmética).

Em suma, teremos então:

QUADRO 12 – Quadro-resumo dos indicadores base para o cálculo do IDR (ano de 2011)

Indicador	Variável	Cálculo	Base de dados
ÍNDICE DE POPULAÇÃO: $IPOP = \frac{1. + 2. + 3. + 4.}{4}$	1. Densidade demográfica rural 2011	População residente nas freguesias rurais em 2011 dividido pela superfície (km ²) de cada freguesia	INE, Censos – séries históricas 2011; Instituto Geográfico Português
	2. Taxa de crescimento natural da população	Diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade	INE, Indicadores Demográficos 2011
	3. População rural de 2011 que 2 anos antes vivia noutra freguesia	População rural em 2011 mas que 2 anos antes vivia numa freguesia diferente	INE, Censos – séries históricas 2011 Carta Administrativa Oficial de Portugal
	4. Índice de Sustentabilidade Potencial Rural	Quociente entre o número de residentes nas zonas rurais com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos que residem nessas zonas	INE, Recenseamento da População e Habitação 2011
ÍNDICE DE BEM ESTAR SOCIAL: $IBES = \frac{5. + 6. + 7. + 8.}{4}$	5. Taxa de alfabetismo rural em 2011	1 – Tx analfabetismo = 1 - População l analfabeta em 2011 dividida pelo total de população residente no território nesse ano	INE, Censos – série histórica 2011
	6. Proporção da População Rural com pelo menos a escolaridade obrigatória	População rural em 2011 com pelo menos a escolaridade obrigatória dividida pela população rural com mais de 18 anos nesse ano	INE, Censos – série histórica 2011
	7. Nº Médicos por 1000 habitantes	Número total de médicos dividido pelo total da população residente no município	INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde 2011
	8. Proporção de alojamentos familiares com água canalizada	Número de alojamentos familiares com água canalizada dividido pelo número total de domicílios em território rural	INE, Recenseamento da População e Habitação 2011

Indicador	Variável	Cálculo	Base de dados
<p>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:</p> $IDES = \frac{8. + 9. + 10. + 11.}{4}$	<p>9. Proporção da população agrícola familiar que tem uma atividade remunerada exterior à exploração agrícola</p>	<p>Relação entre o número de população agrícola familiar com atividade remunerada exterior à exploração agrícola e o total da população agrícola familiar</p>	<p>INE, Recenseamento Agrícola – séries históricas 2009</p>
	<p>10. Ganho médio mensal (estimativa, padronizado)</p>	<p>Rendimento Total Mensal do território dividido pela população total</p>	<p>INE, MTSS / Gabinete de Estratégia e Planeamento 2011</p>
	<p>11. Poder de compra <i>per capita</i></p>	<p>Poder de compra total do município dividido pela população residente total</p>	<p>INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2011</p>
	<p>12. Emprego</p>	<p>1 – Taxa de Desemprego = 1 – Proporção da População Ativa que se encontra desempregada</p>	<p>INE, Censos – série histórica 2011</p>
<p>ÍNDICE DE MEIO AMBIENTE:</p> $IMA = \frac{13. + 14. + 15. + 16.}{4}$	<p>13. Despesas dos municípios em ambiente 2011</p>	<p>Despesas em ambiente feita pelos municípios dividido pelo número de habitantes no município</p>	<p>INE, Inquérito aos Municípios – Proteção do Ambiente</p>
	<p>14. Proporção de águas residuais tratadas</p>	<p>Volume das águas residuais tratadas dividido pelo volume total de descarga de águas residuais</p>	<p>Dados administrativos da base de dados INSAAR 2009 (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) administrada pelo Instituto da Água (INAG, I.P.)</p>
	<p>15. Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente</p>	<p>Total dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente dividido pelo valor de resíduos urbanos recolhidos no município</p>	<p>INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais</p>
	<p>16. Proporção de superfície em Rede Natura 2000</p>	<p>Superfície em Rede Natura 2000 dividida pela Superfície total do município</p>	<p>INE, Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (dados de 2010)</p>

VI.3 APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL AO ALTO ALENTEJO

Todos os cálculos são apresentados de forma desenvolvida num capítulo próprio, apresentando-se aqui apenas os resultados dos mesmos.

VI.3.1 Índice de População (IPOP)

- **Densidade Demográfica Rural 2011**

Padronizando os valores disponibilizados pelo INE, temos:

QUADRO 13 – Tabela Densidade Demográfica Rural⁶³ (ano de 2011, padronizada)

	Densidade Pop. Rural 2011	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	9,84	2,29	0,086
Arronches	10,06	2,52	0,094
Avis	7,54	0,00	0,000
Campo Maior	34,21	26,66	1,000
Castelo de Vide	12,86	5,32	0,199
Crato	9,31	1,77	0,066
Elvas	19,94	12,39	0,465
Fronteira	13,72	6,17	0,232
Gavião	14,03	6,48	0,243
Marvão	22,67	15,13	0,567
Monforte	7,92	0,38	0,014
Nisa	12,94	5,40	0,202
Ponte de Sor	19,91	12,37	0,464
Portalegre	21,93	14,39	0,540
Sousel	18,17	10,62	0,398
Valor mínimo	7,54	Avis	
Valor máximo	34,21	Campo Maior	
Amplitude da variável	26,66		

- **Taxa de crescimento natural da população**

Relativamente a esta variável, o Instituto Nacional de Estatística apenas tem disponíveis os dados por município, pelo que se teve de recorrer a esta opção.

Padronizando os valores da variável, teremos:

⁶³ Excluídas as freguesias não rurais (Alcáçova e Assunção no concelho de Elvas, e São Lourenço e Sé no concelho de Portalegre)

QUADRO 14 – Tabela Taxa de Crescimento Natural (ano de 2011, padronizada)

	Taxa de Crescimento Natural 2011 (%)	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	-1,20	1,18	0,541
Arronches	-2,38	0,00	0,000
Avis	-1,03	1,35	0,619
Campo Maior	-0,26	2,12	0,972
Castelo de Vide	-1,32	1,06	0,486
Crato	-2,16	0,22	0,101
Elvas	-0,20	2,18	1,000
Fronteira	-0,97	1,41	0,647
Gavião	-1,80	0,58	0,266
Marvão	-1,11	1,27	0,583
Monforte	-0,63	1,75	0,803
Nisa	-1,48	0,90	0,413
Ponte de Sor	-1,73	0,65	0,298
Portalegre	-0,77	1,61	0,739
Sousel	-0,65	1,73	0,794
Valor mínimo	-2,38	Arronches	
Valor máximo	-0,20	Elvas	
Amplitude da variável	2,18		

- **Proporção de população rural de 2011 que 2 anos antes vivia noutra freguesia**

A partir da padronização dos dados disponibilizados pelo INE, temos:

QUADRO 15 – Tabela Proporção da população rural em 2011 que 2 anos antes vivia numa freguesia diferente (padronizado)

	Proporção da população rural 2011 que 2 anos antes vivia numa freguesia diferente ⁶⁴	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,042	0,015	0,138
Arronches	0,049	0,022	0,208
Avis	0,061	0,034	0,321
Campo Maior	0,044	0,017	0,160
Castelo de Vide	0,050	0,023	0,219
Crato	0,032	0,005	0,044
Elvas	0,048	0,022	0,202
Fronteira	0,037	0,010	0,098
Gavião	0,032	0,005	0,048
Marvão	0,050	0,023	0,212
Monforte	0,033	0,007	0,061
Nisa	0,037	0,010	0,093
Ponte de Sor	0,034	0,007	0,067
Portalegre	0,134	0,107	1,000
Sousel	0,027	0,000	0,000
Valor mínimo	0,027	Sousel	
Valor máximo	0,134	Portalegre	
Amplitude da variável	0,107		

⁶⁴ Para obter o valor em percentagem, terá de se multiplicar por 100.

• **Índice de Sustentabilidade Potencial Rural 2011**

Padronizando os valores deste índice (a relação entre a população em idade ativa – entre os 15 e os 64 anos - e a população com 65 ou mais anos) aplicado apenas às freguesias rurais, obtemos os seguintes valores:

QUADRO 16 – Tabela Índice de Sustentabilidade Potencial Rural (ano de 2011, padronizado)

	Índice de Sustentabilidade Potencial Rural	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	1,673	0,710	0,367
Arronches	1,650	0,687	0,355
Avis	1,882	0,919	0,475
Campo Maior	2,897	1,934	1,000
Castelo de Vide	1,713	0,750	0,388
Crato	1,576	0,613	0,317
Elvas	1,434	0,471	0,244
Fronteira	2,096	1,133	0,586
Gavião	1,240	0,277	0,143
Marvão	1,741	0,778	0,402
Monforte	1,974	1,011	0,523
Nisa	1,387	0,424	0,219
Ponte de Sor	2,441	1,478	0,764
Portalegre	0,963	0,000	0,000
Sousel	1,802	0,839	0,433
Valor mínimo	0,963	Portalegre	
Valor máximo	2,897	Campo Maior	
Amplitude da variável	1,934		

Com estes dados podemos calcular os valores para o **Índice de População (IPOP)**:

QUADRO 17 – Tabela Indicador de População (IPOP) (ano de 2011)

	Densidade Demográfica Rural	Taxa de Crescimento Natural	Proporção de População Rural que 2 anos antes vivia noutra freguesia	Índice de Sustentabilidade de Potencial Rural	IPOP
Alter do Chão	0,087	0,541	0,138	0,367	0,283
Arronches	0,094	0,000	0,208	0,355	0,163
Avis	0,000	0,619	0,321	0,475	0,354
Campo Maior	1,000	0,972	0,160	1,000	0,783
Castelo de Vide	0,200	0,486	0,219	0,388	0,323
Crato	0,067	0,101	0,044	0,317	0,132
Elvas	0,465	1,000	0,202	0,244	0,478
Fronteira	0,232	0,647	0,098	0,586	0,391
Gavião	0,244	0,266	0,048	0,143	0,175
Marvão	0,568	0,583	0,212	0,402	0,441
Monforte	0,015	0,803	0,061	0,523	0,350
Nisa	0,203	0,413	0,093	0,219	0,232
Ponte de Sor	0,464	0,298	0,067	0,764	0,398
Portalegre	0,540	0,739	1,000	0,000	0,570
Sousel	0,399	0,794	0,000	0,433	0,406

VI.3.2. Índice de Bem-Estar Social (IBES)

- **Taxa de alfabetismo**

Padronizando os valores obtidos para a taxa de alfabetismo da população residente em território rural em 2011, obtemos os seguintes dados:

QUADRO 18 – Tabela Taxa de Alfabetismo da População Rural (ano de 2011, padronizado)

	Tx Alfab. População Rural	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,875	0,048	0,636
Arronches	0,835	0,008	0,100
Avis	0,867	0,040	0,528
Campo Maior	0,903	0,076	1,000
Castelo de Vide	0,869	0,042	0,549
Crato	0,867	0,040	0,530
Elvas	0,884	0,057	0,752
Fronteira	0,873	0,046	0,605
Gavião	0,846	0,019	0,255
Marvão	0,868	0,041	0,534
Monforte	0,827	0,000	0,000
Nisa	0,871	0,044	0,584
Ponte de Sor	0,878	0,051	0,675
Portalegre	0,896	0,069	0,909
Sousel	0,860	0,033	0,432
Valor mínimo	0,827	Monforte	
Valor máximo	0,903	Campo Maior	
Amplitude da variável	0,076		

- **Proporção da população rural 2011 com pelo menos a escolaridade obrigatória**

Os valores relativamente à população com 12 anos de escolaridade completos são:

QUADRO 19 – Tabela Proporção da População Rural 2011 que completou, pelo menos, a escolaridade obrigatória (padronizado)

	Proporção População Rural com ≥ Escolaridade Obrigatória ⁶⁵	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,207	0,080	0,593
Arronches	0,195	0,069	0,507
Avis	0,194	0,067	0,497
Campo Maior	0,262	0,135	1,000
Castelo de Vide	0,235	0,108	0,799
Crato	0,159	0,032	0,238
Elvas	0,204	0,078	0,573
Fronteira	0,214	0,088	0,647
Gavião	0,127	0,000	0,000
Marvão	0,187	0,060	0,446
Monforte	0,193	0,066	0,489
Nisa	0,189	0,062	0,459
Ponte de Sor	0,222	0,095	0,705
Portalegre	0,244	0,118	0,869
Sousel	0,197	0,070	0,517
Valor mínimo	0,127	Gavião	
Valor máximo	0,262	Campo Maior	
Amplitude da variável	0,135		

• **Número de Médicos por 1.000 habitantes**

Relativamente ao número de médicos existentes por cada 1.000 habitantes, temos:

QUADRO 20 – Tabela Número de médicos por cada 1.000 habitantes (ano de 2011, padronizado)

	Nº médicos por 1.000 habitantes	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	1,4	0,9	0,153
Arronches	2,3	1,8	0,305
Avis	0,9	0,4	0,068
Campo Maior	6,4	5,9	1,000
Castelo de Vide	2,4	1,9	0,322
Crato	0,5	0,0	0,000
Elvas	4,8	4,3	0,729
Fronteira	1,2	0,7	0,119
Gavião	0,5	0,0	0,000
Marvão	2,0	1,5	0,254
Monforte	1,5	1,0	0,169
Nisa	1,4	0,9	0,153
Ponte de Sor	1,7	1,2	0,203
Portalegre	4,5	4,0	0,678
Sousel	1,2	0,7	0,119
Valor mínimo	0,5	Gavião e Crato	
Valor máximo	6,4	Campo Maior	
Amplitude da variável	5,9		

⁶⁵Para obter o valor em percentagem, terá de se multiplicar por 100.

• **Proporção de alojamentos familiares com água canalizada**

Analisados os números dos alojamentos familiares situados em freguesias rurais que dispõem de água canalizada e padronizando a sua proporção no total de alojamentos deste tipo, podemos apresentar os resultados na seguinte tabela:

QUADRO 21 – Tabela Proporção de alojamentos familiares rurais de residência habitual com água canalizada (ano de 2011, padronizado)

	Proporção de alojamentos familiares rurais c/ água canalizada ⁶⁶	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,991	0,023	0,719
Arronches	0,990	0,021	0,673
Avis	0,982	0,014	0,444
Campo Maior	0,985	0,016	0,515
Castelo de Vide	0,989	0,021	0,666
Crato	0,992	0,024	0,756
Elvas	0,992	0,024	0,762
Fronteira	1,000	0,032	1,000
Gavião	0,994	0,026	0,819
Marvão	0,968	0,000	0,000
Monforte	0,987	0,019	0,589
Nisa	0,997	0,028	0,893
Ponte de Sor	0,994	0,026	0,819
Portalegre	0,978	0,010	0,316
Sousel	0,994	0,026	0,803
Valor mínimo	0,968	Marvão	
Valor máximo	1,000	Fronteira	
Amplitude da variável	0,032		

Reunindo todos estes valores para o cálculo do **índice de Bem-Estar Social (IBES)**, teremos:

⁶⁶Para obter o valor em percentagem, terá de se multiplicar por 100.

QUADRO 22 – Tabela Índice de Bem-Estar Social (IBES) (ano de 2011)

	Taxa de Alfabetismo População Rural	Proporção Pop. Rural com pelo menos a Escolaridade Obrigatória	Nº médicos por 1000 habitantes	Proporção de alojamentos familiares rurais com água canalizada	IBES
Alter do Chão	0,636	0,593	0,153	0,719	0,525
Arronches	0,100	0,507	0,305	0,673	0,396
Avis	0,528	0,497	0,068	0,444	0,384
Campo Maior	1,000	1,000	1,000	0,515	0,879
Castelo de Vide	0,549	0,799	0,322	0,666	0,584
Crato	0,530	0,238	0,000	0,756	0,381
Elvas	0,752	0,573	0,729	0,762	0,704
Fronteira	0,605	0,647	0,119	1,000	0,592
Gavião	0,255	0,000	0,000	0,819	0,269
Marvão	0,534	0,446	0,254	0,000	0,308
Monforte	0,000	0,489	0,169	0,589	0,312
Nisa	0,584	0,459	0,153	0,893	0,522
Ponte de Sor	0,675	0,705	0,203	0,819	0,601
Portalegre	0,909	0,869	0,678	0,316	0,693
Sousel	0,432	0,517	0,119	0,803	0,467

VI.3.3 Índice de Desenvolvimento Económico (IDE)

Observemos agora os valores obtidos para os quatro componentes deste indicador:

- ***Proporção da população agrícola familiar com uma atividade remunerada exterior à exploração agrícola***

Apenas estão disponíveis os dados de 2009 relativamente a esta variável, pelo que os cálculos apresentados partem do pressuposto de que esta proporção no total da população se mantém entre 2009 e 2011.

Outra ressalva a fazer é que nos cálculos desta variável é considerado o total da população residente nos concelhos analisados, não se retirando a população residente em freguesias não rurais. Isto prende-se com o facto de a atividade económica em questão se tratar da atividade agrícola, exercida portanto necessariamente em zona rural, independentemente do local de residência de quem a pratica.

QUADRO 23 – Tabela Proporção da população agrícola familiar com uma atividade remunerada exterior à exploração agrícola (ano de 2009, padronizado)

	Proporção pop. agrícola familiar c/ atividade remunerada exterior à expl. agrícola	V. Variável -V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,341	0,180	0,863
Arronches	0,223	0,062	0,299
Avis	0,280	0,119	0,572
Campo Maior	0,369	0,209	1,000
Castelo de Vide	0,161	0,000	0,000
Crato	0,273	0,112	0,536
Elvas	0,275	0,114	0,548
Fronteira	0,359	0,198	0,951
Gavião	0,276	0,115	0,550
Marvão	0,216	0,055	0,266
Monforte	0,265	0,104	0,499
Nisa	0,190	0,029	0,139
Ponte de Sor	0,282	0,121	0,579
Portalegre	0,236	0,075	0,361
Sousel	0,300	0,139	0,669
Valor mínimo	0,161	Elvas	
Valor máximo	0,369	Campo Maior	
Amplitude da variável	0,209		

• **Ganho médio mensal**

Os dados disponíveis no INE são apenas ao nível do município.

QUADRO 24 – Tabela Ganho médio mensal (ano de 2011, padronizado)

	Ganho médio mensal (€)	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	808,79	97,21	0,269
Arronches	743,65	32,07	0,089
Avis	870,33	158,75	0,439
Campo Maior	1.073,45	361,87	1,000
Castelo de Vide	796,51	84,93	0,235
Crato	749,13	37,55	0,104
Elvas	828,81	117,23	0,324
Fronteira	808,12	96,54	0,267
Gavião	743,30	31,72	0,088
Marvão	711,58	0,00	0,000
Monforte	888,84	177,26	0,490
Nisa	792,84	81,26	0,225
Ponte de Sor	908,97	197,39	0,545
Portalegre	941,26	229,68	0,635
Sousel	756,40	44,82	0,124
Valor mínimo	711,58	Marvão	
Valor máximo	1.073,45	Campo Maior	
Amplitude da variável	361,87		

- **Poder de compra per capita**

Também para esta variável apenas estão disponíveis dados a nível do município.

QUADRO 25 – Tabela Poder de compra *per capita* (ano de 2011, padronizado)

	Poder de compra <i>per capita</i> ⁶⁷	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	70,15	8,92	0,219
Arronches	68,06	6,83	0,167
Avis	69,35	8,12	0,199
Campo Maior	90,00	28,77	0,705
Castelo de Vide	76,08	14,85	0,364
Crato	68,57	7,34	0,180
Elvas	84,87	23,64	0,580
Fronteira	71,96	10,73	0,263
Gavião	63,36	2,13	0,052
Marvão	61,23	0,00	0,000
Monforte	63,95	2,72	0,067
Nisa	67,43	6,20	0,152
Ponte de Sor	80,64	19,41	0,476
Portalegre	102,01	40,78	1,000
Sousel	66,06	4,83	0,118
Valor mínimo	61,23	Marvão	
Valor máximo	102,01	Portalegre	
Amplitude da variável	40,78		

- **Emprego**

É utilizada esta variável em vez da Taxa de Desemprego já que se pretende que todas as variáveis que compõem o Índice tenham um impacto positivo no mesmo.

⁶⁷ Tem como referência a média nacional (= 100).

QUADRO 26 – Tabela Emprego (ano de 2011, padronizado)

	Emprego (%)	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	86,52	7,44	0,680
Arronches	85,60	6,52	0,596
Avis	83,93	4,85	0,443
Campo Maior	84,92	5,84	0,534
Castelo de Vide	90,02	10,94	1,000
Crato	87,85	8,77	0,802
Elvas	81,56	2,48	0,227
Fronteira	84,93	5,85	0,535
Gavião	81,67	2,59	0,237
Marvão	89,96	10,88	0,995
Monforte	84,87	5,79	0,529
Nisa	87,59	8,51	0,778
Ponte de Sor	79,08	0,00	0,000
Portalegre	86,81	7,73	0,707
Sousel	87,22	8,14	0,744
Valor mínimo	79,08	Ponte de Sor	
Valor máximo	90,02	Castelo de Vide	
Amplitude da variável	10,94		

Obtêm-se então os seguintes valores do **Índice de Desenvolvimento Económico (IDES)**:

QUADRO 27 – Tabela Índice de Desenvolvimento Económico (IDES) (ano de 2011)

	Proporção da população agrícola familiar com uma atividade remunerada exterior à exploração agrícola	Ganho médio mensal	Poder de compra <i>per</i> <i>capita</i>	Emprego	IDE
Alter do Chão	0,863	0,269	0,219	0,680	0,508
Arronches	0,299	0,089	0,167	0,596	0,288
Avis	0,572	0,439	0,199	0,443	0,413
Campo Maior	1,000	1,000	0,705	0,534	0,810
Castelo de Vide	0,000	0,235	0,364	1,000	0,400
Crato	0,536	0,104	0,180	0,802	0,405
Elvas	0,548	0,324	0,580	0,227	0,419
Fronteira	0,951	0,267	0,263	0,535	0,504
Gavião	0,550	0,088	0,052	0,237	0,232
Marvão	0,266	0,000	0,000	0,995	0,315
Monforte	0,499	0,490	0,067	0,529	0,396
Nisa	0,139	0,225	0,152	0,778	0,323
Ponte de Sor	0,579	0,545	0,476	0,000	0,400
Portalegre	0,361	0,635	1,000	0,707	0,676
Sousel	0,669	0,124	0,118	0,744	0,414

VI.3.4 Índice de Meio Ambiente (IMA)

Para as variáveis que compõem este índice, apenas está disponível informação ao nível do município, pelo que não é possível fazer a análise com base apenas nas freguesias rurais. Padronizando então os dados, apresentamos as seguintes tabelas:

- **Despesas dos municípios em ambiente per capita**

QUADRO 28 – Tabela Despesas dos municípios em ambiente *per capita* (ano de 2011, padronizado)

	Despesas dos municípios em ambiente, per capita (em €)	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	132,79	98,10	0,971
Arronches	60,98	26,29	0,260
Avis	52,72	18,03	0,178
Campo Maior	65,63	30,94	0,306
Castelo de Vide	50,19	15,50	0,153
Crato	63,65	28,96	0,286
Elvas	38,11	3,42	0,034
Fronteira	36,36	1,67	0,017
Gavião	135,77	101,08	1,000
Marvão	43,85	9,16	0,091
Monforte	78,40	43,71	0,432
Nisa	69,80	35,11	0,347
Ponte de Sor	55,08	20,39	0,202
Portalegre	85,38	50,69	0,501
Sousel	34,69	0,00	0,000
Valor mínimo	34,69		Sousel
Valor máximo	135,77		Gavião
Amplitude da variável	101,08		

- **Proporção de águas residuais tratadas**

Apenas estão disponíveis dados referentes ao ano de 2009.

QUADRO 29 – Tabela Proporção das águas residuais tratadas (ano de 2009, padronizado)

	Proporção de águas residuais tratadas ⁶⁸	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,85	0,08	0,348
Arronches	1,00	0,23	1,000
Avis	0,91	0,14	0,609
Campo Maior	1,00	0,23	1,000
Castelo de Vide	1,00	0,23	1,000
Crato	1,00	0,23	1,000
Elvas	0,95	0,18	0,783
Fronteira	0,96	0,19	0,826
Gavião	0,77	0,00	0,000
Marvão	1,00	0,23	1,000
Monforte	1,00	0,23	1,000
Nisa	1,00	0,23	1,000
Ponte de Sor	0,96	0,19	0,826
Portalegre	0,98	0,21	0,913
Sousel	1,00	0,23	1,000
Valor mínimo	0,77	Gavião	
Valor máximo	1,00	(vários)	
Amplitude da variável	0,23		

• **Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente**

QUADRO 30 – Tabela Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (2011, padronizado)

	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente ⁶⁹	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,30	0,12	0,571
Arronches	0,18	0,00	0,000
Avis	0,31	0,13	0,619
Campo Maior	0,19	0,01	0,048
Castelo de Vide	0,25	0,07	0,333
Crato	0,39	0,21	1,000
Elvas	0,24	0,06	0,286
Fronteira	0,24	0,06	0,286
Gavião	0,21	0,03	0,143
Marvão	0,26	0,08	0,381
Monforte	0,32	0,14	0,667
Nisa	0,23	0,05	0,238
Ponte de Sor	0,23	0,05	0,238
Portalegre	0,33	0,15	0,714
Sousel	0,19	0,01	0,048
Valor mínimo	0,18	Arronches	
Valor máximo	0,39	Crato	
Amplitude da variável	0,21		

⁶⁸Para obter o valor em percentagem, terá de se multiplicar por 100.

⁶⁹Para obter o valor em percentagem, terá de se multiplicar por 100.

• **Proporção de superfície em Rede Natura 2000**

QUADRO 31 – Tabela Proporção de superfície em Rede Natura 2000 (ano de 2010, padronizado)

	Proporção de superfície em Rede Natura 2000 ⁷⁰	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,032	0,032	0,032
Arronches	0,787	0,787	0,788
Avis	0,390	0,390	0,390
Campo Maior	0,997	0,997	0,998
Castelo de Vide	0,943	0,943	0,944
Crato	0,005	0,005	0,005
Elvas	0,218	0,218	0,218
Fronteira	0,000	0,000	0,000
Gavião	0,000	0,000	0,000
Marvão	0,999	0,999	1,000
Monforte	0,000	0,000	0,000
Nisa	0,571	0,571	0,572
Ponte de Sor	0,224	0,224	0,224
Portalegre	0,510	0,510	0,511
Sousel	0,000	0,000	0,000
Valor mínimo	0,000	(vários)	
Valor máximo	0,999	Marvão	
Amplitude da variável	0,999		

Temos então os seguintes valores do **Índice de Meio Ambiente (IMA)**:

QUADRO 32 – Tabela Índice de Meio Ambiente (IMA) (ano de 2011)

	Despesas dos municípios em ambiente, per capita	Proporção de águas residuais tratadas	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente	Proporção de superfície em Rede Natura 2000	IMA
Alter do Chão	0,971	0,348	0,571	0,032	0,480
Arronches	0,260	1,000	0,000	0,788	0,512
Avis	0,178	0,609	0,619	0,390	0,449
Campo Maior	0,306	1,000	0,048	0,998	0,588
Castelo de Vide	0,153	1,000	0,333	0,944	0,608
Crato	0,286	1,000	1,000	0,005	0,573
Elvas	0,034	0,783	0,286	0,218	0,330
Fronteira	0,017	0,826	0,286	0,000	0,282
Gavião	1,000	0,000	0,143	0,000	0,286
Marvão	0,091	1,000	0,381	1,000	0,618
Monforte	0,432	1,000	0,667	0,000	0,525
Nisa	0,347	1,000	0,238	0,572	0,539
Ponte de Sor	0,202	0,826	0,238	0,224	0,373
Portalegre	0,501	0,913	0,714	0,511	0,660
Sousel	0,000	1,000	0,048	0,000	0,262

⁷⁰Para obter o valor em percentagem, terá de se multiplicar por 100.

VI.3.5 Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)

Reunindo finalmente todos os valores obtidos para os quatro sub-índices numa só tabela, chegamos então aos seguintes resultados do Índice de Desenvolvimento Rural para o distrito de Portalegre:

QUADRO 33 – Tabela Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) dos concelhos do distrito de Portalegre (ano de 2011)⁷¹

	IPOP	IBES	IDE	IMA	IDR
Alter do Chão	0,283	0,498	0,508	0,480	0,430
Arronches	0,163	0,470	0,288	0,512	0,326
Avis	0,354	0,348	0,413	0,449	0,389
Campo Maior	0,783	0,848	0,810	0,588	0,750
Castelo de Vide	0,323	0,593	0,400	0,608	0,464
Crato	0,132	0,344	0,405	0,573	0,321
Elvas	0,478	0,692	0,419	0,330	0,463
Fronteira	0,390	0,589	0,504	0,282	0,425
Gavião	0,175	0,272	0,232	0,286	0,237
Marvão	0,441	0,252	0,315	0,618	0,384
Monforte	0,350	0,390	0,396	0,525	0,410
Nisa	0,232	0,507	0,323	0,539	0,378
Ponte de Sor	0,398	0,582	0,400	0,373	0,431
Portalegre	0,570	0,639	0,676	0,660	0,635
Sousel	0,406	0,476	0,414	0,262	0,381

⁷¹Para obter o valor em percentagem, terá de se multiplicar por 100.

Representando estes valores num histograma, teremos:

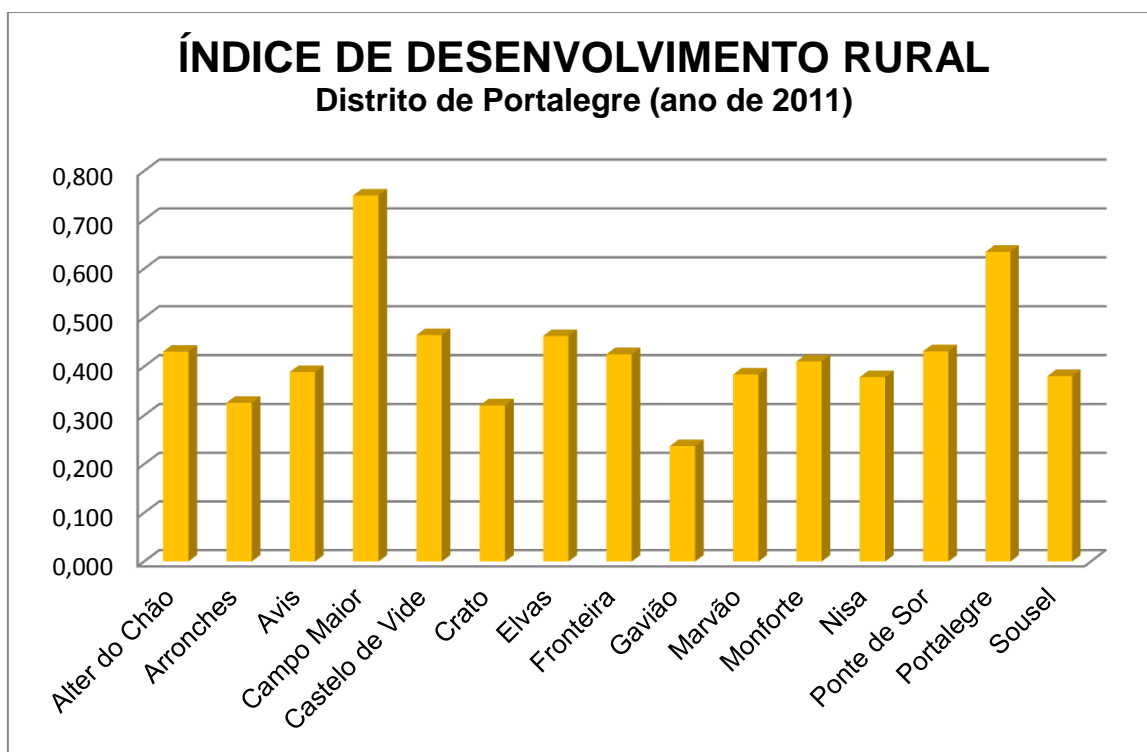


FIGURA 5 – Gráfico Valores do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) dos concelhos do distrito de Portalegre (ano de 2011)

É sobre estes valores que vamos agora refletir, procurando identificar as causas das significativas diferenças registadas na maior parte das vezes entre municípios “vizinhos”.



FIGURA 6 – Concelhos do distrito de Portalegre

FONTE: www.destinoportugal.pt-tur.com/

VI.4 INTEPRETAÇÃO DOS VALORES OBTIDOS

Antes de dar início à discussão dos resultados obtidos através deste Índice, convém recordar que ele é composto por quatro aspectos diferentes do desenvolvimento rural. Entende-se que o desenvolvimento rural não se trata apenas do aumento do rendimento dos habitantes mas é antes ponderado por vertentes de bem-estar social, ambiente e demografia que acompanham a igualmente importante área económica. Assim, poderemos vir a achar surpreendente o posicionamento de um determinado município, fruto da aplicação desta noção alargada de desenvolvimento rural que vai para além de uma ponderação exclusivamente económica e reforçando assim a importância do Índice aqui proposto.

Analisemos então os resultados por várias perspectivas: análise por quartis, análise por municípios com IDR semelhantes e análise por cada componente.

Organizando os resultados encontrados para o IDR de cada concelho por ordem decrescente de valor e representando novamente através de um histograma, teremos a seguinte figura:

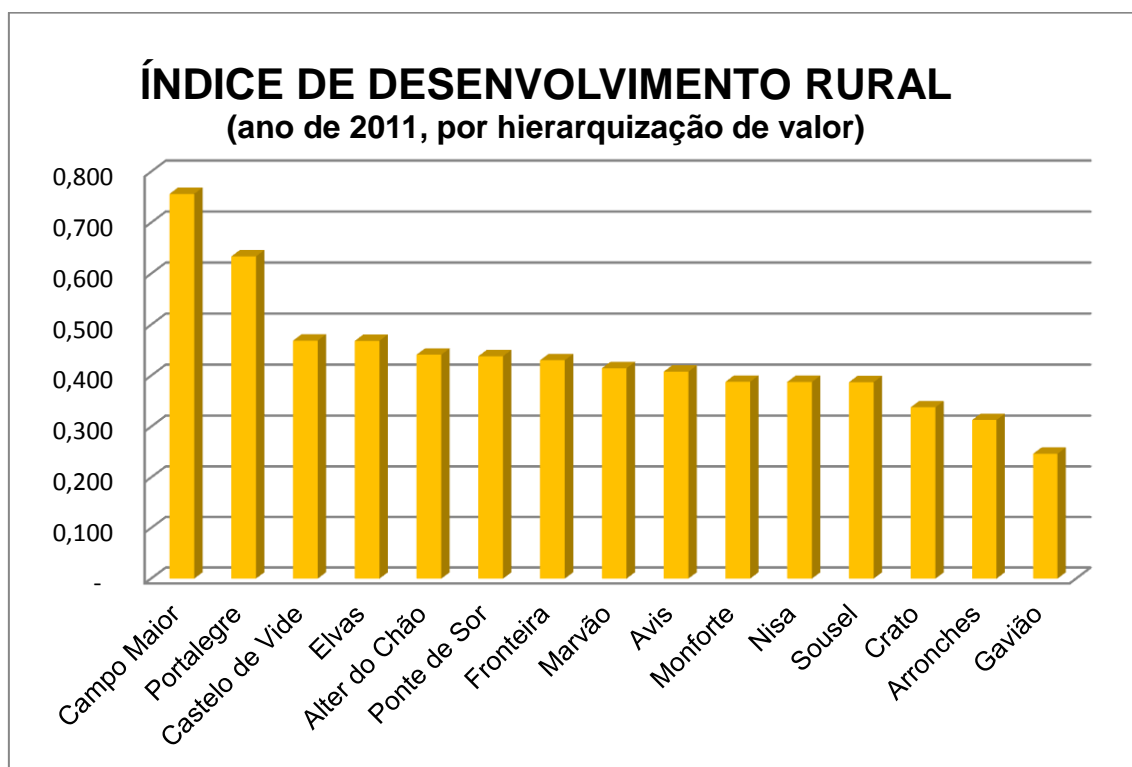


FIGURA 7 – Gráfico Valores do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) dos concelhos do distrito de Portalegre, hierarquizados (ano de 2011)

VI.4.1 Análise por Quartis

Para uma análise do ponto de vista de uma classificação em quartis, utilizamos o primeiro e o terceiro quartil da distribuição como pontos de corte. Desta forma, 25% dos municípios ficam situados em cada um dos extremos, sendo considerados 4 municípios em cada extremo; os restantes 50%, ou seja, 7 municípios, situam-se na faixa intermédia.

QUADRO 34 – Tabela IDR dos concelhos do distrito de Portalegre, por quartis (ano de 2011)

IDR	
Campo Maior	0,750
Portalegre	0,635
Castelo de Vide	0,464
Elvas	0,463
Ponte de Sor	0,431
Alter do Chão	0,430
Fronteira	0,425
Monforte	0,410
Avis	0,389
Marvão	0,384
Sousel	0,381
Nisa	0,378
Arronches	0,326
Crato	0,321
Gavião	0,237

Sintetizando a informação da tabela acima, temos três níveis de IDR:

- IDR elevado, ou seja, $IDR \geq$ terceiro quartil ($IDR \geq 0,468$)
- IDR médio, ou seja, IDR no segundo e terceiro quartis ($0,388 \leq IDR \leq 0,441$)
- IDR baixo, ou seja, $IDR \leq 0,387$

A partir dos dados da população residente em freguesias rurais, podemos apresentar a distribuição da população rural agrupada nestas três faixas:

QUADRO 35 – Tabela População Rural residente nos concelhos do distrito de Portalegre, agregada em quartis (ano de 2011)

Concelhos	População Rural 2011	
	Campo Maior	8 456
Portalegre	9 288	
Castelo de Vide	3 407	
Elvas	12 229	
Ponte de Sor	16 722	40 168
Alter do Chão	3 562	
Fronteira	3 410	
Monforte	3 329	
Avis	4 559	
Marvão	3 512	
Sousel	5 074	
Nisa	7 450	
Arronches	3 119	18 409
Crato	3 708	
Gavião	4 132	
TOTAL	91 957	

Resumindo estes valores numa tabela, teremos:

QUADRO 36 – Tabela População Rural residente no distrito de Portalegre, segundo o valor de IDR (ano de 2011)

IDR	Municípios (Nº)	População Rural (Nº residentes)	% População Rural
Elevado	4	33 380	36%
Médio	7	40 168	44%
Baixo	4	18 409	20%
TOTAL	15	91 957	100%

Verificamos, então, que não existe proporcionalidade entre o número de municípios e a população rural residente para os extremos dos quartis, ou seja, nos municípios com valor de IDR mais elevado (aproximadamente 25% do total de municípios) reside 36% do total da população rural enquanto apenas 20% da população rural do distrito de Portalegre reside em municípios com um baixo IDR. Podemos, então, pensar numa relação causa-efeito-causa: o facto de os

municípios terem uma baixa densidade populacional poderá levar a que tenham um valor de Índice de Desenvolvimento Rural muito baixo, o que por sua vez constituirá fator de repúdio para as populações nas suas decisões de escolha de local de residência).

VI.4.2 Análise comparativa de municípios

Arredondando os valores encontrados para o IDR de cada município a duas casas decimais, obtemos o seguinte quadro:

QUADRO 37 – Tabela IDR dos concelhos do distrito de Portalegre, hierarquizado (ano de 2011)

IDR	
Campo Maior	0,75
Portalegre	0,63
Castelo de Vide	0,46
Elvas	0,46
Ponte de Sor	0,43
Alter do Chão	0,43
Fronteira	0,43
Monforte	0,41
Avis	0,39
Marvão	0,38
Sousel	0,38
Nisa	0,38
Arronches	0,33
Crato	0,32
Gavião	0,24

O Índice apresentado neste estudo permite uma abordagem por município como, por exemplo, uma seleção de municípios com o mesmo valor de IDR de modo a serem analisadas as componentes do IDR de cada um e estudar as semelhanças e disparidades existentes. Isto permitirá a identificação de pontos críticos que deverão ser alvo de maior atenção nas políticas públicas de desenvolvimento.

A título exemplificativo serão avaliados os valores apresentados pelos municípios de Castelo de Vide e de Elvas, ambos com um IDR de 0,46 apesar

dos diferentes contributos dos seus sub-índices⁷².

Assim, e apresentando apenas os valores dos componentes do IDR dos municípios de **Castelo de Vide** e **Elvas** (que ocupam respetivamente a 3^a e 4^a posições da hierarquização deste Índice), obteremos a seguinte tabela:

QUADRO 38 – Tabela IDR e seus componentes (concelhos de Castelo de Vide e de Elvas, ano de 2011)

	IPOP	IBES	IDE	IMA	IDR
Castelo de Vide	0,32	0,59	0,40	0,61	0,46
Elvas	0,48	0,69	0,42	0,33	0,46

Representando os valores da tabela num gráfico de barras para uma visualização mais fácil da posição relativa dos valores de cada sub-índice, teremos:

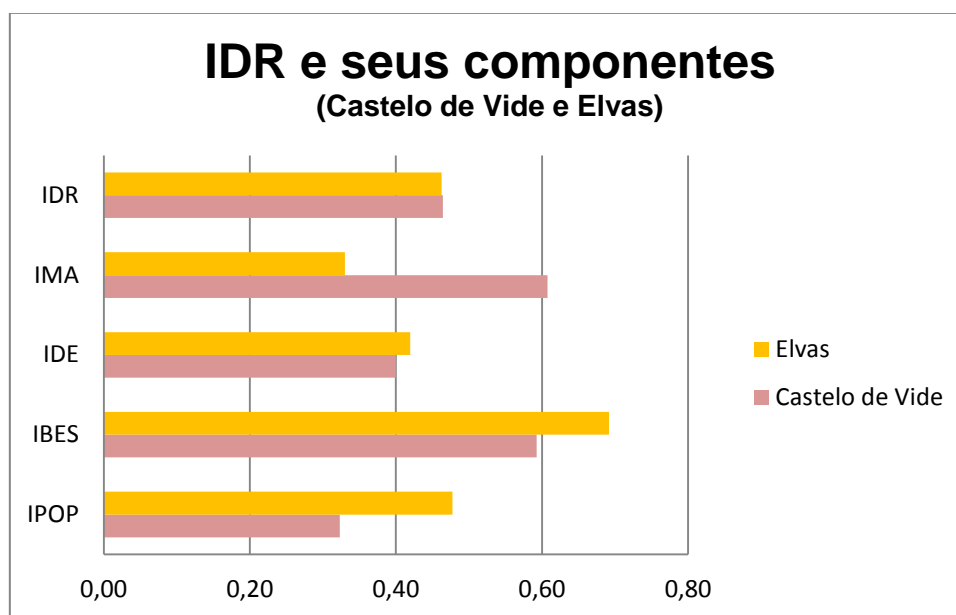


FIGURA 8 – Gráfico IDR e seus componentes (concelhos de Castelo de Vide e de Elvas, ano de 2011)

Pela observação do gráfico acima facilmente se pode concluir que apesar de o valor de IDR encontrado ser semelhante para os dois concelhos em estudo, o contributo de cada sub-índice para o IDR é bastante diferente. Para fazer a análise das diferentes composições do Índice de Desenvolvimento Rural de cada concelho em estudo, apresentam-se de seguida as tabelas com os

⁷² A escolha destes 2 municípios prende-se com a localização da Escola Superior Agrária (para além de ser o concelho de residência da autora do estudo).

valores de cada sub-índice para os quatro municípios; os concelhos são apresentados de forma hierárquica segundo os resultados que apresentam para cada sub-índice.

QUADRO 39 – Tabela IPOP (concelhos de Castelo de Vide e de Elvas, ano de 2011)

	Densidade Demográfica Rural	Taxa de Crescimento Natural	Proporção Pop. Rural 2011 que vivia noutra freguesia 2 anos antes	Índice de Sustentabilidade Potencial Rural	IPOP
Castelo de Vide	0,199	0,486	0,219	0,388	0,32
Elvas	0,465	1,000	0,202	0,244	0,48

O concelho de Elvas apresenta um valor de IPOP que é 50% mais elevado que o registado por Castelo de Vide, o que se deve principalmente às diferenças registadas nas variáveis *Densidade Demográfica Rural* e *Taxa de Crescimento Natural*⁷³. Se podemos afirmar que a atratividade que cada município exerce é semelhante, já o Índice de Sustentabilidade Potencial Rural, quase o dobro em Castelo de Vide, traduz o facto de este município ter uma proporção de população mais jovem.

QUADRO 40 – Tabela IBES (concelhos de Castelo de Vide e de Elvas, ano de 2011)

	Taxa de Alfabetismo da População Rural	Proporção Pop. Rural com pelo menos a Escolaridade Obrigatória	Nº médicos por 1000 habitantes	Proporção de alojamentos familiares rurais c/ água canalizada	IBES
Castelo de Vide	0,584	0,799	0,322	0,666	0,59
Elvas	0,704	0,573	0,729	0,762	0,69

Aqui, as maiores diferenças registam-se na variável *Nº de médicos por 1.000 habitantes*, naturalmente explicada pela existência de um Hospital em Elvas. É curioso que, apesar de a Taxa de Alfabetismo da População Rural ser superior no município de Elvas, a variável *Proporção da população rural com pelo menos a escolaridade obrigatória* é inferior relativamente a Castelo de Vide, indiciando um maior abandono escolar pela população rural.

⁷³ Todos os valores da variável “Taxa de crescimento natural” do território em estudo são números negativos. Assim, o maior valor padronizado desta variável significa na realidade um menor número negativo.

QUADRO 41 – Tabela IDE (concelhos de Castelo de Vide e de Elvas, ano de 2011)

	Proporção da população agrícola familiar com actividade remunerada exterior à exploração agrícola	Ganho médio mensal	Poder de compra <i>per capita</i>	Taxa de Emprego	IDE
Castelo de Vide	0,000	0,235	0,364	1,000	0,40
Elvas	0,548	0,324	0,580	0,227	0,42

Relativamente a este sub-índice, será apenas de referir que o facto de o município de Castelo de Vide ser o que regista o menor valor em todo o território em estudo na variável *Proporção da população agrícola familiar com actividade remunerada exterior à exploração agrícola*, é em contrapartida o que regista maior valor na *Taxa de Emprego* (ficando Elvas na penúltima posição).

QUADRO 42 – Tabela IMA (concelhos de Castelo de Vide e de Elvas, ano de 2011)

	Despesas dos municípios em ambiente, <i>per capita</i> (€)	Proporção de águas residuais tratadas	Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente	Proporção de superfície em Rede Natura 2000	IMA
Castelo de Vide	0,153	1,000	0,333	0,944	0,61
Elvas	0,034	0,783	0,286	0,218	0,33

Neste sub-índice o concelho de Castelo de Vide apresenta valores superiores ao de Elvas em todas as variáveis, pelo que atinge um resultado final que é o dobro do apurado para Elvas.

Assim, concluímos que apesar de Elvas ter maior valor que Castelo de Vide em 3 dos 4 sub-índices, a grande disparidade de valores no sub-índice de Meio Ambiente vem fazer convergir os valores dos Índices de Desenvolvimento Rural dos 2 concelhos.

VI.4.3 Análise do contributo de cada componente ou sub-índice

Para explicar a origem da diferença de 0,29 valores no IDR entre os concelhos de Elvas/Castelo de Vide e o de Campo Maior, o que ocupa a primeira posição nesta hierarquização, teremos de fazer uma análise por cada sub-índice.

Os diferentes valores encontrados para o IDR de cada concelho do distrito de Portalegre podem ser representados num gráfico tipo radar, permitindo-nos identificar de forma rápida quais os índices que contribuem de forma positiva ou negativa para o resultado apurado.

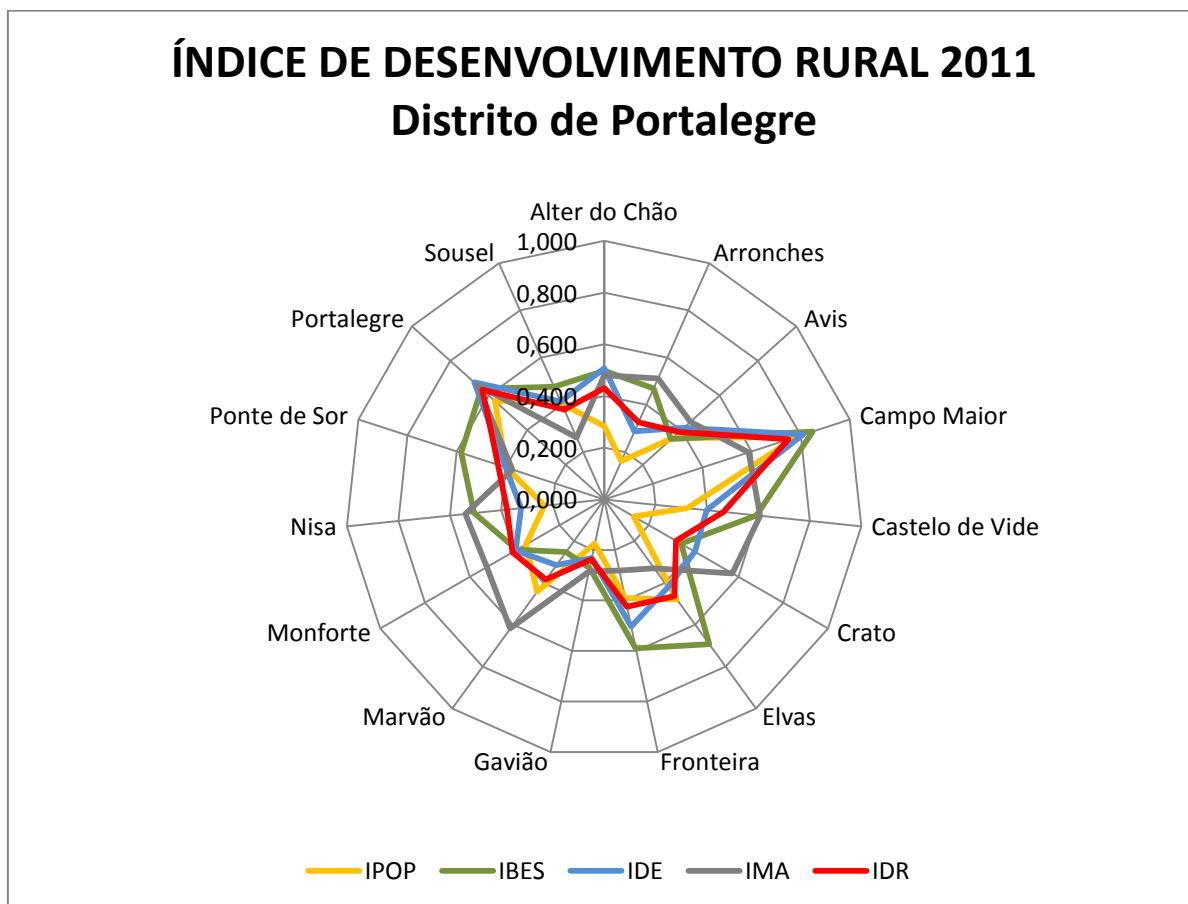


FIGURA 9 – Gráfico IDR e seus componentes para cada concelho do distrito de Portalegre (ano de 2011)

Assim, podemos afirmar que, de uma forma geral, o índice de Bem-Estar (IBES) é aquele que apresenta valores mais elevados. Em oposição, o índice de População (IPOP) contribui de forma negativa para o valor do IDR (que resulta da média aritmética dos quatro sub-índices).

Hierarquizando os valores que cada concelho apresenta para cada sub-índice, observam-se em alguns casos diferenças significativas na posição que ocupam. Para uma melhor visualização dos resultados, foram identificados por cores os concelhos que ocupam as 4 primeiras posições do IDR (Campo Maior, Portalegre, Castelo de Vide e Elvas).

QUADRO 43 – Tabela Concelhos do distrito de Portalegre, hierarquizados segundo o valor de IDR (ano de 2011)

IDR	
Campo Maior	0,750
Portalegre	0,635
Castelo de Vide	0,464
Elvas	0,463
Ponte de Sor	0,431
Alter do Chão	0,430
Fronteira	0,425
Monforte	0,410
Avis	0,389
Marvão	0,384
Sousel	0,381
Nisa	0,378
Arronches	0,326
Crato	0,321
Gavião	0,237

Identificando da mesma forma os concelhos na sua posição hierárquica em cada um dos sub-índices, teremos:

QUADRO 44 – Tabela Hierarquização de valores dos sub-índices do IDR para os concelhos do distrito de Portalegre (ano de 2011)

IPOP		IBES		IDE		IMA	
Campo Maior	0,783	Campo Maior	0,848	Campo Maior	0,810	Portalegre	0,660
Portalegre	0,570	Elvas	0,692	Portalegre	0,676	Marvão	0,618
Elvas	0,478	Portalegre	0,639	Alter do Chão	0,508	Castelo de Vide	0,608
Marvão	0,441	Castelo de Vide	0,593	Fronteira	0,504	Campo Maior	0,588
Sousel	0,406	Fronteira	0,589	Elvas	0,419	Crato	0,573
Ponte de Sor	0,398	Ponte de Sor	0,582	Sousel	0,414	Nisa	0,539
Fronteira	0,390	Nisa	0,507	Avis	0,413	Monforte	0,525
Avis	0,354	Alter do Chão	0,498	Crato	0,405	Arronches	0,512
Monforte	0,350	Sousel	0,476	Ponte de Sor	0,400	Alter do Chão	0,480
Castelo de Vide	0,323	Arronches	0,470	Castelo de Vide	0,400	Avis	0,449
Alter do Chão	0,283	Monforte	0,390	Monforte	0,396	Ponte de Sor	0,373
Nisa	0,232	Avis	0,348	Nisa	0,323	Elvas	0,330
Gavião	0,175	Crato	0,344	Marvão	0,315	Gavião	0,286
Arronches	0,163	Gavião	0,272	Arronches	0,288	Fronteira	0,282
Crato	0,132	Marvão	0,252	Gavião	0,232	Sousel	0,262

Pela observação destas tabelas verificamos que o comportamento dos concelhos de Campo Maior e de Portalegre é relativamente homogéneo ao longo dos quatro sub-índices que compõem o IDR e que lhes conferem os dois primeiros lugares.

No que diz respeito ao concelho de Elvas, a situação já é diferente, uma vez que a posição ocupada no IPOP e no IBES (3ª e 2ª, respetivamente) são condizentes com o seu terceiro lugar no IDR mas isto apesar de ocupar a 5ª posição no IDE e a 12ª posição no IMA. Igualmente, Castelo de Vide surpreende com o seu 3º lugar na hierarquia dos 15 concelhos do distrito de Portalegre, já que ocupa a 10ª posição no IPOP e no IDE.

Será feita uma análise apenas aos valores que os concelhos de Elvas e Castelo de Vide assumem no IDE e no IMA, para o que serão tidos em conta os valores das variáveis antes da padronização para melhor percebermos a sua dimensão real. São também apresentados em tabela os valores médios relativamente ao distrito, bem como a posição que este concelho ocupa em cada uma das variáveis destes sub-índices:

QUADRO 45 – Tabela Valores do concelho de Elvas e da média do distrito de Portalegre para cada variável do IDE (ano de 2011, valores antes de padronização)

		Proporção da população agrícola familiar com actividade remunerada exterior à exploração agrícola	Ganho médio mensal	Poder de compra per capita	Taxa de Emprego	IDE
Média do distrito de Portalegre		27,0%	828,132	73,581	85,50%	0,434
Elvas	Valor	27,5%	828,810	84,870	81,56%	0,419
	Posição hierárquica	8	6	3	14	5

Vemos assim que o concelho de Elvas, apesar de se situar acima da média do distrito no que diz respeito às variáveis *Proporção da população agrícola familiar com uma atividade remunerada exterior à exploração agrícola*, *Ganho médio mensal* e *Poder de compra per capita* (ocupando respetivamente a 8ª, 6ª e 3ª posições no total de 15 concelhos), a sua baixa *Taxa de Emprego* tem grande influência no seu posicionamento final do IDE. Está, então, identificada uma área crítica de intervenção das políticas públicas para o desenvolvimento deste concelho.

Fazendo agora o mesmo raciocínio para o Índice de Meio Ambiente (IMA), teremos:

QUADRO 46 – Tabela Valores do concelho de Elvas e da média do distrito para cada variável do IMA (ano de 2011, valores antes de padronização)

		Despesas dos municípios em ambiente, per capita	Proporção de águas residuais tratadas	Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente	Proporção de superfície em Rede Natura 2000	IMA
Elvas	Média do distrito	66,89	95,9%	25,8%	37,84%	0,472
	Valor	38,11	95,0%	24,0%	21,80%	0,330
	Posição hierárquica	13	12	8	9	12

Uma vez que Elvas ocupa a antepenúltima posição do distrito em termos de *Despesas dos municípios em ambiente per capita* com um valor que é pouco mais de metade que a média do distrito, valerá a pena indagar se esta situação se mantém quando analisadas estas variáveis em termos absolutos.

QUADRO 47 – Tabela Despesas em ambiente dos municípios do concelho de Portalegre (ano de 2011)

	Despesas em ambiente dos municípios 2011 (milhares €)
Ponte de Sor	860
Portalegre	654
Campo Maior	555
Elvas	466
Nisa	290
Alter do Chão	278
Sousel	176
Crato	147
Castelo de Vide	146
Gavião	132
Monforte	132
Arronches	124
Fronteira	124
Marvão	120
Avis	88

Verificamos então que apesar de Elvas ser o quarto concelho com este tipo de despesa (e claramente acima da média do distrito de 286,1€), o facto de ser o segundo concelho com mais população (a segunda maior população total

residente – com 23.078 habitantes⁷⁴), quando os cálculos são feitos em termos *per capita* fazem com que a sua posição caia quase para o último lugar do distrito. Essa ressalva não invalida o necessário incremento do esforço de despesa nesta área, nomeadamente através de um maior aposta na recolha seletiva de resíduos ou no aumento do tratamento das águas residuais.

⁷⁴ O concelho com mais população é o concelho de Portalegre, com 24.930 habitantes à data de 2011.

VII - CONCLUSÕES

Com a crescente importância dada às zonas rurais pela União Europeia, que lhes atribui um papel de verdadeira alternativa à vida nas cidades, o Desenvolvimento Rural pode hoje ser encarado como um meio eficaz de resposta à crise. Rural deixou de ser sinónimo de agrícola e é unanimemente reconhecida a multifuncionalidade da atividade agrícola que produz externalidades positivas, auxiliando outras actividades económicas e favorecendo o desenvolvimento da região (um bom exemplo disso é o Turismo em Espaço Rural). Aliás, o facto de o mundo rural ser composto por um vasto conjunto de pequenas especificidades territoriais vem dificultar a aplicação de indicadores relativos ao seu desenvolvimento que tenham em conta as particularidades do território em estudo.

No início de mais um Quadro Comunitário de Apoio, é pedido às comunidades que definam uma Estratégia de Desenvolvimento Local para o seu território, baseada na identificação de pontos críticos de sucesso. A Estratégia de cada território deverá, então, apontar em que áreas o investimento público vai alavancar de forma mais eficiente a iniciativa privada, com vista não só à melhoria da qualidade de vida dos habitantes, mas também para garantir a sustentabilidade destes territórios.

Sendo hoje aceite que uma análise do Desenvolvimento Rural deve incluir indicadores multidimensionais, não se limitando aos aspectos económicos mas introduzindo aspectos sociais e ambientais, foi feita uma análise aos indicadores de Desenvolvimento existentes. Neste processo, foi identificado o Índice de Desenvolvimento Humano lançado em 1990 com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e que pondera outras dimensões para além da riqueza dos países: a saúde (através da esperança de vida) e a educação.

No entanto, este Índice não resolve o problema da aplicabilidade a territórios de pequena dimensão (a nível concelhio, por exemplo) nem considera as especificidades do meio rural. Foi assim escolhido o Índice de Desenvolvimento Rural proposto por Angela Kageyama como o mais adequado para servir de base ao presente trabalho aqui desenvolvido, uma vez que este Índice procura

abranger a maioria das características definidoras do desenvolvimento de cada região: características populacionais, de bem-estar social, desenvolvimento económico e ambiente.

O Índice de Desenvolvimento Rural é obtido a partir da média aritmética simples de quatro outros indicadores - Índice de População (IPOP), Índice de Bem-Estar Social (IBES), Índice de Desenvolvimento Económico (IDE) e Índice de Meio Ambiente (IMA) -, sendo cada um destes sub-índices composto por um mesmo número de variáveis de modo a que cada variável tenha o mesmo peso no resultado final.

A inovação apresentada neste trabalho prende-se com o número de variáveis que constituem cada sub-índice, com a escolha das próprias variáveis (indicadores de nível micro, muitas vezes ao nível da freguesia, para uma análise precisa, local) e com o método de cálculo/agregação dos quatro componentes/sub-índices que se consideram dever ter igual importância na avaliação do Desenvolvimento Rural.

Aparece, assim, pela primeira vez um Índice que permite analisar o Desenvolvimento Rural de um dado concelho, uma ferramenta indispensável para a identificação de áreas críticas de desenvolvimento e um precioso auxiliar para o decisor político.

O Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) foi aplicado aos 15 concelhos do distrito de Portalegre, com base nos dados dos Censos 2011. Os resultados obtidos vieram confirmar não só a exequibilidade deste Índice mas também a sua utilidade nas análises territoriais comparativas e nas políticas aplicadas ao meio rural.

A aplicação da metodologia ao distrito de Portalegre demonstrou que não só o IDR apresentou uma grande amplitude de variação entre os diferentes concelhos (por exemplo, 0,76 em Campo Maior e 0,25 em Gavião), mas também que a composição do Índice é bastante diversa mesmo entre municípios com valores de IDR semelhantes. Não sendo possível reproduzir aqui todos os resultados, podemos referir a título exemplificativo a análise comparativa efectuada aos municípios de Elvas e de Castelo de Vide: apesar

de Elvas apresentar um valor superior em três dos quatro componentes (População, Bem-Estar Social e Desenvolvimento Económico), a grande disparidade de valores na componente Meio Ambiente vem fazer convergir os valores dos Índices de Desenvolvimento Rural dos dois concelhos para 0,47. Está então assim identificada uma área crítica de intervenção das políticas públicas para o desenvolvimento deste concelho.

A metodologia agora proposta pode evoluir no futuro através da adaptação/introdução de outras variáveis mas a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística será sempre uma condicionante.

Também poderá ser interessante fazer uma análise comparativa aos valores do IDR de cada concelho em anos diferentes – por exemplo, com dados de dois Censos -, permitindo retirar algumas conclusões relativamente à eficácia da aplicação das políticas públicas. Esta comparação será com certeza um argumento de peso na intenção de convencer o decisor das políticas públicas a utilizar o Índice de Desenvolvimento Rural na sua tomada de decisão relativamente à tipologia de investimento público que irá ser aplicado.

Bibliografia

BAPTISTA, F. (2001). *Agriculturas e territórios*. Celta Editora

CAGLIERO R. et al. (2011) *Evaluating the Improvement of Quality of Life in Rural Areas*. Paper prepared for the 122nd EAAE Seminar, Ancona, Italy

CARNEIRO, I. (2004). *O Desenvolvimento Rural em Portugal: dos discursos à prática*. Comunicação II Congresso de Estudos Rurais (Angra do Heroísmo)

CARVALHO, A. e MATIAS, S. (2004). *Índices de Desenvolvimento para as Regiões Portuguesas - 2001*. Apresentação Gráfico-Analítica de Resultados. Revista Prospectiva e Planeamento, Vol. 10, 2004, pg. 87-161

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1989). *Vade-Mécum sobre a reforma dos fundos estruturais comunitários*

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1988). *The Future of Rural Society*, COM (88) 501 final

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1991). *Evolução e Futuro da PAC*, Documento de reflexão da Comissão, COM (91) 100 final

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1999), Regulamento (CE) n° 1257/1999 do Conselho de 17 de Maio de 1999 *relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural e que altera e revoga determinados regulamentos*. Jornal Oficial das Comunidades Europeias N° L 160/80 de 17 de Maio de 1999

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, Decisão C(2007) 6159, em 4 de dezembro *que aprova o programa de desenvolvimento rural de Portugal Continental relativo ao período de programação 2007-2013*

COMISSÃO EUROPEIA (1997). *Agenda 2000, para uma União reforçada e alargada*, COM (97) 2000 final.

COMISSÃO EUROPEIA (2006). *A abordagem Leader – um guia prático*.

COMISSÃO EUROPEIA (2010). *A PAC no horizonte Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais*. COM (2010) 572/5 final

COMISSÃO EUROPEIA (2010). *Europa 2020. Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. COM (2010) 2020 final

COMISSÃO EUROPEIA (2011). *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho*. COM (2011) 615 final

CÓNIM, C. (2002). *População e Desenvolvimento Humano. Uma Perspetiva de Quantificação*. 1970-1999. Estudos sobre a Economia, Direção de Prospectiva e Planeamento

CÓNIM, C. (2002). *Desenvolvimento Humano. Uma Perspetiva de Sistematização. Aspetos metodológicos*. Estudos sobre a Economia, Direção de Prospectiva e Planeamento

CORRÊA, V. et al. *Construção de um Índice de Desenvolvimento Rural – Resultados para as Regiões Nordeste e Sul do Brasil*. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (2008, Rio Branco)

DAMÁSIO, L. e MAH, L. (2011) *Das limitações do PIB enquanto indicador às necessidades de medição dos níveis de Desenvolvimento*

DIREÇÃO GERAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL (2006). *Manual sobre o Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação – Documento de orientação*

DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE (2000). *Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*

DG AGRICULTURE AND RURAL DEVELOPMENT (2013). *Overview of CAP Reform 2014-2020. Agricultural Policy Perspectives Brief, nº 5, Dezembro 2013*

EIDEN et al. (2001, 2004). *Proposals on Agri-Environmental Indicators*. PAIS, 2000 – 2004

ETXEZARRETA, M. (1998). *Desarrollo Rural Integrado*. Estudos del Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación

EUROPEAN EVALUATION NETWORK FOR RURAL DEVELOPMENT (2010). *Capturing impacts of Leader and of measures to improve Quality of Life in rural areas*

EUROPEAN EVALUATION NETWORK FOR RURAL DEVELOPMENT (2010). *Approaches for assessing the impacts of the Rural Development Programmes in the context of multiple intervening factors* (working paper)

HAAG, A. (2009). *O Desempenho do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul*. Dissertação (mestrado) apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia

HOSN, W. e HAMMOUD W. (2009). *Indicators on Rural Development and Agricultural Household Income*. (apresentação) Expert Group Meeting on Adopting the Sustainable Livelihoods Approach for Promoting Rural Development in the Economic and Social Commission for Western Asia Region, Beirut

KAGEYAMA, A. (2004). *Desenvolvimento Rural: conceito e um exemplo de medida*. Anais do XLIII Congresso da SOBER Cuiabá (MT)

KINSELLA, J. et al (2000). *Pluriactivity as a livelihood strategy in Irish farm households and its role in rural development*. Sociologia Ruralis v.40 n.4, p.481-496.

LEI nº 85/2009 de 27 de agosto

MÁRQUEZ, D. (2002). *Bases metodológicas del desarrollo rural*. Ediciones Akal - Universidad Internacional de Andalucía, Madrid

MASOT, A. (2007). *El Desarrollo Rural en Extremadura: Las políticas europeas y el impacto de los programas LEADER y PRODER*. Dissertação (doutoramento) apresentada na Universidade de Cáceres

MATIAS, S. (2002). *Tendências da Evolução do Desenvolvimento Humano em Portugal*. Revista Prospectiva e Planeamento, Vol. 8, 2002, pg. 47-84

MEDEIROS, E. e Moreno, I. *Efeitos Territoriais dos Programas de Desenvolvimento Rural da EU em Portugal (2000-2006). O Caso da NUT II do Alentejo*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS (Revisão 2009). *Plano Estratégico Nacional – Desenvolvimento Rural 2007-2013*. (Revisão 2009)

MORENO, L. (2002). *Desenvolvimento local em meio rural: caminhos e caminhantes*. Tese de doutoramento, Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras

OKIDEGBE, N. (2000). *Rural Development Indicators Handbook - from the World Development Indicators*. International Bank for Reconstruction and Development

OKIDEGBE, N. (2000). *Monitoring Rural Well-being: a Rural Score Card*. International Bank for Reconstruction and Development

OCDE (1995). *Créer des emplois pour le développement rural – de nouvelles politiques*. Paris: Service des Publications OCDE, 1995. 142 p.

OCDE (1996). *Territorial indicators of employment- Focusing on Rural Development*

OLIVETTE, M. et al. (2003). *Comportamento regional da área e da produtividade agrícola no estado de São Paulo, 1983-2002*. Informações Económicas

PRODER, *Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013* (Revisão 09 – janeiro 2012)

PNUD (2012). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2011 A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*

PNUD (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*

PORTARIA nº 377/88, de 11 de junho

REGULAMENTO (CEE) nº 2052/88 do Conselho, de 24 de junho de 1988, *relativo às missões dos Fundos com finalidade estrutural, à sua eficácia e à coordenação das suas intervenções, entre si, com as intervenções do Banco Europeu de Investimento e com as dos outros instrumentos financeiros existentes*. Jornal Oficial nº L 185 de 15/07/1988 p. 0009 – 0020.

REGULAMENTO (CEE) nº 4254/88 do Conselho, de 19 de Dezembro de 1988 *que estabelece as regras de execução do Regulamento (CEE) nº 2052/88 no que respeita ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*. Jornal Oficial nº L 374 de 31/12/1988 p. 0015 – 0020.

REGULAMENTO (CEE) nº 4255/88 do Conselho, de 19 de Dezembro de 1988, *que estabelece disposições de aplicação do Regulamento (CEE) nº 2052/88 no que respeita ao Fundo Social Europeu*. JO L 374 de 31.12.1988, p. 21—24 .

REGULAMENTO (CEE) nº 4256/88 do Conselho, de 19 de Dezembro de 1988, *que estabelece as regras de execução do Regulamento (CEE) nº 2052/88 no que respeita ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*. Jornal Oficial nº L 374 de 31/12/1988 p. 0015 – 0020

REGULAMENTO (CE) nº 1698/2005 do Conselho, de 20 de Dezembro de 2005, *relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader)*

REGULAMENTO (CE) Nº 1974/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006 *que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)*. Jornal Oficial da União Europeia L368 de 23.12.2006

REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17/12/2013 *que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e que revoga o Regulamento (CE) N.º 1083/2006 do Conselho*

TERLUIN, I. (2003). *Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories*. Journal of Rural Studies v.19, p.327-344

THE EUROPEAN CONFERENCE ON RURAL DEVELOPMENT (1996). *The Cork Declaration - A living countryside*

THE EUROPEAN EVALUATION NETWORK FOR RURAL DEVELOPMENT (2010). *Capturing impacts of Leader and of measures to improve Quality of Life in rural areas - Working Paper*

TRIBUNAL DE CONTAS (2010). *Relatório Especial n° 5/2010 – Aplicação da abordagem Leader ao desenvolvimento rural, (2010/C 314/03*

UNITED NATIONS (2012). *Statistics on Rural Development and Agricultural Household Income. The Wye Group Handbook*

VAN DEPOELE, L. (2000). *The European Model of Agriculture (EMA): Multifunctional Agriculture and Multisectoral Rural Development*. Internacional Conference European Rural Policy at the Crossroads, Aberdeen, Scotland (conference papers)

VAN DER PLOEG, J. et al (2000). *Rural development: from practices and policies towards theory*. Sociologia Ruralis, Oxford, UK, v.40 n.4, p. 391-408

WORLD BANK (2000). *Rural Development: From Vision to Action? – Phase II*. Report n° 20628

ANEXO - Cálculos Base

Quadros do Anexo I

- QUADRO A1 – Tabela Superfície das freguesias do distrito de Portalegre (2011)
- QUADRO A2 – Tabela População residente nas freguesias do distrito de Portalegre (2011)
- QUADRO A3 – Tabela Densidade populacional das freguesias do distrito de Portalegre (2011)
- QUADRO A4 – Tabela População Rural no distrito de Portalegre (2011)
- QUADRO A5 – Tabela Densidade demográfica rural dos concelhos do distrito de Portalegre (2011, padronizado)
- QUADRO A6 – Taxa de crescimento natural dos concelhos do distrito de Portalegre (2011)
- QUADRO A7 – Tabela Taxa de Crescimento Natural dos concelhos do distrito de Portalegre (2011, padronizado)
- QUADRO A8 – População residente nos concelhos do distrito de Portalegre (migrações relativamente a 31.12.2009)
- QUADRO A9 – Tabela Proporção da população rural dos concelhos de distrito de Portalegre que 2 anos antes vivia numa freguesia diferente (2011)
- QUADRO A10 – Tabela Proporção da população rural dos concelhos de distrito de Portalegre que 2 anos antes vivia numa freguesia diferente (2011, padronizado)
- QUADRO A11 – População residente nos concelhos do distrito de Portalegre por freguesia e por faixa etária (2011)
- QUADRO A12 – Tabela Índice de Sustentabilidade Potencial Rural (2011)
- QUADRO A13 – Tabela Índice de Sustentabilidade Potencial Rural (2011, padronizado)
- QUADRO A14 – Tabela Indicador de População (IPOP) (2011)
- QUADRO A15 – Tabela Taxa de alfabetismo da população rural dos concelhos do distrito de Portalegre (2011)
- QUADRO A16 – Tabela Taxa de alfabetismo da população rural (2011, padronizado)
- QUADRO A17 – Tabela População Rural com 18 ou mais anos de idade (2011)
- QUADRO A18 – Tabela Proporção da população rural com pelo menos a escolaridade obrigatória (2011)
- QUADRO A19 – Tabela Proporção da População Rural 2011 com pelo menos a escolaridade obrigatória (padronizado)
- TABELA A20 – Número de médicos por cada 1.000 habitantes (2011, padronizado)
- QUADRO A21 – Tabela Proporção de alojamentos familiares rurais de residência habitual com água canalizada (2011)
- QUADRO A22 – Tabela Proporção de alojamentos familiares rurais de residência habitual com água canalizada (2011, padronizado)
- QUADRO A23 – Tabela Índice de Bem-Estar Social (IBES) (2011)
- QUADRO A24 – Tabela Proporção da população agrícola familiar com uma atividade remunerada exterior à exploração agrícola (2009)
- QUADRO A25 – Tabela Proporção da população agrícola familiar com uma atividade remunerada exterior à exploração agrícola (2009)
- QUADRO A26 – Tabela Ganho médio mensal (2011, padronizado)
- QUADRO A27 – Tabela Poder de compra per capita (2011, padronizado)
- QUADRO A28 – Tabela Emprego nos concelhos do distrito de Portalegre (2011)
- QUADRO A29 – Tabela Emprego nos concelhos do distrito de Portalegre (2011, padronizado)
- QUADRO A30 – Tabela Índice de Desenvolvimento Económico (IDE) (2011)
- QUADRO A31 – Tabela Despesa em ambiente per capita dos municípios do distrito de Portalegre (2011)
- QUADRO A32 – Tabela Despesa em ambiente per capita dos municípios do distrito de Portalegre (2011, padronizado)
- QUADRO A33 – Tabela Proporção de águas residuais tratadas (2009, padronizado)
- QUADRO A34 – Tabela Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (2011, padronizado)
- QUADRO A35 – Tabela Proporção de superfície em Rede Natura 2000 (2010, padronizado)

QUADRO A36 – Tabela Índice de Meio Ambiente (IMA) (2011)
QUADRO A37 - Índice de Desenvolvimento Rural (2011)

Neste anexo são apresentados todos os cálculos que serviram de base aos valores que constam na secção Construção e Cálculo de um Índice de Desenvolvimento Rural, de modo a tornar mais leve a leitura do texto principal.

Assim, em primeiro lugar, procedeu-se à identificação das freguesias classificadas como *Não Rurais* no território em estudo de modo a identificar a população rural, ou seja, a população residente em freguesias rurais⁷⁵:

QUADRO A1 – Tabela Superfície das freguesias do distrito de Portalegre (2011)

	Superfície			
	Ha		Km ²	
ALTER DO CHÃO	36.206,62		362,07	
Alter do Chão		14.085,15		140,85
Chancelaria		7.170,07		71,70
Seda		11.243,45		112,43
Cunheira		3.707,95		37,08
ARRONCHES	31.464,72		314,65	
Assunção		20.450,87		204,51
Esperança		5.714,79		57,15
Mosteiros		5.299,06		52,99
AVIS	60.596,50		605,97	
Alcôrrego		5.785,40		57,85
Aldeia Velha		12.610,94		126,11
Avis		9.208,86		92,09
Benavila		6.650,75		66,51
Ervedal		3.807,48		38,07
Figueira e Barros		7.026,45		70,26
Maranhão		7.089,98		70,90
Valongo		8.416,64		84,17
CAMPO MAIOR	24.720,16		247,20	
Nossa Senhora da Expectação		10.506,47		105,06
Degolados		3.575,11		35,75
São João Batista		10.638,58		106,39
CASTELO DE VIDE	26.491,24		264,91	
N. Sra. da Graça de Póvoa e Meadas		7.354,57		73,55
Santa Maria da Devesa		5.633,40		56,33
Santiago Maior		5.883,38		58,83
São João Batista		7.619,89		76,20
CRATO	39.806,89		398,07	
Aldeia da Mata		3.728,41		37,28
Crato e Mártires		17.899,66		179,00
Flor da Rosa		991,33		9,91
Gáfete		4.614,77		46,15
Monte da Pedra		6.007,57		60,08
Vale do Peso		6.565,15		65,65

⁷⁵ Segundo a classificação da OCDE com a adaptação feita por Portugal.

	Superfície		
	Ha		Km ²
ELVAS	63.128,86		631,29
Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso		9.063,63	90,64
Alcáçova		987,57	9,88
Assunção		802,59	8,03
Barbacena		3.110,59	31,11
Caia e São Pedro		9.416,72	94,17
Santa Eulália		9.851,79	98,52
São Brás e São Lourenço		4.763,42	47,63
São Vicente e Ventosa		10.167,83	101,68
Terrugem		7.272,57	72,73
Vila Boim		2.549,65	25,50
Vila Fernando		5.142,50	51,43
FRONTEIRA	24.859,59		248,60
Cabeço de Vide		6.580,81	65,81
Fronteira		14.139,33	141,39
São Saturnino		4.139,45	41,39
GAVIÃO	29.459,45		294,59
Atalaia		1.943,49	19,43
Belver		6.983,89	69,84
Comenda		9.002,16	90,02
Gavião		5.844,62	58,45
Margem		5.685,29	56,85
MARVÃO	15.489,90		154,90
Beirã		4.475,98	44,76
Santa Maria de Marvão		2.335,23	23,35
Santo António das Areias		3.599,13	35,99
São Salvador da Aramenha		5.079,56	50,80
MONFORTE	42.024,82		420,25
Assumar		6.383,22	63,83
Monforte		21.473,66	214,74
Santo Aleixo		5.850,59	58,51
Vaiamonte		8.317,35	83,17
NISA	57.567,83		575,68
Alpalhão		3.423,38	34,23
Amieira do Tejo		10.248,14	102,48
Arez		5.574,55	55,75
Espírito Santo		8.807,37	88,07
Montalvão		12.416,90	124,17
Nossa Senhora da Graça		3.761,80	37,62
Santana		2.719,37	27,19
São Matias		5.466,33	54,66
São Simão		2.797,18	27,97
Tolosa		2.352,81	23,53
PONTE DE SOR	83.971,16		839,71
Galveias		7.982,93	79,83
Montargil		29.694,44	296,94
Ponte de Sor		17.355,07	173,55
Foros de Arrão		8.425,60	84,26
Longomel		4.697,08	46,97
Vale de Açor		6.589,35	65,89
Tramaga		9.226,69	92,27

	Superfície	
	Ha	Km ²
PORTALEGRE	44.713,66	447,14
Alagoa	1.815,63	18,16
Alegrete	8.692,38	86,92
Carreiras	3.336,02	33,36
Fortios	6.585,37	65,85
Reguengo	2.874,04	28,74
Ribeira de Nisa	1.706,51	17,07
São Julião	4.344,62	43,45
São Lourenço	1.236,97	12,37
Sé	1.123,84	11,24
Urra	12.998,28	129,98
SOUSEL	27.932,19	279,32
Cano	4.942,54	49,43
Casa Branca	10.100,40	101,00
Santo Amaro	3.961,01	39,61
Sousel	8.928,24	89,28
TOTAL	608.433,59	6.084,34

QUADRO A2 – Tabela População residente nas freguesias do distrito de Portalegre (2011)

	População Residente	
ALTER DO CHÃO	3.562	
Alter do Chão		2.373
Chancelaria		448
Seda		352
Cunheira		389
ARRONCHES	3.119	
Assunção		1.970
Esperança		739
Mosteiros		456
AVIS	4.559	
Alcôrrego		401
Aldeia Velha		280
Avis		1.840
Benavila		861
Ervedal		560
Figueira e Barros		309
Maranhão		63
Valongo		257
CAMPO MAIOR	8.456	
Nossa Senhora da Expectação		3.974
Degolados		587
São João Batista		3.895
CASTELO DE VIDE	3.407	
N. Sra. da Graça de Póvoa e Meadas		606
Santa Maria da Devesa		1.578
Santiago Maior		358
São João Batista		865

	População Residente	
CRATO	3.708	
Aldeia da Mata		374
Crato e Mártires		1.674
Flor da Rosa		263
Gáfete		856
Monte da Pedra		280
Vale do Peso		261
ELVAS	23.078	
Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso		986
Alcáçova		2.147
Assunção		8.702
Barbacena		663
Caia e São Pedro		4.106
Santa Eulália		1.198
São Brás e São Lourenço		1.684
São Vicente e Ventosa		801
Terrugem		1.251
Vila Boim		1.224
Vila Fernando		316
FRONTEIRA	3.410	
Cabeço de Vide		1.063
Fronteira		2.069
São Saturnino		278
GAVIÃO	4.132	
Atalaia		138
Belver		684
Comenda		890
Gavião		1.609
Margem		811
MARVÃO	3.512	
Beirã		498
Santa Maria de Marvão		486
Santo António das Areias		1.102
São Salvador da Aramenha		1.426
MONFORTE	3.329	
Assumar		651
Monforte		1.384
Santo Aleixo		638
Vaiamonte		656
NISA	7.450	
Alpalhão		1.238
Amieira do Tejo		241
Arez		256
Espírito Santo		1.861
Montalvão		442
Nossa Senhora da Graça		1.590
Santana		404
São Matias		289
São Simão		118
Tolosa		1.011

	População Residente	
PONTE DE SOR	16.722	
Galveias		1.061
Montargil		2.316
Ponte de Sor		8.958
Foros de Arrão		919
Longomel		1.228
Vale de Açor		698
Tramaga		1.542
PORTALEGRE	24.930	
Alagoa		669
Alegrete		1.746
Carreiras		583
Fortios		2.018
Reguengo		630
Ribeira de Nisa		1.366
São Julião		342
São Lourenço		4.987
Sé		10.655
Urra		1.934
SOUSEL	5.074	
Cano		1.266
Casa Branca		1.232
Santo Amaro		644
Sousel		1.932
TOTAL	118.448	

Cruzando a informação das duas tabelas anteriores, podemos calcular a densidade populacional/km² de cada freguesia do território em estudo e aferir qual a classificação de cada freguesia segundo os critérios da OCDE com as adaptações introduzidas por Portugal⁷⁶:

QUADRO A3 – Tabela Densidade populacional das freguesias do distrito de Portalegre (2011)

	Hab./km ²
ALTER DO CHÃO	
Alter do Chão	16,85
Chancelaria	6,25
Seda	3,13
Cunheira	10,49
ARRONCHES	
Assunção	9,63
Esperança	12,93
Mosteiros	8,61

⁷⁶ Freguesias com menos de 15.000 habitantes e densidade demográfica inferior a 150 habitantes/km².

	Hab./km ²
AVIS	
Alcôrrego	6,93
Aldeia Velha	2,22
Avis	19,98
Benavila	12,95
Ervedal	14,71
Figueira e Barros	4,40
Maranhão	0,89
Valongo	3,05
CAMPO MAIOR	
Nossa Senhora da Expectação	37,82
Degolados	16,42
São João Batista	36,61
CASTELO DE VIDE	
N. Sra. da Graça de Póvoa e Meadas	8,24
Santa Maria da Devesa	28,01
Santiago Maior	6,08
São João Batista	11,35
CRATO	
Aldeia da Mata	10,03
Crato e Mártires	9,35
Flor da Rosa	26,53
Gáfete	18,55
Monte da Pedra	4,66
Vale do Peso	3,98
ELVAS	
Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso	10,88
Alcáçova	217,40
Assunção	1.084,24
Barbacena	21,31
Caia e São Pedro	43,60
Santa Eulália	12,16
São Brás e São Lourenço	35,35
São Vicente e Ventosa	7,88
Terrugem	17,20
Vila Boim	48,01
Vila Fernando	6,14
FRONTEIRA	
Cabeço de Vide	16,15
Fronteira	14,63
São Saturnino	6,72
GAVIÃO	
Atalaia	7,10
Belver	9,79
Comenda	9,89
Gavião	27,53
Margem	14,26
MARVÃO	
Beirã	11,13
Santa Maria de Marvão	20,81
Santo António das Areias	30,62
São Salvador da Aramenha	28,07

	Hab./km ²
MONFORTE	
Assumar	10,20
Monforte	6,45
Santo Aleixo	10,90
Vaiamonte	7,89
NISA	
Alpalhão	36,16
Amieira do Tejo	2,35
Arez	4,59
Espírito Santo	21,13
Montalvão	3,56
Nossa Senhora da Graça	42,27
Santana	14,86
São Matias	5,29
São Simão	4,22
Tolosa	42,97
PONTE DE SOR	
Galveias	13,29
Montargil	7,80
Ponte de Sor	51,62
Foros de Arrão	10,91
Longomel	26,14
Vale de Açor	10,59
Tramaga	16,71
PORTALEGRE	
Alagoa	36,85
Alegrete	20,09
Carreiras	17,48
Fortios	30,64
Reguengo	21,92
Ribeira de Nisa	80,05
São Julião	7,87
São Lourenço	403,16
Sé	948,09
Urra	14,88
SOUSEL	
Cano	25,61
Casa Branca	12,20
Santo Amaro	16,26
Sousel	21,64

Identificam-se, assim, 4 freguesias classificadas como *urbanas* (assinaladas a azul), já que a sua densidade populacional excede os 150 habitantes/km².

Considerando apenas os habitantes das freguesias rurais, temos:

QUADRO A4 – Tabela População Rural no distrito de Portalegre (2011)⁷⁷

	População 2011	
	Total	Rural
Alter do Chão	3.562	3.562
Arronches	3.165	3.165
Avis	4.571	4.571
Campo Maior	8.456	8.456
Castelo de Vide	3.407	3.407
Crato	3.708	3.708
Elvas	23.078	12.229
Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso	986	986
Alcáçova (*)	2.147	
Assunção (*)	8.702	
Barbacena	663	663
Caia e São Pedro	4.106	4.106
Santa Eulália	1.198	1.198
São Brás e São Lourenço	1.684	1.684
São Vicente e Ventosa	801	801
Terrugem	1.251	1.251
Vila Boim	1.224	1.224
Vila Fernando	316	316
Fronteira	3.410	3.410
Gavião	4.132	4.132
Marvão	3.512	3.512
Monforte	3.329	3.329
Nisa	7.450	7.450
Ponte de Sor	16.722	16.722
Portalegre	24.930	9.288
Alagoa	669	669
Alegrete	1.746	1.746
Carreiras	583	583
Fortios	2.018	2.018
Reguengo	630	630
Ribeira de Nisa	1.366	1.366
São Julião	342	342
São Lourenço (*)	4.987	
Sé (*)	10.655	
Urra	1.934	1.934
Sousel	5.074	5.074
TOTAL	118.506	92.015

(*) Freguesias urbanas

⁷⁷ Apenas são especificados os valores das freguesias que pertencem aos concelhos de Elvas e Portalegre, uma vez que são os que têm freguesias não rurais.

Para ser possível efectuar a comparação entre variáveis expressas em unidades distintas, recorreu-se à padronização de todas as variáveis, fazendo variar os seus valores no intervalo entre zero e um:

$$\text{Variável padronizada} = \frac{\text{Valor da variável} - \text{Valor mínimo}}{\text{Valor Máximo} - \text{Valor mínimo}}$$

Uma vez que, nesta altura, já foram identificadas quais as freguesias rurais dentro do território em estudo (distrito de Portalegre), todas as tabelas irão incluir apenas as freguesias rurais.

- **Indicador de População (IPOP)**

1. *Densidade Demográfica Rural*

Padronizando os valores apresentados na tabela A4:

QUADRO A5 – Tabela Densidade demográfica rural dos concelhos do distrito de Portalegre (2011, padronizado)

	Densidade População Rural 2011	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	9,84	2,29	0,086
Arronches	10,06	2,52	0,094
Avis	7,54	0,00	0,000
Campo Maior	34,21	26,66	1,000
Castelo de Vide	12,86	5,32	0,199
Crato	9,31	1,77	0,066
Elvas	19,94	12,39	0,465
Fronteira	13,72	6,17	0,232
Gavião	14,03	6,48	0,243
Marvão	22,67	15,13	0,567
Monforte	7,92	0,38	0,014
Nisa	12,94	5,40	0,202
Ponte de Sor	19,91	12,37	0,464
Portalegre	21,93	14,39	0,540
Sousel	18,17	10,62	0,398
Valor mínimo	7,54	Avis	
Valor máximo	34,21	Campo Maior	
Amplitude da variável	26,66		

2. Taxa de crescimento natural da população

Partindo dos dados disponibilizados pelo INE⁷⁸ relativamente a esta variável:

QUADRO A6 – Taxa de crescimento natural dos concelhos do distrito de Portalegre (2011)

	Tx Crescimento Natural (%)
Alter do Chão	-1,20
Arronches	-2,38
Avis	-1,03
Campo Maior	-0,26
Castelo de Vide	-1,32
Crato	-2,16
Elvas	-0,20
Fronteira	-0,97
Gavião	-1,80
Marvão	-1,11
Monforte	-0,63
Nisa	-1,48
Ponte de Sor	-1,73
Portalegre	-0,77
Sousel	-0,65

FONTE: INE

Padronizando os valores da tabela acima, teremos:

QUADRO A7 – Tabela Taxa de Crescimento Natural dos concelhos do distrito de Portalegre (2011, padronizado)

	Taxa de Crescimento Natural 2011 (%)	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	-1,20	1,18	0,541
Arronches	-2,38	0,00	0,000
Avis	-1,03	1,35	0,619
Campo Maior	-0,26	2,12	0,972
Castelo de Vide	-1,32	1,06	0,486
Crato	-2,16	0,22	0,101
Elvas	-0,20	2,18	1,000
Fronteira	-0,97	1,41	0,647
Gavião	-1,80	0,58	0,266
Marvão	-1,11	1,27	0,583
Monforte	-0,63	1,75	0,803
Nisa	-1,48	0,90	0,413
Ponte de Sor	-1,73	0,65	0,298
Portalegre	-0,77	1,61	0,739
Sousel	-0,65	1,73	0,794
Valor mínimo	-2,38	Arronches	
Valor máximo	-0,20	Elvas	
Amplitude da variável	2,18		

⁷⁸ Apenas disponível a nível do concelho.

3. População Rural que 2 anos antes vivia noutra freguesia

Sendo disponibilizados pelo INE os dados relativos à população que 2 anos antes não vivia nas freguesias em análise (quer proveniente do país, quer do estrangeiro), é possível calcular a população que imigrou para as freguesias rurais:

QUADRO A8 – População residente nos concelhos do distrito de Portalegre (migrações relativamente a 31.12.2009)

	Local de proveniência (Migrações relativamente a 31.12.2009)				
	Ainda não nascido	População que não mudou de residência	Pop. que mudou de residência na mesma freguesia	Provenientes do país	Provenientes do estrangeiro
Alter do Chão	31	3.138	245	137	11
Arronches	27	2.778	207	146	7
Avis	40	3.966	286	217	62
Campo Maior	78	7.372	635	336	35
Castelo de Vide	19	3.082	135	162	9
Crato	25	3.313	253	113	4
Elvas	299	19.806	1.676	1.192	105
Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso	13	846	72	48	7
Alcáçova (*)	24	1.781	164	174	4
Assunção (*)	118	7.370	687	480	47
Barbacena	8	595	28	32	0
Caia e São Pedro	70	3.490	319	198	29
Santa Eulália	17	1.035	111	30	5
São Brás e São Lourenço	14	1.478	70	116	6
São Vicente e Ventosa	8	714	58	20	1
Terrugem	8	1.151	65	26	1
Vila Boim	17	1.064	85	55	3
Vila Fernando	2	282	17	13	2
Fronteira	27	3.047	209	111	16
Gavião	30	3.672	298	114	18
Marvão	27	3.121	190	162	12
Monforte	41	2.959	218	109	2
Nisa	52	6.750	374	251	23
Ponte de Sor	134	14.697	1.323	512	56
Portalegre	244	21.692	1.751	1.159	84
Alagoa	4	578	55	32	0
Alegrete	13	1.611	92	27	3
Carreiras	1	520	35	22	5
Fortios	23	1.788	131	75	1
Reguengo	7	573	14	34	2
Ribeira de Nisa	11	1.212	67	68	8
São Julião	2	307	27	6	0
São Lourenço (*)	36	4.190	375	364	22
Sé (*)	130	9.161	851	477	36
Urra	17	1.752	104	54	7
Sousel	32	4.449	457	129	7
TOTAL	1.106	103.842	8.257	4.850	451

Ou seja, somando os migrantes provenientes do país e do estrangeiro, podemos calcular a proporção da população rural que 2 anos antes vivia numa freguesia diferente:

QUADRO A9 – Tabela Proporção da população rural dos concelhos de distrito de Portalegre que 2 anos antes vivia numa freguesia diferente (2011)

	População rural 2011 que vivia numa freguesia diferente em 31.12.2009	População rural residente em 2011	Proporção da população rural 2011 que 2 anos antes vivia numa freguesia diferente
Alter do Chão	148	3.562	4,15%
Arronches	153	3.119	4,91%
Avis	279	4.559	6,12%
Campo Maior	371	8.456	4,39%
Castelo de Vide	171	3.407	5,02%
Crato	117	3.708	3,16%
Elvas	592	12.229	4,84%
Fronteira	127	3.410	3,72%
Gavião	132	4.132	3,19%
Marvão	174	3.512	4,95%
Monforte	111	3.329	3,33%
Nisa	274	7.450	3,68%
Ponte de Sor	568	16.722	3,40%
Portalegre	1.243	9.288	13,38%
Sousel	136	5.074	2,68%
TOTAL	4.596	91.957	

Padronizando os resultados, obteremos os valores constantes da seguinte tabela:

QUADRO A10 – Tabela Proporção da população rural dos concelhos de distrito de Portalegre que 2 anos antes vivia numa freguesia diferente (2011, padronizado)

	Proporção da população rural 2011 que 2 anos antes vivia numa freguesia diferente	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,042	0,015	0,138
Arronches	0,049	0,022	0,208
Avis	0,061	0,034	0,321
Campo Maior	0,044	0,017	0,160
Castelo de Vide	0,050	0,023	0,219
Crato	0,032	0,005	0,044
Elvas	0,048	0,022	0,202
Fronteira	0,037	0,010	0,098
Gavião	0,032	0,005	0,048
Marvão	0,050	0,023	0,212
Monforte	0,033	0,007	0,061
Nisa	0,037	0,010	0,093
Ponte de Sor	0,034	0,007	0,067
Portalegre	0,134	0,107	1,000
Sousel	0,027	0,000	0,000
Valor mínimo	0,027	Sousel	
Valor máximo	0,134	Portalegre	
Amplitude da variável	0,107		

4. Índice de Sustentabilidade Potencial Rural

O INE apresenta este Índice pelo do cálculo da relação entre a população em idade ativa e a população idosa, ou seja, o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

A partir dos dados referentes a este Índice ao nível da freguesia, são retiradas as parcelas relativas aos residentes nas freguesias *Não Rurais* e calculado o Índice de Sustentabilidade Potencial Rural:

QUADRO A11 – População residente nos concelhos do distrito de Portalegre por freguesia e por faixa etária (2011)

	População residente 2011					População Rural com idades 15-64 anos
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	≥ 65 anos	TOTAL	
Alter do Chão	384	317	1.672	1.189	3.562	1.989
Arronches	332	286	1.478	1.069	3.165	1.764
Avis	519	481	2.165	1.406	4.571	2.646
Campo Maior	1.316	927	4.381	1.832	8.456	5.308
Castelo de Vide	344	309	1.625	1.129	3.407	1.934
Crato	351	266	1.788	1.303	3.708	2.054
Elvas	3.571	2.622	11.782	5.103	23.078	7.320
Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso	114	87	397	388	986	484
Alcáçova (*)	323	254	1.048	522	2.147	
Assunção (*)	1.479	1.054	4.728	1.441	8.702	
Barbacena	69	50	289	255	663	339
Caia e São Pedro	762	497	2.064	783	4.106	2.561
Santa Eulália	142	122	590	344	1.198	712
São Brás e São Lourenço	247	193	884	360	1.684	1.077
São Vicente e Ventosa	104	83	398	216	801	481
Terrugem	143	133	635	340	1.251	768
Vila Boim	154	127	626	317	1.224	753
Vila Fernando	34	22	123	137	316	145
Fronteira	438	323	1.689	960	3.410	2.012
Gavião	358	304	1.785	1.685	4.132	2.089
Marvão	333	294	1.725	1.160	3.512	2.019
Monforte	489	325	1.560	955	3.329	1.885
Nisa	705	529	3.390	2.826	7.450	3.919
Ponte de Sor	2.113	1.713	8.650	4.246	16.722	10.363
Portalegre	3.250	2.366	13.501	5.813	24.930	5.598
Alagoa	76	56	341	196	669	397
Alegrete	171	136	881	558	1.746	1.017
Carreiras	62	57	306	158	583	363
Fortios	308	191	1.072	447	2.018	1.263
Reguengo	75	41	337	177	630	378
Ribeira de Nisa	171	136	711	348	1.366	847
São Julião	22	20	136	164	342	156
São Lourenço (*)	610	478	2.536	1.363	4.987	
Sé (*)	1.537	1.086	6.169	1.863	10.655	
Urra	218	165	1.012	539	1.934	1.177
Sousel	642	460	2.390	1.582	5.074	2.850

(*) Freguesias urbanas

Calculando este Índice para apenas a população residente nas freguesias rurais, teremos:

QUADRO A12 – Tabela Índice de Sustentabilidade Potencial Rural (2011)

	População rural 2011 entre 15 e 64 anos	População rural 2011 com 65 e mais anos	Índice de sustentabilidade potencial rural 2011
Alter do Chão	1.989	1.189	1,673
Arronches	1.764	1.069	1,650
Avis	2.646	1.406	1,882
Campo Maior	5.308	1.832	2,897
Castelo de Vide	1.934	1.129	1,713
Crato	2.054	1.303	1,576
Elvas	7.320	5.103	1,434
Fronteira	2.012	960	2,096
Gavião	2.089	1.685	1,240
Marvão	2.019	1.160	1,741
Monforte	1.885	955	1,974
Nisa	3.919	2.826	1,387
Ponte de Sor	10.363	4.246	2,441
Portalegre	5.598	5.813	0,963
Sousel	2.850	1.582	1,802
TOTAL	53.750	32.258	

Padronizando os valores da tabela acima, teremos:

QUADRO A13 – Tabela Índice de Sustentabilidade Potencial Rural (2011, padronizado)

	Índice de Sustentabilidade Potencial Rural	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	1,673	0,710	0,367
Arronches	1,650	0,687	0,355
Avis	1,882	0,919	0,475
Campo Maior	2,897	1,934	1,000
Castelo de Vide	1,713	0,750	0,388
Crato	1,576	0,613	0,317
Elvas	1,434	0,471	0,244
Fronteira	2,096	1,133	0,586
Gavião	1,240	0,277	0,143
Marvão	1,741	0,778	0,402
Monforte	1,974	1,011	0,523
Nisa	1,387	0,424	0,219
Ponte de Sor	2,441	1,478	0,764
Portalegre	0,963	0,000	0,000
Sousel	1,802	0,839	0,433
Valor mínimo	0,963	Portalegre	
Valor máximo	2,897	Campo Maior	
Amplitude da variável	1,934		

Estamos, assim, em condições para calcular o Indicador de População (IPOP) através da aplicação de uma média aritmética aos valores obtidos:

QUADRO A14 – Tabela Indicador de População (IPOP) (2011)

	Densidade Demográfica Rural	Taxa de Crescimento Natural	Proporção de População Rural que 2 anos antes vivia noutra freguesia	Índice de Sustentabilidade de Potencial Rural	IPOP
Alter do Chão	0,087	0,541	0,138	0,367	0,283
Arronches	0,094	0,000	0,208	0,355	0,163
Avis	0,000	0,619	0,321	0,475	0,354
Campo Maior	1,000	0,972	0,160	1,000	0,783
Castelo de Vide	0,200	0,486	0,219	0,388	0,323
Crato	0,067	0,101	0,044	0,317	0,132
Elvas	0,465	1,000	0,202	0,244	0,478
Fronteira	0,232	0,647	0,098	0,586	0,391
Gavião	0,244	0,266	0,048	0,143	0,175
Marvão	0,568	0,583	0,212	0,402	0,441
Monforte	0,015	0,803	0,061	0,523	0,350
Nisa	0,203	0,413	0,093	0,219	0,232
Ponte de Sor	0,464	0,298	0,067	0,764	0,398
Portalegre	0,540	0,739	1,000	0,000	0,570
Sousel	0,399	0,794	0,000	0,433	0,406

• **Indicador de Bem-estar Social (IBES)**

5. *Taxa de Alfabetismo*

Foi necessário efectuar todos os cálculos para esta taxa, já que não se encontra disponível. Seguindo a definição de *analfabeto* apresentada pelo INE⁷⁹, foi calculado o número de habitantes das zonas rurais com 10 ou mais anos, calculado o número destes indivíduos que não são analfabetos (portanto, que sabem ler e escrever, ou seja, capazes de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa) e depois calculada a sua proporção no total da população rural do território em estudo com 10 ou mais anos:

QUADRO A15 – Tabela Taxa de alfabetismo da população rural dos concelhos do distrito de Portalegre (2011)

	População Rural	População Rural com 10 ou mais anos	População Rural analfabeto	População Rural alfabetizada	Tx Alfab. População Rural
Alter do Chão	3 938	3 321	414	2 907	0,875
Arronches	3 389	2 969	491	2 478	0,835
Avis	5 197	4 246	564	3 682	0,867

⁷⁹ Por Analfabeto entende-se todo o indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, ou seja, incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa.

	População Rural	População Rural com 10 ou mais anos	População Rural analfabeta	População Rural alfabetizada	Tx Alfab. População Rural
Campo Maior	8 387	7 587	736	6 851	0,903
Castelo de Vide	3 872	3 207	421	2 786	0,869
Crato	4 348	3 496	464	3 032	0,867
Elvas	13 129	11 062	1 281	9 781	0,884
Fronteira	3 732	3 133	398	2 735	0,873
Gavião	4 887	3 907	600	3 307	0,846
Marvão	4 029	3 308	438	2 870	0,868
Monforte	3 393	3 001	519	2 482	0,827
Nisa	8 585	7 015	902	6 113	0,871
Ponte de Sor	18 140	15 407	1 875	13 532	0,878
Portalegre	10 212	10 660	1 108	9 552	0,896
Sousel	5 780	4 673	655	4 018	0,860
TOTAL	101 018	86 992	10 866	76 126	

Padronizando os valores obtidos:

QUADRO A16 – Tabela Taxa de alfabetismo da população rural (2011, padronizado)

	Tx Alfab. População Rural	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,875	0,048	0,636
Arronches	0,835	0,008	0,100
Avis	0,867	0,040	0,528
Campo Maior	0,903	0,076	1,000
Castelo de Vide	0,869	0,042	0,549
Crato	0,867	0,040	0,530
Elvas	0,884	0,057	0,752
Fronteira	0,873	0,046	0,605
Gavião	0,846	0,019	0,255
Marvão	0,868	0,041	0,534
Monforte	0,827	0,000	0,000
Nisa	0,871	0,044	0,584
Ponte de Sor	0,878	0,051	0,675
Portalegre	0,896	0,069	0,909
Sousel	0,860	0,033	0,432
Valor mínimo	0,827	Monforte	
Valor máximo	0,903	Campo Maior	
Amplitude da variável	0,076		

6. Proporção da População Rural com pelo menos a escolaridade obrigatória

A partir dos dados do INE publicados pelos Censos 2011 é calculada a proporção da População Rural que tem pelo menos a escolaridade obrigatória

(Níveis Secundário, Pós-secundário e Superior)⁸⁰.

Terá de primeiro ser apurado qual o número de habitantes das freguesias rurais que têm 18 ou mais anos:

QUADRO A17 – Tabela População Rural com 18 ou mais anos de idade (2011)

	População total		População rural	
	< 18 anos	≥ 18 anos	< 18 anos	≥ 18 anos
Alter do Chão	471	3.091	471	3.091
Arronches	421	2.744	421	2.744
Avis	648	3.923	648	3.923
Campo Maior	1.582	6.874	1.582	6.874
Castelo de Vide	448	2.959	448	2.959
Crato	418	3.290	418	3.290
Elvas	4.320	18.758	4.320	18.758
Ajuda, Salvador e Santo				
Ildefonso	140	846	140	846
Alcáçova (*)	394	1.753	394	1.753
Assunção (*)	1.799	6.903	1.799	6.903
Barbacena	88	575	88	575
Caia e São Pedro	884	3.222	884	3.222
Santa Eulália	174	1.024	174	1.024
São Brás e São Lourenço	300	1.384	300	1.384
São Vicente e Ventosa	128	673	128	673
Terrugem	178	1.073	178	1.073
Vila Boim	193	1.031	193	1.031
Vila Fernando	42	274	42	274
Fronteira	512	2.898	512	2.898
Gavião	447	3.685	447	3.685
Marvão	428	3.084	428	3.084
Monforte	587	2.742	587	2.742
Nisa	861	6.589	861	6.589
Ponte de Sor	2.614	14.108	2.614	14.108
Portalegre	3.943	20.987	3.943	20.987
Alagoa	87	582	87	582
Alegrete	207	1.539	207	1.539
Carreiras	84	499	84	499
Fortios	364	1.654	364	1.654
Reguengo	89	541	89	541
Ribeira de Nisa	225	1.141	225	1.141
São Julião	28	314	28	314
São Lourenço (*)	761	4.226	761	4.226
Sé (*)	1.849	8.806	1.849	8.806
Urra	249	1.685	249	1.685
Sousel	779	4.295	779	4.295
TOTAL	18.479	100.027	18.479	100.027

⁸⁰ Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto.

QUADRO A18 – Tabela Proporção da população rural com pelo menos a escolaridade obrigatória (2011)

	Nível de escolaridade mais elevado completo							População rural com ≥ escolaridade obrigatória	População rural com ≥ 18 anos	Proporção população rural com ≥ escolaridade obrigatória
	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Pós-Secundário	Superior			
Alter do Chão	899	1.112	415	496	398	10	232	640	3.091	0,207
Arronches	853	946	388	442	331	12	193	536	2.744	0,195
Avis	1.208	1.392	562	648	473	29	259	761	3.923	0,194
Campo Maior	2.068	2.140	1.038	1.408	1.125	64	613	1.802	6.874	0,262
Castelo de Vide	795	966	364	587	394	14	287	695	2.959	0,235
Crato	932	1.275	438	540	312	18	193	523	3.290	0,159
Elvas	5.125	5.723	2.993	3.987	3.175	183	1.892	2.064	10.102	0,204
Fronteira	894	933	444	518	371	15	235	621	2.898	0,214
Gavião	1.049	1.505	504	607	303	19	145	467	3.685	0,127
Marvão	884	1.074	465	512	336	12	229	577	3.084	0,187
Monforte	1.038	959	379	424	327	23	179	529	2.742	0,193
Nisa	1.875	2.473	799	1.058	729	50	466	1.245	6.589	0,189
Ponte de Sor	4.076	4.880	2.242	2.390	1.964	81	1.089	3.134	14.108	0,222
Portalegre	4.990	5.947	2.820	4.165	3.304	148	3.556	1.944	7.955	0,244
Sousel	1.325	1.481	613	810	515	25	305	845	4.295	0,197
TOTAL	28.011	32.806	14.464	18.592	14.057	703	9.873	16.383	78.339	

QUADRO A19 – Tabela Proporção da População Rural 2011 com pelo menos a escolaridade obrigatória (padronizado)

	Proporção população rural com ≥ escolaridade obrigatória	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,207	0,080	0,593
Arronches	0,195	0,069	0,507
Avis	0,194	0,067	0,497
Campo Maior	0,262	0,135	1,000
Castelo de Vide	0,235	0,108	0,799
Crato	0,159	0,032	0,238
Elvas	0,204	0,078	0,573
Fronteira	0,214	0,088	0,647
Gavião	0,127	0,000	0,000
Marvão	0,187	0,060	0,446
Monforte	0,193	0,066	0,489
Nisa	0,189	0,062	0,459
Ponte de Sor	0,222	0,095	0,705
Portalegre	0,244	0,118	0,869
Sousel	0,197	0,070	0,517
Valor mínimo	0,127	Gavião	
Valor máximo	0,262	Campo Maior	
Amplitude da variável	0,135		

7. Número de Médicos por 1.000 habitantes

A partir dos dados disponibilizados pelo INE, apresenta-se a tabela abaixo:

TABELA A20 – Número de médicos por cada 1.000 habitantes (2011, padronizado)

	Nº médicos por 1.000 habitantes	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	1,4	0,9	0,153
Arronches	2,3	1,8	0,305
Avis	0,9	0,4	0,068
Campo Maior	6,4	5,9	1,000
Castelo de Vide	2,4	1,9	0,322
Crato	0,5	0,0	0,000
Elvas	4,8	4,3	0,729
Fronteira	1,2	0,7	0,119
Gavião	0,5	0,0	0,000
Marvão	2,0	1,5	0,254
Monforte	1,5	1,0	0,169
Nisa	1,4	0,9	0,153
Ponte de Sor	1,7	1,2	0,203
Portalegre	4,5	4,0	0,678
Sousel	1,2	0,7	0,119
Valor mínimo	0,5	Gavião e Crato	
Valor máximo	6,4	Campo Maior	
Amplitude da variável	5,9		

8. *Proporção de alojamentos familiares com água canalizada*

A partir dos dados disponíveis referentes a alojamentos familiares com água canalizada, é calculada a proporção deste tipo de alojamento localizado em freguesias rurais.

QUADRO A21 – Tabela Proporção de alojamentos familiares rurais de residência habitual com água canalizada (2011)

	Nº alojamentos familiares rurais	Nº alojamentos familiares rurais c/ água canalizada	Proporção de alojamentos familiares rurais c/ água canalizada
Alter do Chão	1.451	1.438	0,991
Arronches	1.245	1.232	0,990
Avis	1.860	1.827	0,982
Campo Maior	3.167	3.118	0,985
Castelo de Vide	1.407	1.392	0,989
Crato	1.544	1.532	0,992
Elvas	4.739	4.703	0,992
Fronteira	1.349	1.349	1,000
Gavião	1.736	1.726	0,994
Marvão	1.473	1.426	0,968
Monforte	1.219	1.203	0,987
Nisa	3.211	3.200	0,997
Ponte de Sor	6.589	6.551	0,994
Portalegre	3.710	3.629	0,978
Sousel	2.065	2.052	0,994
TOTAL	36.765	46.892	

Padronizando os valores da tabela acima, teremos:

QUADRO A22 – Tabela Proporção de alojamentos familiares rurais de residência habitual com água canalizada (2011, padronizado)

	Proporção de alojamentos familiares rurais c/ água canalizada	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,991	0,023	0,719
Arronches	0,990	0,021	0,673
Avis	0,982	0,014	0,444
Campo Maior	0,985	0,016	0,515
Castelo de Vide	0,989	0,021	0,666
Crato	0,992	0,024	0,756
Elvas	0,992	0,024	0,762
Fronteira	1,000	0,032	1,000
Gavião	0,994	0,026	0,819
Marvão	0,968	0,000	0,000
Monforte	0,987	0,019	0,589
Nisa	0,997	0,028	0,893
Ponte de Sor	0,994	0,026	0,819
Portalegre	0,978	0,010	0,316
Sousel	0,994	0,026	0,803
Valor mínimo	0,968	Marvão	
Valor máximo	1,000	Fronteira	
Amplitude da variável	0,032		

Obtêm-se então os seguintes dados para o **Indicador de Bem-Estar Social (IBES)**:

QUADRO A23 – Tabela Índice de Bem-Estar Social (IBES) (2011)

	Taxa de Alfabetismo População Rural	Proporção Pop. Rural com \geq Escolaridade Obrigatória	Nº médicos por 1.000 habitantes	Proporção de alojamentos familiares rurais com água canalizada	IBES
Alter do Chão	0,734	0,593	0,153	0,719	0,550
Arronches	0,124	0,507	0,305	0,673	0,402
Avis	0,681	0,497	0,068	0,444	0,422
Campo Maior	1,000	1,000	1,000	0,515	0,879
Castelo de Vide	0,678	0,799	0,322	0,666	0,616
Crato	0,709	0,238	0,000	0,756	0,426
Elvas	0,849	0,573	0,729	0,762	0,728
Fronteira	0,710	0,647	0,119	1,000	0,619
Gavião	0,463	0,000	0,000	0,819	0,321
Marvão	0,679	0,446	0,254	0,000	0,345
Monforte	0,000	0,489	0,169	0,589	0,312
Nisa	0,735	0,459	0,153	0,893	0,560
Ponte de Sor	0,761	0,705	0,203	0,819	0,622
Portalegre	0,682	0,869	0,678	0,316	0,636
Sousel	0,608	0,517	0,119	0,803	0,512

• **Indicador de Desenvolvimento Económico (IDE)**

9. Proporção da população agrícola familiar que tem uma atividade remunerada exterior à exploração agrícola

Apenas estão disponíveis os dados de 2009 relativamente a esta variável (população agrícola familiar com rendimento exterior à exploração agrícola⁸¹). Todos os cálculos partem do pressuposto de que a sua proporção no total da população se mantém entre 2009 e 2011.

Outra ressalva a fazer é que, nos cálculos desta variável, é considerado o total da população residente nos concelhos analisados, não sendo retirada a população residente em freguesias *não rurais*. Isto prende-se com o facto de a atividade económica em questão se tratar da atividade agrícola, exercida, portanto, numa zona rural, independentemente do local de residência de quem a pratica.

⁸¹ Por *População Agrícola Familiar* entende-se o conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, e ainda outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração (definição INE).

QUADRO A24 – Tabela Proporção da população agrícola familiar com uma atividade remunerada exterior à exploração agrícola (2009)

	População Residente	População Agrícola Familiar	População agrícola familiar com atividade remunerada exterior à exploração agrícola	
			Nº	%
Alter do Chão	3.364	575	196	34,09%
Arronches	3.201	887	198	22,32%
Avis	4.871	814	228	28,01%
Campo Maior	8.294	1.210	447	36,94%
Castelo de Vide	3.677	665	107	16,09%
Crato	3.621	825	225	27,27%
Elvas	21.978	1.705	469	27,51%
Fronteira	3.088	582	209	35,91%
Gavião	3.928	1.139	314	27,57%
Marvão	3.413	869	188	21,63%
Monforte	3.052	404	107	26,49%
Nisa	7.419	2.074	394	19,00%
Ponte de Sor	16.915	3.423	964	28,16%
Portalegre	23.448	2.976	703	23,62%
Sousel	5.234	969	291	30,03%
TOTAL	115.503	19.117	5.040	

Padronizando os valores obtidos:

QUADRO A25 – Tabela Proporção da população agrícola familiar com uma atividade remunerada exterior à exploração agrícola (2009)

	Proporção da população agrícola familiar com uma atividade remunerada exterior à exploração agrícola	V. Variável -V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,341	0,180	0,863
Arronches	0,223	0,062	0,299
Avis	0,280	0,119	0,572
Campo Maior	0,369	0,209	1,000
Castelo de Vide	0,161	0,000	0,000
Crato	0,273	0,112	0,536
Elvas	0,275	0,114	0,548
Fronteira	0,359	0,198	0,951
Gavião	0,276	0,115	0,550
Marvão	0,216	0,055	0,266
Monforte	0,265	0,104	0,499
Nisa	0,190	0,029	0,139
Ponte de Sor	0,282	0,121	0,579
Portalegre	0,236	0,075	0,361
Sousel	0,300	0,139	0,669
Valor mínimo	0,161	Elvas	
Valor máximo	0,369	Campo Maior	
Amplitude da variável			0,209

10. Ganho médio mensal

Os dados disponíveis no INE são apenas ao nível do município, pelo que provavelmente os resultados poderão ser enviesados pela existência das freguesias urbanas. No entanto, e dada a sua natureza, não poderia deixar de ser incluído o contributo desta variável no cálculo do IDR. Temos assim o seguinte resultado da padronização efetuada:

QUADRO A26 – Tabela Ganho médio mensal (2011, padronizado)

	Ganho médio mensal (€)	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	808,79	97,21	0,269
Arronches	743,65	32,07	0,089
Avis	870,33	158,75	0,439
Campo Maior	1.073,45	361,87	1,000
Castelo de Vide	796,51	84,93	0,235
Crato	749,13	37,55	0,104
Elvas	828,81	117,23	0,324
Fronteira	808,12	96,54	0,267
Gavião	743,30	31,72	0,088
Marvão	711,58	0,00	0,000
Monforte	888,84	177,26	0,490
Nisa	792,84	81,26	0,225
Ponte de Sor	908,97	197,39	0,545
Portalegre	941,26	229,68	0,635
Sousel	756,40	44,82	0,124
Valor mínimo	711,58	Marvão	
Valor máximo	1.073,45	Campo Maior	
Amplitude da variável	361,87		

11. Poder de compra per capita

Também para esta variável apenas estão disponíveis dados a nível do município:

QUADRO A27 – Tabela Poder de compra *per capita* (2011, padronizado)

	Poder de compra <i>per capita</i>	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	70,15	8,92	0,219
Arronches	68,06	6,83	0,167
Avis	69,35	8,12	0,199
Campo Maior	90,00	28,77	0,705
Castelo de Vide	76,08	14,85	0,364
Crato	68,57	7,34	0,180
Elvas	84,87	23,64	0,580
Fronteira	71,96	10,73	0,263
Gavião	63,36	2,13	0,052
Marvão	61,23	0,00	0,000
Monforte	63,95	2,72	0,067
Nisa	67,43	6,20	0,152
Ponte de Sor	80,64	19,41	0,476
Portalegre	102,01	40,78	1,000
Sousel	66,06	4,83	0,118
Valor mínimo	61,23	Marvão	
Valor máximo	102,01	Portalegre	
Amplitude da variável	40,78		

12. Emprego

É utilizada esta variável em vez da Taxa de Desemprego, já que se pretende que todas as variáveis que compõem o Índice tenham um impacto positivo no mesmo.

QUADRO A28 – Tabela Emprego nos concelhos do distrito de Portalegre (2011)

	Taxa de Desemprego (%)	Emprego (%)
Alter do Chão	13,48	86,52
Arronches	14,40	85,60
Avis	16,07	83,93
Campo Maior	15,08	84,92
Castelo de Vide	9,98	90,02
Crato	12,15	87,85
Elvas	18,44	81,56
Fronteira	15,07	84,93
Gavião	18,33	81,67
Marvão	10,04	89,96
Monforte	15,13	84,87
Nisa	12,41	87,59
Ponte de Sor	20,92	79,08
Portalegre	13,19	86,81
Sousel	12,78	87,22

Padronizando os valores encontrados, teremos:

QUADRO A29 – Tabela Emprego nos concelhos do distrito de Portalegre (2011, padronizado)

	Emprego (%)	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	86,52	7,44	0,680
Arronches	85,60	6,52	0,596
Avis	83,93	4,85	0,443
Campo Maior	84,92	5,84	0,534
Castelo de Vide	90,02	10,94	1,000
Crato	87,85	8,77	0,802
Elvas	81,56	2,48	0,227
Fronteira	84,93	5,85	0,535
Gavião	81,67	2,59	0,237
Marvão	89,96	10,88	0,995
Monforte	84,87	5,79	0,529
Nisa	87,59	8,51	0,778
Ponte de Sor	79,08	0,00	0,000
Portalegre	86,81	7,73	0,707
Sousel	87,22	8,14	0,744
Valor mínimo	79,08	Ponte de Sor	
Valor máximo	90,02	Castelo de Vide	
Amplitude da variável	10,94		

Com os valores apresentados para cada uma das variáveis, podemos então calcular o **Índice de Desenvolvimento Económico (IDE)**:

QUADRO A30 – Tabela Índice de Desenvolvimento Económico (IDE) (2011)

	Proporção da população agrícola familiar com uma atividade remunerada exterior à exploração agrícola	Ganho médio mensal	Poder de compra per capita	Emprego	IDE
Alter do Chão	0,863	0,269	0,219	0,680	0,508
Arronches	0,299	0,089	0,167	0,596	0,288
Avis	0,572	0,439	0,199	0,443	0,413
Campo Maior	1,000	1,000	0,705	0,534	0,810
Castelo de Vide	0,000	0,235	0,364	1,000	0,400
Crato	0,536	0,104	0,180	0,802	0,405
Elvas	0,548	0,324	0,580	0,227	0,419
Fronteira	0,951	0,267	0,263	0,535	0,504
Gavião	0,550	0,088	0,052	0,237	0,232
Marvão	0,266	0,000	0,000	0,995	0,315
Monforte	0,499	0,490	0,067	0,529	0,396
Nisa	0,139	0,225	0,152	0,778	0,323
Ponte de Sor	0,579	0,545	0,476	0,000	0,400
Portalegre	0,361	0,635	1,000	0,707	0,676
Sousel	0,669	0,124	0,118	0,744	0,414

• **Indicador de Meio Ambiente (IMA)**

13. *Despesas dos municípios em ambiente per capita*

Estas despesas incluem, entre outros, os gastos em Gestão de resíduos, Proteção da biodiversidade e paisagem e Investigação e desenvolvimento.

Estando apenas disponíveis para o ano de 2011 os valores totais deste tipo de despesa, é primeiro calculada esta variável *per capita*. Também não estão disponíveis dados que permitam fazer a distinção entre Despesas efetuadas em freguesias *Rurais* e em freguesias *Não Rurais*.

QUADRO A31 – Tabela Despesa em ambiente *per capita* dos municípios do distrito de Portalegre (2011)

	Despesas em ambiente dos municípios (milhares €)	População Residente	Despesas dos municípios em ambiente, <i>per capita</i> (€)
Alter do Chão	473	3.562	132,79
Arronches	193	3.165	60,98
Avis	241	4.571	52,72
Campo Maior	555	8.456	65,63
Castelo de Vide	171	3.407	50,19
Crato	236	3.708	63,65
Elvas	466	12.229	38,11
Fronteira	124	3.410	36,36
Gavião	561	4.132	135,77
Marvão	154	3.512	43,85
Monforte	261	3.329	78,40
Nisa	520	7.450	69,80
Ponte de Sor	921	16.722	55,08
Portalegre	793	9.288	85,38
Sousel	176	5.074	34,69

Padronizando os resultados:

QUADRO A32 – Tabela Despesa em ambiente per capita dos municípios do distrito de Portalegre (2011, padronizado)

	Despesas dos municípios em ambiente, per capita(em €)	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	132,79	98,10	0,971
Arronches	60,98	26,29	0,260
Avis	52,72	18,03	0,178
Campo Maior	65,63	30,94	0,306
Castelo de Vide	50,19	15,50	0,153
Crato	63,65	28,96	0,286
Elvas	38,11	3,42	0,034
Fronteira	36,36	1,67	0,017
Gavião	135,77	101,08	1,000
Marvão	43,85	9,16	0,091
Monforte	78,40	43,71	0,432
Nisa	69,80	35,11	0,347
Ponte de Sor	55,08	20,39	0,202
Portalegre	85,38	50,69	0,501
Sousel	34,69	0,00	0,000
Valor mínimo	34,69	Sousel	
Valor máximo	135,77	Gavião	
Amplitude da variável	101,08		

14. Proporção de águas residuais tratadas

Os dados disponíveis são referentes a 2009. Padronizando, teremos:

QUADRO A33 – Tabela Proporção de águas residuais tratadas (2009, padronizado)

	Proporção de águas residuais tratadas	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,85	0,08	0,348
Arronches	1,00	0,23	1,000
Avis	0,91	0,14	0,609
Campo Maior	1,00	0,23	1,000
Castelo de Vide	1,00	0,23	1,000
Crato	1,00	0,23	1,000
Elvas	0,95	0,18	0,783
Fronteira	0,96	0,19	0,826
Gavião	0,77	0,00	0,000
Marvão	1,00	0,23	1,000
Monforte	1,00	0,23	1,000
Nisa	1,00	0,23	1,000
Ponte de Sor	0,96	0,19	0,826
Portalegre	0,98	0,21	0,913
Sousel	1,00	0,23	1,000
Valor mínimo	0,77	Gavião	
Valor máximo	1,00	(vários)	
Amplitude da variável	0,23		

15. *Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente*

Dados diretamente disponíveis nos Censos 2011 que, padronizados, podem ser representados na tabela seguinte:

QUADRO A34 – Tabela Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (2011, padronizado)

	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,30	0,12	0,571
Arronches	0,18	0,00	0,000
Avis	0,31	0,13	0,619
Campo Maior	0,19	0,01	0,048
Castelo de Vide	0,25	0,07	0,333
Crato	0,39	0,21	1,000
Elvas	0,24	0,06	0,286
Fronteira	0,24	0,06	0,286
Gavião	0,21	0,03	0,143
Marvão	0,26	0,08	0,381
Monforte	0,32	0,14	0,667
Nisa	0,23	0,05	0,238
Ponte de Sor	0,23	0,05	0,238
Portalegre	0,33	0,15	0,714
Sousel	0,19	0,01	0,048
<i>Valor mínimo</i>	0,18	Arronches	
<i>Valor máximo</i>	0,39	Crato	
<i>Amplitude da variável</i>	0,21		

16. *Proporção de superfície em Rede Natura 2000*

Os dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística referem-se ao ano de 2010, os quais se representam na tabela abaixo depois de padronizados:

QUADRO A35 – Tabela Proporção de superfície em Rede Natura 2000 (2010, padronizado)

	Proporção de superfície em Rede Natura 2000	V. Variável - V. Mínimo	Valor Padronizado
Alter do Chão	0,032	0,032	0,032
Arronches	0,787	0,787	0,788
Avis	0,390	0,390	0,390
Campo Maior	0,997	0,997	0,998
Castelo de Vide	0,943	0,943	0,944
Crato	0,005	0,005	0,005
Elvas	0,218	0,218	0,218
Fronteira	0,000	0,000	0,000
Gavião	0,000	0,000	0,000
Marvão	0,999	0,999	1,000
Monforte	0,000	0,000	0,000
Nisa	0,571	0,571	0,572
Ponte de Sor	0,224	0,224	0,224
Portalegre	0,510	0,510	0,511
Sousel	0,000	0,000	0,000
Valor mínimo	0,000	(vários)	
Valor máximo	0,999	Marvão	
Amplitude da variável	0,999		

Temos então como valores para o **Índice de Meio Ambiente (IMA)**:

QUADRO A36 – Tabela Índice de Meio Ambiente (IMA) (2011)

	Despesas dos municípios em ambiente, per capita	Proporção de águas residuais tratadas	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente	Proporção de superfície em Rede Natura 2000	IMA
Alter do Chão	0,971	0,348	0,571	0,032	0,480
Arronches	0,260	1,000	0,000	0,788	0,512
Avis	0,178	0,609	0,619	0,390	0,449
Campo Maior	0,306	1,000	0,048	0,998	0,588
Castelo de Vide	0,153	1,000	0,333	0,944	0,608
Crato	0,286	1,000	1,000	0,005	0,573
Elvas	0,034	0,783	0,286	0,218	0,330
Fronteira	0,017	0,826	0,286	0,000	0,282
Gavião	1,000	0,000	0,143	0,000	0,286
Marvão	0,091	1,000	0,381	1,000	0,618
Monforte	0,432	1,000	0,667	0,000	0,525
Nisa	0,347	1,000	0,238	0,572	0,539
Ponte de Sor	0,202	0,826	0,238	0,224	0,373
Portalegre	0,501	0,913	0,714	0,511	0,660
Sousel	0,000	1,000	0,048	0,000	0,262

• **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (IDR)**

Agregando os valores dos quatro Índices num mesmo quadro e aplicando uma média geométrica, obtêm-se os seguintes valores do IDR 2011 Índice de Desenvolvimento Rural para os 15 concelhos do distrito de Portalegre no ano de 2011:

QUADRO A37 - Índice de Desenvolvimento Rural (2011)

	IPOP	IBES	IDE	IMA	IDR
Alter do Chão	0,283	0,498	0,508	0,480	0,430
Arronches	0,163	0,470	0,288	0,512	0,326
Avis	0,354	0,348	0,413	0,449	0,389
Campo Maior	0,783	0,848	0,810	0,588	0,750
Castelo de Vide	0,323	0,593	0,400	0,608	0,464
Crato	0,132	0,344	0,405	0,573	0,321
Elvas	0,478	0,692	0,419	0,330	0,463
Fronteira	0,390	0,589	0,504	0,282	0,425
Gavião	0,175	0,272	0,232	0,286	0,237
Marvão	0,441	0,252	0,315	0,618	0,384
Monforte	0,350	0,390	0,396	0,525	0,410
Nisa	0,232	0,507	0,323	0,539	0,378
Ponte de Sor	0,398	0,582	0,400	0,373	0,431
Portalegre	0,570	0,639	0,676	0,660	0,635
Sousel	0,406	0,476	0,414	0,262	0,381

Os valores apresentados nesta tabela podem, agora, servir de base para a discussão sobre o desenvolvimento rural de cada concelho e a sua posição relativa dentro de um território mais vasto.